



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura

Número: 28

I Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 18 de outubro de 2024

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

Presidente: *Deputado Luis Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio (substituída no decorrer da Sessão pelo Deputado Paulo Gomes) e Deputado Lubélio Mendonça*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 2 minutos.

Os trabalhos iniciaram-se com a continuação do ponto 12 da agenda, proveniente do dia anterior, relativo à **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 1/XIII** – “Regime jurídico da carreira especial dos trabalhadores dos matadouros da Rede Regional de Abate da Região Autónoma dos Açores”, em que intervieram os/as Deputados/as João Mendonça (*PPM*), António Lima (*BE*), Paulo Silveira (*PSD*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*), Patrícia Miranda (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), Francisco Lima (*CH*), João Bruto da Costa (*PSD*), Andreia Cardoso (*PS*),

Carlos Silva (*PS*), bem como o Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*).

Proferiram, ainda, declarações de voto os Deputados António Lima (*BE*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Paulo Silveira (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Neves (*PAN*) e as Deputadas Olivéria Santos (*CH*) e Patrícia Miranda (*PS*).

A Proposta em apreço foi aprovada por maioria.

Os pontos 13 e 14 reportando-se, respetivamente, aos Relatórios sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Berto José Branco Messias possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo n.º 309/24.8T9PDL e sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que a Deputada Ana Maria dos Santos Silva e Jorge possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo n.º 128/23.9T9SRQ, foram ambos aprovados por unanimidade.

Seguiu-se o ponto 15 referente ao **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 17/XIII** – “Em defesa da mobilidade dos açorianos”, tendo feito a correspondente apresentação o Deputado Joaquim Machado (*PSD*). Tendo sido este Pedido de urgência aprovado por unanimidade, procedeu-se, então, à apreciação do [Projeto de Resolução n.º 17/XIII – “Em defesa da mobilidade dos açorianos”](#) (*PSD, CDS-PP, PPM*).

[Sobre o mesmo usaram da palavra os/as Deputados/as](#) Joaquim Machado (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Luís Leal (*PS*), Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), João Mendonça (*PPM*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Andreia Cardoso (*PS*) e Berto Messias (*PS*), bem como o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*).

Seguiu-se o **Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII** – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo

Regional n.º 19/2008/A, de 8 de julho, que cria o Parque Natural da Ilha de São Miguel” da autoria do CHEGA, tendo procedido à sua apresentação a Deputada Olivéria Santos (*CH*), seguindo-se os/as seguintes Deputados/as:

Joana Pombo Tavares (*PS*), Nuno Barata (*IL*) e António Lima (*BE*).

O Pedido em referência foi aprovado por unanimidade.

O ponto 18 tratou-se igualmente de mais um **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão**, desta feita relativo à **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 19/XIII** – “Regime jurídico do programa de apoio regional extraordinário aos órgãos de comunicação social privados para o ano de 2024” (GRA).

Sobre o mesmo apenas proferiram intervenções o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*) e o Deputado Paulo Simões (*PSD*), tendo sido esta iniciativa aprovada por maioria.

Entrando já na análise propriamente da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 19/XIII** – “Regime jurídico do programa de apoio regional extraordinário aos órgãos de comunicação social privados para o ano de 2024”, intervieram sobre a mesma os Deputados José Pacheco (*CH*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Simões (*PSD*), Berto Messias (*PS*), António Lima (*BE*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Francisco Lima (*CH*), João Mendonça (*PPM*), bem como o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*).

Esta proposta de DLR foi aprovada por maioria, tendo proferido declaração de voto apenas o Deputado António Lima (*BE*).

Em seguida, foi presente o ponto 20 da agenda, reportando-se ao **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII** – “Revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2020/A, de 19 de outubro e do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2021/A, de 26 de abril de 2021, alterado pelo Decreto

Legislativo Regional n.º 4/2022/A, de 17 de fevereiro”, da responsabilidade do CHEGA.

Sobre o mesmo proferiu uma intervenção o Deputado José Sousa (*CH*), tendo o mesmo sido aprovado por maioria.

Posteriormente, teve lugar a análise e votação do ponto 22 relativo ao **Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XIII** – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores os decretos-lei n.ºs 550/99, de 15 de dezembro, e 554/99, de 16 de dezembro que, respetivamente, estabelecem o regime jurídico da atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques”, uma iniciativa conjunta do PS e PAN. Apenas proferiu intervenção sobre o mesmo a Deputada Joana Pombo Tavares (*PS*), sendo que o Pedido em apreço foi aprovado por unanimidade.

O último ponto da agenda de trabalhos, um **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 18/XIII** – “Avaliar o processo de introdução de manuais digitais nas escolas da Região Autónoma dos Açores”, da autoria do PS, foi rejeitado, não sem antes ter feito uma intervenção sobre esta matéria a Deputada Inês Sá (*PS*).

Por fim, foi aprovada por unanimidade uma Proposta de Deliberação da Mesa da Assembleia que declarou findo o período legislativo de outubro.

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 11 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: Obrigado Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos.**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge.**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas.**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues.**

Cecília Maria Soares **Estácio.**

Flávio da Silva **Soares.**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar.**

Jaime Luís Melo **Vieira.**

José **Joaquim** Ferreira **Machado.**

José Manuel Resendes **Leal.**

Luís Carlos Correia **Garcia.**

Luís Miguel Teixeira **Raposo.**

Luís Carlos Cota **Soares.**

Nídia Manuela Lopes **Inácio.**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves.**

Paulo Duarte **Gomes.**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira.**

Paulo José da Cunha **Simões.**

Rúben Filipe Rebelo Cabral.

Sabrina Marília Coutinho Furtado.

Maria Salomé Dias Matos.

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins Cardoso da Costa.

Berto José Branco Messias.

Carlos Emanuel Rego Silva.

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão.

Flávio Miguel da Ponte Pacheco.

Inês Soares de Oliveira e Sá.

Maria Isabel Góis Teixeira.

Joana Sousa Pombo Tavares.

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa.

José Gabriel Freitas Eduardo.

José Miguel de Freitas Toste.

Lubélio de Fraga Mendonça.

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues.

Luís Miguel Vieira Leal.

Mário José Dinis Tomé.

Marlene Andrea Martins Oliveira Damião de Medeiros.

Marta Ávila de Matos.

Patrícia Maria Melo Miranda.

Russell Michael Sousa.

Sandra Micaela Costa Dias.

Vasco Ilídio Alves Cordeiro.

Partido Chega (CH)

Francisco Gabriel Meneses de Lima.

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**.

José Paulo Machado de **Sousa**.

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**.

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça**.

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**.

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida e Sousa.

Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com a agenda.

Ontem quando encerrámos os nossos trabalhos, estávamos no debate da Proposta de DLR nº. 1/XIII - “Regime jurídico da carreira especial dos trabalhadores dos matadouros da Rede Regional de Abate da Região Autónoma dos Açores”.

Estava inscrito o Sr. Deputado João Mendonça a quem dou a palavra.

(*) **Deputado João Mendonça (PPM)**: Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Debatemos agora um tema de grande importância para a Região Autónoma dos Açores e, em particular, para um sector fundamental da nossa economia: a atividade dos matadouros.

A proposta deste Decreto Legislativo é um passo necessário e justo no sentido de reconhecer e valorizar a importância destes profissionais e o papel que desempenham para o desenvolvimento económico da nossa Região.

Até agora, estes trabalhadores têm permanecido numa situação indefinida, em termos de carreira, o que reflete de forma justa a importância do seu trabalho.

Esta carreira especial promove condições de trabalho mais estáveis e dignas e resultará numa rede de abate mais eficiente e especializada, reforçando a produção açoriana de carne de qualidade.

A clarificação das regras relativas à formação, avaliação e progressão constitui um elemento crucial para a motivação e para a excelência no desempenho das funções, garantindo que estes trabalhadores se sintam valorizados e incentivados a alcançar o seu potencial máximo.

Para concluir, Sras. e Srs. Deputados, o PPM considera que este regime jurídico da carreira especial dos trabalhadores dos matadouros está alinhado com as aspirações destes profissionais, o interesse público e a necessidade de manter a qualidade e competitividade da nossa economia.

Por todas estas razões, manifestamos o nosso parecer favorável a esta proposta.

Disse.

Deputada Catarina Cabeceiras (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que cria uma carreira especial para os trabalhadores dos matadouros da Região Autónoma dos Açores é, antes de mais e em primeiro lugar, fruto da luta desses mesmos trabalhadores.

Todos nos recordamos das jornadas de luta, das suas greves, dos seus protestos, da sua reivindicação justa pelo direito a uma carreira que já tiveram no passado e que lhes foi efetivamente retirada.

A extinção das carreiras especiais na função pública foi um erro que agora se começa lentamente a corrigir e que é demonstrado pela criação de novas carreiras especiais, como os técnicos auxiliares de saúde, a reivindicação pela criação de uma carreira técnica de auxiliares de educação, ou seja, carreiras que existiam, que foram retiradas, que tinham o propósito de valorizar trabalhadores com funções específicas com a intenção claramente de desvalorizar o trabalho e quem trabalha, foram retiradas, extintas, agrupando trabalhadores diferenciados em carreiras gerais que levou também a uma enorme desvalorização dos serviços públicos e da administração pública.

Por isso, essa luta é um exemplo de como os trabalhadores da administração pública e do setor privado, com a sua luta, com a sua reivindicação, muitas vezes conseguem obter pelo menos uma parte daquilo que reivindicam. Essa luta deu frutos.

Em segundo lugar, gostaria de destacar que a carreira efetivamente faz justiça às reivindicações, em termos gerais, dos trabalhadores, pese embora tenha questões que merecem aperfeiçoamento na especialidade por parte deste Parlamento.

Há claramente várias propostas de alteração que refletem isso mesmo; refletem que a proposta tem alguns problemas, alguns deles com alguma gravidade, que não podem nem devem de modo algum passar no Parlamento. Devem ser corrigidos.

Falo, por exemplo, das regras da transição das carreiras – da carreira geral para a nova carreira – que não têm em conta devidamente a antiguidade dos trabalhadores com mais anos de serviço e isso deve ser corrigido.

Devo dizer que apresentámos propostas de alteração, não nesta matéria porque já há outras, mas estamos aqui empenhados em efetivamente corrigir e melhorar o diploma; há questões ligadas ao regime de prevenção, as quais já foram referidas neste debate, sendo que o regime, tal como está e como propõe a Coligação, diga-se de passagem, tem muitos problemas, não pode acontecer assim, provavelmente nem sequer tem enquadramento legal, tem que ser corrigido.

Por outro lado, há ainda questões ligadas às tabelas salariais que também têm que ser corrigidas. Nós não podemos de modo algum criar (parte) tabelas salariais destas novas carreiras que são piores a nível remuneratório, do que as carreiras gerais, ou seja, para pior já basta. Não vamos de modo algum, pelo menos em determinada fase da carreira

desses trabalhadores, criar piores condições do que já tem a carreira geral.

Por isso, há aqui claramente oportunidade deste Parlamento melhorar aquilo que o Governo propôs.

Por outro lado, tenho também de dizer que temos enormes reservas quanto à proposta de alteração da Coligação - embora não estejamos na especialidade, mas por economia de tempo, Sr. Presidente - que pretende, em sede de especialidade, fazer tábua rasa de muitas das categorias profissionais que foram criadas e, julgo eu, negociadas com os trabalhadores, juntando numa única categoria muitas funções que estavam divididas por diferentes categorias, como a de motorista etc.

Isto leva a que aquilo que tinha sido negociado com os sindicatos seja colocado de parte, sem sabermos o que pensam os trabalhadores sobre esta alteração.

Uma coisa é melhorar claramente aquilo que foram questões já levantadas em Comissão e que procurámos corrigir, outra coisa são alterações completamente novas, que nunca ninguém debateu e que agora nos são apresentadas como uma novidade.

Isso merece claramente uma reflexão mais profunda.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Temos aqui hoje, e continuamos a discussão desde ontem, este diploma que prevê o regime jurídico da carreira especial dos trabalhadores de matadouros da Rede Regional de Abate.

Esta foi uma (primeira) Proposta de Decreto-Lei deste Governo nesta Legislatura, porque já vinha da anterior, a qual devido à dissolução desta

Assembleia, teve que ser apresentada novamente, portanto, perdemos 1 ano para resolver a situação destes trabalhadores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Paulo Gomes (PSD): É verdade!

Deputado Nuno Barata (IL): Mas mesmo assim não a melhoraram.

O Orador: Este é um compromisso evidente deste Governo da Coligação que pretende melhorar as condições de trabalho na nossa rede de abate, mas também procura resolver a reivindicação dos trabalhadores dos matadouros dos Açores.

De facto, este diploma que discutimos agora, insere-se numa política que tem sido feita por este Governo de valorização dos recursos humanos das diversas áreas e matérias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nunca um governo, na nossa humilde opinião, valorizou tanto os trabalhadores de matadouros como este, porque assumiu um compromisso de apresentar um regime jurídico para as suas carreiras, ao contrário de outros que, no passado, se limitaram a arranjar um *penso rápido*, em 2020 em vésperas de eleições a rever o valor dos subsídios de risco.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Com o Governo desta Coligação PSD, CDS-PP e PPM, finalmente dar-se-á resposta às reivindicações bem antigas dos trabalhadores da Rede Regional de Abate, reconhecendo e considerando todo o seu esforço físico e as funções inerentes.

Esta é, sim, uma resposta estrutural e não conjuntural.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A proposta que respeita e identifica os trabalhadores dos matadouros, acontece integrada numa política de aposta na produção de carne em toda a linha, desde o produtor ao abate, ao transportador, na promoção e reconversão da produção de leite para carne.

Sabemos que vivemos num contexto em que se verifica - como aqui foi dito e bem ontem - um aumento exponencial de número de abates, sendo que este ano e até ao mês de agosto, se registou mais de 19 mil toneladas de carne abatida nesta Região e mais 382 toneladas de carne por comparação com o mesmo período de 2023.

Toda esta temática foi discutida na Comissão de Política Geral, onde foram ouvidos os sindicatos, os trabalhadores dos matadouros de S. Miguel, a tutela que apresentou e reiterou que ia apresentar a proposta anterior e, já nessa altura, o Sr. secretário lançou o repto para que os grupos e representações parlamentares, se o entendessem, melhorassem esta proposta. E assim aconteceu por parte de diversas bancadas.

Com base nesse trabalho que foi feito em Comissão, os partidos da Coligação PSD, CDS-PP e PPM, apresentaram um conjunto de propostas de alteração que entram aqueles que foram os contributos recolhidos em Comissão, dando cumprimento à centralidade parlamentar de que tanto se fala.

Uma proposta de alteração que cria um suplemento remuneratório de prevenção, altera o reposicionamento dos trabalhadores, de modo a adequar de forma equitativa na progressão da carreira nas várias categorias, prevê a aposentação em condições mais favoráveis e, mais, a abrangência desta iniciativa chega a 357 dos 364 trabalhadores desta rede de abate.

Com a aprovação desta iniciativa os trabalhadores dos matadouros ficarão bem melhor, terão uma carreira condigna com as suas atribuições e funções.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação** (*António Ventura*): Muito obrigado Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Permita-me, Sr. Presidente da Assembleia, que a par daquilo que é a discussão dos trabalhadores, e ainda dentro do tema, possa repor aqui um conjunto de verdades que ontem foram afloradas como que maltratadas - acho que o termo é mesmo este. E cada vez que o PS fala, dá-me oportunidade de expor aquilo que é a diferença entre esta governação e a governação do PS, naquilo que é o reconhecimento da atividade e no apoio do rendimento do produtor.

Ora, relativamente a esta legislação que hoje estamos a debater, há um percurso e há uma história que muito importa repor a verdade, porque nenhum governo foi tão longe como este naquilo que é o reconhecimento do direito dos trabalhadores a terem uma carreira especial, nunca.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Em 2020, houve 4 greves - dias 17 e 19 de fevereiro e 19 de junho e 6 e 13 de julho.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Os trabalhadores dos matadouros fizeram greve para uma carreira especial de matadouros. E o que é que conseguiram?

Conseguiram o subsídio de risco. Conseguiram **só** o subsídio de risco na véspera dum ato eleitoral quando o Governo podia ter apresentado nesta Assembleia, em vez de uma legislação sob subsídio de risco, uma legislação sobre carreiras especiais, como estamos aqui a apresentar, onde incluía o subsídio de risco. Não o quis fazer, depois de 4 greves em 2020.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Depois, falou-se na questão dos abates na Região Autónoma dos Açores. Ora, permitam-me (porque os dados não mentem) comparar os dados do abate de bovinos na Região Autónoma dos Açores em 12 anos de governação do PS, com os nossos anos de governação.

Nos 12 anos de governação do PS, o melhor número de abates de bovinos na Região foi em 2018, tendo-se cifrado nos 72 mil 991 abates. Ora, em 2021, na nossa governação, registaram-se 80 mil e 67 abates. E em 2022, registaram-se 84 mil e 542 abates. Ou seja, os maiores de sempre. E isto deve-se a quê?

Deve-se também a circunstâncias de mercado, pois nunca a nossa carne foi tão procurada como agora, é verdade, mas deve-se a um outro fator que diferencia a nossa governação da do PS: é que o PS, através dum apoio do POSEI que é o *incentivo ao abate local*, cortava anualmente 1

milhão de euros aos produtores. E nós deixámos de cortar esse milhão de euros.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: O PS na sua governação, através dos chamados *rateios*, anunciava o valor e cortava 20, 30, 40, até 50% neste incentivo de abate local. Nós deixámos de cortar isso, reconhecendo a necessidade do consumo local, da expedição de carcaças e, como tal, os abatimentos dispararam na Região Autónoma dos Açores.

Essa é uma diferença de governação em termos do reconhecimento e do apoio ao rendimento dos agricultores, da atividade agrícola e da riqueza da Região Autónoma dos Açores. Isto é fundamental.

Depois, a questão do Plano Estratégico para a Bovinicultura de Carne. O único plano que eu conheço em 27 anos de governação foi o nosso criado em 2022.

Pela primeira vez, nós sabemos quanto é que custa produzir 1 quilo de carne nas ilhas e temos um plano para o futuro. Antes, governava-se a *olho nu*, sem base técnica, sem base científica.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Grande falácia!

O Orador: Depois, há algo que era urgente e na Região Autónoma dos Açores estávamos na iminência de perder, que é o reconhecimento internacional e já tínhamos alertado várias vezes para a necessidade desse reconhecimento e que é a certificação do bem-estar dos matadouros.

Em 2021 certificámos os matadouros de S. Miguel e Terceira – em 1 de dezembro de 2021. Nenhum dos matadouros estava certificado a nível internacional. E a 4 de outubro passado, certificámos – para o bem-estar animal a nível internacional - Santa Maria, Pico, Faial e S. Jorge e está em vista Graciosa e Flores.

Sim, nós estávamos na iminência de perder a nossa qualidade internacional por grande negligência da governação do PS.

Muito obrigado.

Deputado Nuno Barata (IL) - E os trabalhadores?

Deputado José Pacheco (CH): E dos matadouros, vamos falar hoje?

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP)**: Muito bom dia Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como já ficou bem evidenciado, este Governo de Coligação PSD, CDS e PPM tem feito um importante e avultado investimento na agricultura, nos nossos produtores e empresários agrícolas, nas nossas infraestruturas, como sejam os matadouros, aos mais diversos níveis, seja na recuperação, seja na reestruturação das instalações, seja a construção de novos matadouros.

Obviamente não esquecemos os seus trabalhadores e temos então aqui presente uma proposta para revalorizar a carreira dos trabalhadores dos matadouros que é muito merecido e já vem com muitos anos de atraso. E, portanto, estamos aqui para valorizar aqueles que garantem a qualidade de um produto de excelência dos Açores que é a nossa carne. É uma nova aposta da nossa agricultura. Muitos são os agricultores que têm reconvertido as suas explorações, ou parte delas, nesta nova produção - a produção de carne.

Os trabalhadores dos matadouros são uma componente importante desta reconversão, porque no fim da linha são eles que processam, que tratam da carne para ser colocada nas melhores condições no mercado. E, portanto, isto tem que ser reconhecido. E está a ser reconhecido com esta proposta do Governo de revalorizar a sua carreira.

Por isso, Sr. Secretário, conte com o voto favorável do CDS, porque é uma revalorização importante e é merecida.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A bem da verdade, há coisas que têm que ser repostas nesta Casa e da segunda intervenção do Sr. Secretário Regional, neste debate, fica claro que importa mais discutir outros problemas da fileira, do que discutir o problema dos trabalhadores dos matadouros dos Açores.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura):

Eu tive que responder ao PS!

O Orador: Mas vamos ao que interessa.

Diz o Sr. Deputado Paulo Silveira, do alto da sua sabedoria, que tudo isto tem um atraso devido ao chumbo da oposição ao orçamento. Pois eu devo dizer-lhe que apesar de ter decorrido 1 ano, o Governo entregou nesta Assembleia o mesmo diploma que tinha entregue antes, com as mesmas deficiências que o diploma tinha antes e que obrigou - eu vou repetir para

que fique bem claro - não só os partidos de oposição a apresentarem propostas de alteração, como as próprias bancadas da Coligação a corrigir os erros que o Governo manteve no diploma.

Mais: se há 1 ano era urgente fazer isso, há 2 anos tinha sido muito mais urgente, se tivessem aprovado a primeira proposta que eu trouxe a esta Casa e que resolvia esse problema há 2 anos e que teria resolvido muitos outros problemas na Rede Regional de Abate e no IROA. Mas isto fica para outras *calendas*. Fica para ser discutido nas *calendas romanas*, não nas *calendas gregas*.

Quanto à proposta que aqui nos trazem hoje, eu lembro a câmara, e chamo a atenção de todos os grupos e representações parlamentares que aquilo que está na proposta do PSD, do CDS e do PPM, relativamente à alínea m) do n.º 13 do Artigo 4.º é **ilegal**, porque o sistema de prevenção não é nem pode ser pago como trabalho extraordinário.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: O sistema de prevenção é uma coisa, o trabalho extraordinário é outra; o IHT (isenção de horário de trabalho) é uma coisa, o sistema de prevenção é outra e o trabalho extraordinário ainda é outra.

É importante que este debate seja feito, porque corremos o risco de um voto *cego* criar aqui um problema de futuro e os trabalhadores recusarem esse regime que aqui está proposto. – e bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Mais ainda, convém lembrar a câmara que os matadouros são uma indústria relevante para a fileira da carne no Arquipélago dos Açores, para as aves, para a suinicultura e para uma série de... *agroalimentos*, como diz o Sr. Secretário Regional...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E bem!

O Orador: ... que tem crescido felizmente na Região Autónoma dos Açores e que nos vai tornando mais autónomos nesta matéria. E como indústrias que são, têm que ser olhadas precisamente com essa preocupação. E este sistema de prevenção que nós propomos e que o Partido Socialista também propõe, garante eficácia nestas indústrias, ao contrário da proposta da Coligação que não garante essa eficácia. É muito importante que isto fique claro, tal como é importante também realçar aquilo que já disse o Sr. Deputado António Lima, de que esta proposta de alteração que foi apresentada pela Coligação, que até tem algumas bonomias, altera significativamente aquilo que foi discutido com os trabalhadores e com os sindicatos. Sobre esse ponto de vista, eu gostava de perguntar ao Sr. Secretário se conversou com os sindicatos sobre esta proposta ou se os grupos parlamentares da Coligação conversaram com os sindicatos sobre essa matéria?

Porque sendo propostas de alteração, obviamente não colidem com o nosso Regimento, mas como alteram significativamente aquilo que estava na proposta inicial, provavelmente teríamos que voltar a ouvir os sindicatos sobre essa matéria.

Eu não quero atrasar mais este processo, não estou aqui para isso, mas provavelmente a pressa em agendar este diploma para o plenário de outubro, em vez de o deixar para o plenário de dezembro e ouvir de novo os sindicatos sobre essa matéria, não foi claramente prudente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu ontem fiz algumas questões aos Deputados da Coligação relativamente a um artigo específico e volto a referir as mesmas questões, porque acho que é importante que sejam aqui clarificadas.

Relativamente ao Artigo 7º-A que diz respeito ao “suplemento remuneratório de prevenção”, na alínea 2), esse suplemento fica previsto apenas para dois trabalhadores: o *técnico especialista de manutenção* e o *técnico especialista de qualidade*.

A questão que se coloca é porquê só estes dois técnicos ficarem abrangidos por este suplemento?

Outra questão que também importa referir, diz respeito à alínea 3), em que diz que “este suplemento remuneratório de prevenção é devido mensalmente mediante um comprovativo de recurso à prevenção de trabalhadores em período de descanso, esgotados os demais recursos disponíveis”.

Aqui eu coloco duas questões:

- Que comprovativo é esse, quem é que o vai comprovar?
- Quais são estes “demais recursos disponíveis” de que aqui se fala?

Outra questão que eu também gostava de deixar aqui, vai no sentido de repor a verdade dalgumas afirmações feitas pelo Sr. Secretário.

O Sr. Secretário afirmou um valor recorde de abate em 2022, é verdade. Esqueceu-se foi de dizer que esse período dizia respeito aos abates de vacas velhas mediante a medida da redução voluntária da produção de leite. E esqueceu-se de dizer também que logo em 2023, voltámos para valores normais, com uma redução de mais de 22 % nos abates.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Outra questão que eu também gostava de colocar ao Sr. Secretário, é que quando diz que “hoje numa política vossa, já sabiam quanto é que custava produzir 1 quilo de carne”.

Pois bem, Sr. Secretário, quanto é que custa produzir 1quilo de carne?

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN)** : Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É difícil resistir à tentação de não querer fazer uma comparação entre a clarificação de uma carreira, que é aquilo que nós temos hoje, e a criação de uma carreira que tivemos na 3ª feira passada. E nós sabemos à partida que o PAN foi atacado, porque isto não é como nós queremos, temos que ir com calma e mais ainda, “temos que conversar”.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) – O PAN atacado?!

O Orador: É engraçado, porque o Governo não quis conversar agora com os intervenientes relativamente a isto. Aquilo em que eu fui atacado é exatamente o mesmo que o Governo faz.

Mas mais: também fui atacado com a iniciativa para a criação de uma carreira que supostamente o Governo não gosta - gosta é da classificação de carreira como temos hoje – porque “foi muito mal feito da parte do PAN” – o PAN não sabia o que estava a fazer. É engraçado, porque esta iniciativa foi feita *com os pés* e se não fossem as propostas de alteração da parte do IL, do PS e do Bloco de Esquerda, esta iniciativa podia ir para o lixo, porque não valia grande coisa.

É engraçado, porque a memória e a história, como tanto gosta o Sr. Secretário de invocar, é muito importante.

Por isso, lembrámos uma história muito recente, de 3ªfeira passada, e de como é que nós dizemos uma coisa, defendemos e usamos esse

argumento, mas quando nos convém, usamos exatamente esses argumentos para nós.

Obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Desculpa lá, Pedro Neves, eu julgava que ia propor que se acabe com os matadouros!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura):** Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, responder a uma questão do Sr. Deputado Nuno Barata que eu acho que é pertinente.

Sim Sr. Deputado, a única negociação que tivemos foi de facto com o Sindicato dos Trabalhadores de Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas para a elaboração desta proposta, a qual está totalmente de acordo com esse sindicato. Quanto às restantes propostas de alteração, eu não sei se os grupos parlamentares articularam ou não com algum sindicato. De qualquer modo, esta Casa e as Sras. e Srs. Deputados, estando de facto nas suas funções de legisladores, podem alterar a proposta base. Isso significa que concordam com a proposta e têm uma visão política, institucional e jurídica para melhorar essa mesma proposta. Ora, são bemvindas as propostas de melhoramento. Esta nossa proposta tem uma articulação base e de concordância a 100% com um sindicato que foi aquele que efetivamente negociou com o Governo Regional.

Relativamente aos planos estratégicos, nós publicámos em 2022, e esteve em consulta pública, o Plano Estratégico para a Bovinicultura de Leite, Carne, Horticultura, Floricultura e Vitivinicultura. Estiveram em consulta

pública, mas do PS não recebemos nenhum contributo estão publicados no site do governo todos os planos estratégicos.

Deputado António Lima (PS) – A consulta pública dos partidos é aqui, Sr. Secretário!

O Orador: Portanto, as Sras. e Srs. Deputados podem consultar os planos e ao consultá-los, para quem segue estas áreas, tem lá efetivamente qual é a nossa visão a 10 anos, qual é o preço base nas ilhas, relativamente a estas agro-produções e aquilo que pensamos para a política pública em termos de apoio.

Ora, perguntar-se quanto é custa produzir 1 quilo de carne, significa que não se sabe que estes plano existem e que estiveram em consulta pública e que não se contribuiu.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Não senhor!

Deputado José Ávila (PS): O senhor se não sabe responder, paciência!

O Orador: As pessoas interessadas em melhorar efetivamente a agricultura nos Açores contribuem nas consultas públicas e não houve contributo nenhum do PS nessa consulta pública. Ou seja, concordaram plenamente a 100%, porque se não concordaram porque é que não apresentaram alternativas? Não houve nenhum plano alternativo. E, portanto, se não houve nenhum plano alternativo, é porque concordaram a 100%.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Muito bem!

O Orador: Depois, relativamente aos abates, não foi só por isso, porque de 2023 para 2024, nós já temos mais 3952 bovinos abatidos, o que não se deve só a uma política de reconversão do leite e da carne. Deve-se, essencialmente, à confiança que os produtores têm – obviamente às circunstâncias de mercado e de política pública - em abater localmente e receber o prémio do POSEI a 100%. Os governos do PS custavam cerca de 1 milhão de euros aos produtores todos os anos, anunciavam o preço e

cortavam 20, 30, 40%. Não criavam confiança para a bovinicultura de carne na Região.

Neste momento, há uma grande procura de carne na Região por espanhóis, por continentais e o preço aos produtores está a níveis que nunca esteve nos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Volto a repetir: o preço aos produtores nunca esteve na história dos Açores como está; nunca esteve nos Açores

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E quanto mais carne nosso produzíssemos, mais carne venderíamos a nível nacional. A marca **Açores** da nossa carne tem sido essencial. O nome **Açores** nos nossos mercados tem sido muito procurado. E há vários destinos europeus a procurar a nossa carne que está cada vez mais procurada.

Parabéns aos produtores que se esforçaram e também um reconhecimento a todos nós que estamos a governar, por termos reposto a confiança nos produtores, desde logo, nos prémios do POSEI e também em relação a um plano estratégico nesta área que não havia; antes governava-se às cegas e cortava-se naquilo que se queria e entendia aos produtores.

Parabéns aos produtores!

Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

Deputado Francisco Lima (CH): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, eu quero já deixar claro aqui uma questão que até emana da minha formação de base - sou médico veterinário - e reparei aqui numa questão que é preciso que se clarifique: um matadouro não pode funcionar e abater animais sem um médico veterinário, é crime. É crime de abate clandestino.

Esses profissionais, quando há um abate de urgência que está contemplado para as outras carreiras profissionais, tem que ter um médico disponível. O que é “disponível”?

Ele não pode ir ao cinema, não pode estar em local onde não tenha telemóvel, não pode ir à pesca (também agora não vai haver peixe, por isso não é um grande problema), mas é uma restrição à sua vida pessoal.

Os médicos, por exemplo, quando estão de prevenção, recebem claramente por isso, no entanto os médicos veterinários da função pública - que são funcionários na administração regional da mesma maneira que os funcionários do matadouro - estão, digamos, sujeitos a uma *escravatura moderna*. São obrigados a trabalhar de borla, ou seja, ficam de prevenção de borla. E eu acho que o Sr. Secretário esqueceu-se deles. É como alguém que está a fazer política para a aviação, mas esqueceu-se de que é preciso o piloto e o piloto não interessa.

Conclusão disto tudo, é que se podia dizer, no caso do piloto que até ganha 5 vezes mais...

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

O PS também não fez nada, por isso está-se a rir, a gente compreende!

O Deputado Carlos Silva também está-se a rir, acho muito bem que se continue a rir, porque dá mesmo vontade de rir!

Ao menos estes estão a tentar fazer alguma coisa, os senhores nunca fizeram nada!

Deputado Vasco Cordeiro (PS) - Nós estamos a rir para não chorar com essa sua intervenção!

Comparar os médicos com os veterinários que estão de prevenção?!

O Orador: Não estou a falar para si. Por isso pode continuar a rir, acho bem!

Deputado Carlos Silva (PS): O Chega tem uma proposta?

O Orador: Mas a sua colega Deputada Patrícia talvez me possa confirmar aquilo que eu estou a dizer.

O senhor percebe é de números e mal.

A conclusão disto tudo é que o piloto do avião chega a ganhar 5 ou 10 vezes mais do que a hospedeira. Neste caso, o que a gente tem são médicos veterinários, técnicos superiores, em que o curso não é de 3 anos e feito correspondência como os cursos do engenheiro Sócrates e outros, são cursos a sério de 5 anos, com mestrado integrado, em que estão ao lado de Magarefe - com todo o respeito que a gente tem por estas carreiras profissionais - e já ganham o mesmo ou menos em início de carreira.

Eu pergunto ao Sr. Secretário se está a pensar, pelo menos nos matadouros, fazer uma carreira especial também para os médicos veterinários?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Nuno Barata:

A minha sabedoria é insignificante ao pé da sua com certeza, mas valorizo a forma como o fez, porque efetivamente em relação a este diploma foi o primeiro a apresentar uma proposta de alteração integral, sendo que a mesma acabou por ser escrutinada em sede de Comissão.

Gostaria de lembrar que em relação ao que o Sr. Deputado também pretende alterar em termos da possibilidade de permanência na carreira dos trabalhadores em funções públicas na carreira geral, o SINTAP diz, e passo a citar: “Tal não nos parece que seja desejável, na medida que poderá dar-se o caso de termos dois trabalhadores com o mesmo conteúdo funcional em carreiras diferentes e que não nos parece consentâneo com o Artigo 80º/1 da Lei Geral dos Trabalhadores em Funções Públicas, de acordo com o qual cada carreira ou cada categoria em que se descobre uma carreira corresponde a um conteúdo funcional legalmente descrito”. Esta é a posição, por isso nesse aspeto, não poderemos acompanhar a sua proposta de alteração.

Sr. Deputado António Lima, gostaria de dizer-lhe que ouvimos os sindicatos, mas também ouvimos os matadouros e esta Região tem 8 matadouros, 2 de grande dimensão, é verdade, que fazem a grande percentagem do abate desta Região - o de S. Miguel e o da Terceira - mas existem matadouros em ilhas mais pequenas, como São Jorge, Graciosa e Flores, e o que acontece neste momento é que qualquer trabalhador tanto faz o abate como faz o transporte. E a nossa preocupação aqui de juntar

estas 6 carreiras numa só (serviços especiais) é para não permitir que, por exemplo, um motorista que à base do que estava escrito, pudesse dizer que porque só tem transporte uma vez por semana, só fará transporte uma vez por semana e está sentado numa cadeira o resto da semana. É uma questão de justiça para com os matadouros mais pequenos, onde as pessoas têm multifunções e eu quero elogiar esses trabalhadores que muito fazem e muito mantêm, estando sempre disponíveis para fazer prevenção e tudo o que é preciso nos matadouros em prol da nossa comunidade. E é preciso dizer isto, porque esses nunca tiveram prevenção...

Deputado Paulo Chaves (PSD): Muito bem!

Deputado Nuno Barata (IL): Isso não é prevenção!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: ... porque há aqui alguém que agora nos faz perguntas sobre prevenção, quando nunca quiseram pagar, nem nunca quiseram dar prevenção aos trabalhadores dos matadouros!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Nunca o quiseram fazer, por isso, digo-lhes que leiam o que está na nossa proposta e verão que não merecem outro tipo de resposta, porque ontem, infelizmente, Sra. Deputada Patrícia Miranda, com o respeito e consideração que tenho por si, ficou bem patente o que o PS apregoa e depois faz.

Deputado Carlos Silva (PS): Explique a sua proposta.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E responder às perguntas?

O Orador: Apregoa que está com os trabalhadores dos matadouros, mas na prática, ontem, na sua intervenção preocupou-se foi em fazer um ataque ao Governo e ao Sr. Secretário e não em defender os trabalhadores!

Foi preciso o Sr. Presidente da Assembleia ter de a chamar à razão para que falasse dos trabalhadores, pois a senhora estava preocupada era em atacar o Sr. Presidente, o que bem demonstra a preocupação que o PS tem com os trabalhadores!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não posso deixar de pedir a palavra, apesar do pouco tempo que tenho, quando ouço provocações da bancada que quer ir para casa mais cedo.

A resposta à pergunta que foi deixada pela Sra. Deputada Patrícia Miranda quanto ao Artigo 7º-A (um artigo novo) da Coligação, nomeadamente em relação ao seu nº. 3, que é ilegal, ou seja, transforma um sistema de trabalho extraordinário num sistema de prevenção, ficou por dar. E é importante a câmara perceber isso e os trabalhadores lá em casa perceberem isso também.

Registo também que o Partido Social Democrata está muito mais

próximo do comunismo do que do liberalismo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Eu ia pedir a palavra para uma interpelação, mas tendo tempo, vou gastar 1 minuto para dizer ao Sr. Presidente o seguinte:

Já por mais do que uma vez o Sr. Deputado Nuno Barata quis insinuar que o nosso empenho neste plenário seria menor, por razões exteriores a este plenário.

Deputado Nuno Barata (IL): Não insinuei nada disso!

O Orador: O nosso empenho é o mesmo.

Ninguém está aqui a querer *ir para casa mais cedo*, eliminando qualquer direito de qualquer deputado, ou de qualquer bancada, em participar no debate e acho que isso tem ficado demonstrado, apesar da nossa preocupação em termos que cumprir aquilo que é uma praxe parlamentar que é quando existem congressos, seja do Iniciativa Liberal, seja de qualquer outro partido, tentarmos respeitar aquilo que é a participação política e partidária dos membros desta Assembleia, seja qual for o seu partido.

Deputado Nuno Barata (IL): Isso não é verdade!

O Orador: E não lhe fica bem, Sr. Deputado Nuno Barata, querer insinuar que nós fazemos menor trabalho, ou pior trabalho, por qualquer razão exterior a este plenário.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata pede a palavra para?

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Para defesa da honra, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para defesa da honra, porque foram postas na minha boca palavras que eu nunca usei.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Disse, sim senhor!

O Orador: Eu já disse, de facto, duas vezes ao longo desta semana, que o debate se vai alongando, sem necessidade de se alongar.

Eu não disse que estavam a ser restringidas as possibilidades dos Srs. Deputados participarem no debate, bem pelo contrário!

Ao longo desta semana, eu tenho feito um esforço – houve um diploma onde eu nem sequer abri a boca – e informei a Conferência de Líderes que tinha uma urgência que não cheguei a entregar, mas fiz um esforço ao longo desta semana, Sr. Deputado Bruto da Costa, para que o Partido Social Democrata e todos os seus Deputados, pudessem ir ao Congresso este fim de semana em Braga, porque eu acho que essas praxes parlamentares devem ser respeitadas.

Porém, eu não posso é ficar calado, tendo tempo para falar, depois de ouvir um aparte da bancada parlamentar do Partido Social Democrata que me diz que “ainda bem que não há ninguém para falar”...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não foi isso que foi dito!

O Orador: ... depois de eu ter feito um esforço para contribuir precisamente para o cumprimento do compromisso que existe de praxe parlamentar e respeitar esse compromisso.

Sr. Deputado Bruto da Costa, eu não costumo trazer para aqui conversas que são tidas na Conferência de Líderes ou nos corredores, nem vou trazer!

Mas o senhor sabe perfeitamente tão bem quanto eu, que desde o princípio deste processo, que eu me opus ao agendamento de algumas destas iniciativas, precisamente para respeitar e para garantir que os Deputados do Partido Social Democrata chegavam a tempo e horas ao seu Congresso!

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa para, querendo, dar explicações.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, a explicação que eu queria dar é que, de facto, o Sr. Deputado Nuno Barata, lamentavelmente, não percebeu o aparte que foi dito por um colega da minha bancada, quando o senhor disse que tinha pouco tempo, o aparte foi “ainda bem”. Não foi em relação a mais ninguém, foi em relação ao seu tempo e ao tempo que o senhor ia usar para falar.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: E não teve nada a ver com mais nada.

O que eu lhe queria dizer é que aquilo que me insurgi foi contra o facto do senhor, já por 2 vezes, ter insinuado que não estávamos a seguir um bom trabalho, porque havia gente que estava com pressa para ir para casa!

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu volto a pedir a palavra para reiterar as questões que coloquei aos Deputados da Coligação, porque não é só falar dos trabalhadores do matadouro que se demonstra respeito, é também dar-lhes as devidas explicações. E é neste sentido que eu volto a fazer estas questões:

- Porque é que só 2 trabalhadores é que ficam afetos a este regime, nomeadamente o *técnico especialista de manutenção* e o *técnico especialista de qualidade*?

- E que “demais recursos disponíveis” são estes que aqui falam no da alínea nº. 3 do Artigo 7º-A?

Eu fico a aguardar as respostas.

Obrigada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho, mais uma vez, para salientar alguns aspetos e também tendo em conta a resposta do Sr. Deputado Paulo Silveira relativamente às categorias que são agrupadas pela proposta da Coligação numa única categoria.

Em primeiro lugar, relativamente a essa matéria, eu até compreendo e em certa medida concordo com a preocupação que o Sr. Deputado Paulo Silveira trouxe, no sentido de que a excessiva compartimentação em diferentes categorias pode levar a uma dificuldade nos serviços dos matadouros pequenos, principalmente, mas até também nos de maior dimensão. Todavia, aquilo que faz a proposta da Coligação, não deixa de suscitar dúvidas, porque estamos a falar em agrupar categorias muito específicas, sobre as quais tenho muitas dúvidas de que isso tenha alguma

viabilidade. E eu vou ler quais são as categorias que a Coligação tenta agrupar:

- *Oficial de matança;*

- *Motorista;*

- *Distribuidor;*

- *Fogueiro;*

- *Eletricista;*

- *Operador de frio;*

- *Serralheiro mecânico.*

Em todas elas em técnico de serviços especializados.

Ora, tenho muitas dúvidas, para não dizer que discordo, que um eletricista que tem uma profissão especializada, possa ter a formação para fazer, por exemplo, o serviço de um oficial de matança e vice-versa, porque é disso que se trata. Ou seja, por exemplo, um oficial de matança fazer o serviço de eletricidade. Parece-me que isso traz riscos complicados para o serviço e daí também as nossas dúvidas. Essa proposta gera muitas dúvidas.

Por outro lado, a questão do suplemento remuneratório de prevenção, este suplemento não cumpre aquilo que está disposto na Lei do Trabalho em Funções Públicas, levanta problemas já aqui referidos, em que um exemplo claro e que toda a gente percebe, o caso dos médicos quando estão de prevenção, estão a receber uma parte do salário por aquele serviço de prevenção, não é apenas quando são chamados ao hospital; recebem, como é evidente, estão disponíveis a qualquer momento, até têm que se apresentar ao serviço num tempo limite, ou seja, tem que estar próximo do local de trabalho e isso tem que ser remunerado, não pode ser apenas quando são chamados. Por isso, este regime não pode de modo algum ser feito desta forma. E também é preciso dizer - Sra. Deputada Patrícia Miranda arrisco-me a responder à sua pergunta - os “demais

recursos disponíveis” certamente que se chamam trabalhadores a recibo verde que não faltam nos matadouros. E era bom que o Sr. Secretário aproveitasse este diploma para os integrar na carreira.

Finalmente, quero reforçar a ideia de que com a proposta de alteração que fazemos, concordando na generalidade com as propostas de alteração da IL e do PS e com muitas da Coligação, é fundamental não se criar na carreira de *técnico especialista* e de *técnico especialista de manutenção*, uma carreira que é pior do que a de técnico superior, ao nível dos índices remuneratórios, portanto, é bom que se corrija isso, para que com este diploma, não saia para algumas pessoas uma carreira pior do que aquela que têm neste momento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu volto novamente a pedir a palavra porque continuo a aguardar as questões da bancada da Coligação, porque são importantes para esta votação e, essencialmente, mais do que isso, são importantes para esclarecer todos os trabalhadores da rede regional dos matadouros. E aí é que está a tal questão do respeito que se tem por estes trabalhadores, que é a de exatamente responder-lhes às suas futuras questões laborais que vão ser provadas neste diploma.

Portanto, eu fico a aguardar que as bancadas da Coligação me respondam.

Obrigada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Sra. Deputada Andreia Cardoso tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta questão já colocada ontem e já hoje por duas vezes pela Sra. Deputada Patrícia Miranda, não é uma questão de somenos importância. Nós estamos a tratar aqui de assuntos que dizem respeito a trabalhadores, portanto, isto é uma de carreira de trabalhadores que segue tramitação especial na Assembleia, exatamente porque são assuntos especiais.

Chegados hoje aqui, estamos perante propostas de alteração muito substanciais, que alteram profundamente aquilo que foi a proposta apresentada pelo Governo e há matérias de duvidosa legalidade sobre as quais estamos a pedir, desde ontem, esclarecimentos à bancada que as propõe e, até hoje e até agora, não obtivemos resposta. Se a bancada da Coligação não consegue responder, pedimos à bancada do Governo então que responda.

- É ou não é ilegal a questão do estabelecimento em decreto legislativo regional, de que só 2 categorias têm acesso ao suplemento remuneratório de prevenção?

- É ou não é ilegal e o que é que compreende aqui, a apresentação de um comprovativo, a quem e como, para beneficiarem dessa prevenção?

- Que recursos têm que ser esgotados para terem acesso a esse suplemento de prevenção?

Isto são questões essenciais que estão a ser colocadas no âmbito da generalidade, porque quando passarmos à votação, temos que ter claro o que é que estamos a votar.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Vamos avançar para as votações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Foram colocadas questões que são essenciais.

A Coligação não consegue ou não quer responder e isso demonstra bem a arrogância com que encara este debate.

O Sr. Secretário Regional também não quer responder, nem quer dar explicações. E, aliás, ainda é mais grave quando o Sr. Secretário em Comissão disse, e passo a citar, que “em relação ao sistema de prevenção 24 horas entendem que o mesmo será pago pelas horas extraordinárias, ou pelo trabalho noturno, ou pelo trabalho diurno”. E, portanto, Sr. Secretário, é isso que está aqui em questão, ou seja, o regime de prevenção vai ser pago dessa maneira?

Deputado Nuno Barata (IL): Não pode

O Orador: Explique!

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Se ele quiser!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura):** Obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A nossa proposta é exatamente isso que o senhor disse e também disse na Comissão em que foi negociada com o sindicato. É este o nosso entendimento de prevenção e, portanto, nada mais temos a acrescentar. Eu expliquei em Comissão, foi acordado com o sindicato e, portanto, se há alterações a esta proposta, bom, os proponentes é que têm que se

pronunciar. No entanto, nós mantemos a nossa proposta tal qual foi acordada com o sindicato nos termos em que foi acordado e está apresentada para debate e discussão.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Então, Sr. Secretário, aquilo que concluo da sua intervenção é que o senhor não concorda com a proposta da Coligação. É isso que está aqui em causa?

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura):

Eu não tenho que concordar ou deixar de concordar os senhores é que votam!

O Orador: O senhor está a dizer que a proposta da Coligação não é válida e não corresponde ao seu compromisso com os sindicatos?

É isso que nós concluimos?

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura):

Há separação de poderes, no passado é que era tudo a mesma coisa! Era obediência absoluta!

Aqui não há obediência absoluta, cada um pensa por si!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Realmente para quem a prevenção não era importante, nota-se bem que o PS agora faz uma proposta integral a correr em que dá muita razão ao que propomos na nossa alteração, em vez de prever é que as duas alíneas simplesmente dá o livre arbítrio de ser chamado quem quer.

O que nós entendemos é que em relação aos *técnicos especialistas de qualidade* e *técnicos especialistas de manutenção* - este foi o nosso entendimento - que serão as duas carreiras ou as duas categorias que quando acontecem situações em termos de prevenção, são chamadas mais vezes ou mais regularmente, ou pelo menos na prática até agora tem sido assim.

Em relação ao nº. 3...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso tem um nome, chama-se “meter os pés pelas mãos”!

O Orador: Se o Sr. Deputado Vasco Cordeiro me deixar falar, eu agradecia. Muito obrigado.

Em relação ao “suplemento remuneratório de prevenção devido mensalmente, mediante comprovativo de recurso à prevenção de trabalhadores em período de descanso, esgotado os demais recursos”, eu acho que é muito simples de explicar, isto é, os trabalhadores sempre fizeram prevenção sem receber um cêntimo ao longo de todos estes anos, é uma evidência com a qual o senhor nunca se preocupou pelos vistos.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Ria-se agora!

O Orador: E o que se está aqui a colocar é quando for feita a prevenção - cada matadouro sabe se o trabalhador foi ou não chamado - o que se está aqui a pedir é uma prevenção que seja efetiva.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O Sr. Secretário nem sequer concorda com isso, senhor!

O Orador: E quando se esgotarem todos os demais recursos disponíveis, havendo outros colegas que possam fazer essa função, se for oportuno, ou por turno, poderem então fazer essa função sem ser necessário recorrer a essa prevenção.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Silveira, Sr. Secretário Regional:

Em primeiro lugar, o regime de prevenção é o regime que está previsto na lei. O Governo Regional não vai inventar um regime de prevenção.

“Regime de prevenção” significa **disponibilidade** e significa receber um suplemento para o trabalhador estar disponível. É disto que se trata. E por isso o nosso pedido de esclarecimento sobre horas extraordinárias camufladas: ou bem que temos um regime de prevenção, e ele é nos termos que estão na lei, ou seja, paga-se um suplemento para ter o trabalhador disponível, ou então, paga-se horas extraordinárias.

O Sr. Secretário disse na Comissão que pagava em horas extraordinárias. Os senhores colocam aqui o regime *alegada prevenção*, mas pelos vistos, são horas extraordinárias *camufladas*.

Foi isso que o Sr. Deputado Paulo Silveira demorou a dizer, mas acabou por dizer. E, portanto, isto é efetivamente ilegal.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: E o que os senhores estão a pedir a este Parlamento é que aprove uma proposta que é ilegal e, naturalmente, o Partido Socialista não está disponível para isso.

Outra coisa importante repor em termos da verdade, Sr. Deputado Paulo Silveira, eu estive na Comissão, ouvi os trabalhadores e, portanto, o que

lá foi dito e falado foi **regime de prevenção**, não se falou em horas extraordinárias -1º ponto.

O Partido Socialista apresentou, desde logo, já ontem, uma proposta de alteração e essa proposta sempre visou, desde o início, a única questão que nos preocupava, porque as outras já tinham sido abordadas por outros partidos, nomeadamente a Iniciativa Liberal já há muito tempo e resolvidas, mas a questão da prevenção não estava resolvida e a nossa proposta de alteração foi nesse sentido; sim apresentámos uma proposta de substituição que visa, unicamente, melhorar a redação e clarificar, ir ao encontro daquilo que foi proposto pela Coligação, mas **garantindo os pressupostos legais**, coisa que os senhores não fizeram.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Aliás, esta semana já aconteceu de tudo.

Já aconteceu a Coligação recomendar ao Governo que cumpra a lei.

Já aconteceu a Coligação exigir ao Governo que faça ilegalidades, nomeadamente, no rendimento social de inserção.

E agora é a própria Coligação a tomar uma iniciativa **ilegal**.

Mas, afinal, isto o que é?!

Que reino é este?!

É importante resolver esta trapalhada!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Deputado José Pacheco (CH): Pôr as pessoas a trabalhar é ilegal!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sras. e Srs. Deputados, vamos iniciar as votações.

Encerramos o debate e vamos então votar na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 1/XIII – “Regime jurídico da carreira especial dos trabalhadores dos matadouros da Rede Regional de Abate da Região Autónoma dos Açores”.

As Sras. e os Srs. Deputados que que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A votação, na generalidade, da Proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 1/XIII foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 do IL e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Vamos iniciar o debate e votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos iniciar a votação.

Há uma alteração da “exposição de motivos”.

Pergunto à câmara se é preciso votar? Não?

Peço então à comissão de redação final que tenha atenção a isso.

Pergunto à câmara se podemos submeter à votação o 1º e 2º Artigos em conjunto? Sim?

Então estão à votação o 1º e 2º Artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O 1º e 2º Artigos foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Pergunto à câmara se as propostas de alteração do PSD, CDS-PP e PPM ao Artigo 3º podem ser colocadas à votação em conjunto?

Se não há objeções, vamos então votar estas propostas de alteração ao Artigo 3º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao Artigo 3º. foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do IL e 1 do PAN e 1 voto contra do BE.

Presidente: Está à votação o Artigo 3º com estas propostas que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O Artigo 3º foi aprovado foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do IL e 1 do PAN e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do Artigo 3º-A apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento do Artigo 3º-A foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Pergunto à câmara se as propostas efetuadas, à exceção da última (o PS só faz uma proposta de alteração à alínea m) do n.º 13 o Artigo 4º), se podemos votar todas as outras propostas a este artigo efetuadas pelo PSD, CDS-PP e PPM ao Artigo 4º?

Estão à votação as propostas de alteração efetuadas ao Artigo 4º. pelo PSD, CDS-PP e PPM, com exceção da alínea m) do n.º 13 do Artigo 4º.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Não tem qualquer implicação com as propostas de alteração efetuadas pelo PSD, CDS-PP e PPM ao Artigo 4º, só tem a esta alínea, mas se os senhores querem votar primeiro a alínea da Iniciativa Liberal votamos.

Então, está à votação a proposta de eliminação da alínea m) do n.º 13 do Artigo 4º, apresentada pela Iniciativa Liberal.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação da alínea m) do n.º 13 do Artigo 4º foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 do IL e 1 do PAN.

Está assim prejudicada a proposta de eliminação apresentada pelo PS à mesma alínea.

Vamos votar agora as propostas de alteração efetuadas ao Artigo 4º pelo PSD, CDS-PP e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração ao Artigo 4º foram aprovadas com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do IL, 1 do PAN e 1 voto contra do BE. **Presidente:** Está à votação o Artigo 4º com estas propostas de alteração que acabámos de introduzir.

Sra. Deputada Andreia Cardoso?

(Aparte impercetível da Deputada Andreia Cardoso)

Presidente: Então porque é que não pediu isso antes de eu anunciar o que ia pôr à votação? Para me cansar?

Está à votação a alínea m) do n.º 13 do Artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A alínea m) do n.º 13 do Artigo 4.º foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 do PPM e com 22 votos contra do PS, 1 do BE, 1 do IL e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o Artigo 4.º com as propostas de alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Artigo 4.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 do PPM e 1 voto contra do BE, 1 do IL e 1 do PAN e 22 votos de abstenção do PS.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar as propostas efetuadas pelo PSD, CDS-PP e PPM ao Artigo 5.º em bloco?

Estão à votação as propostas de alteração efetuadas pelo PSD, CDS-PP e PPM ao Artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração ao Artigo 5º foram aprovadas com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do IL e com 1 voto contra do PAN e 1 abstenção do BE.

Presidente: Votamos agora o Artigo 5º com as propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Artigo 5º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um Artigo 5º-A apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM .

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento de um Artigo 5º-A foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração e a proposta de aditamento efetuadas pelo PSD, CDS-PP e PPM ao Artigo 6º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento ao Artigo 6º foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o Artigo 6º com estas propostas de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Artigo 6º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento dum Artigo 6º-A apresentado pelo PSD, CDS-PP e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento dum Artigo 6º-A foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento dum Artigo 6º-A apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento dum Artigo 6º-A apresentada pelo PS foi rejeitada com 22 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 do IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento dum Artigo 6º-B apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento de um Artigo 6º-B foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelo PSD, CDS-PP e PPM ao Artigo 7º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: As propostas de alteração ao Artigo 7º foram aprovadas por unanimidade.

Votamos agora o Artigo 7º.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Eu queria lembrar que está agora a votação o artigo referente ao *suplemento remuneratório de prevenção*, cujo n.º 2 impõe que este

suplemento remuneratório se destine apenas a duas categorias, quando nós conhecendo a realidade dos matadouros da nossa Região, sabemos que por conveniência do próprio serviço e da gestão dos matadouros, não são apenas estas categorias que são chamadas, por exemplo, para abates de urgência ou têm necessidade de beneficiar desse suplemento de prevenção - isto em relação ao nº. 2.

Em relação ao nº. 3, voltamos a alertar a câmara para o que aqui está disposto é ilegal, isto é, não cumpre aquilo que a Lei do Trabalho define em matéria prevenção.

Fica aqui o nosso alerta à câmara.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Vamos votar o Artigo 7º com as propostas de alteração que introduzimos. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Artigo 7º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Relativamente ao Artigo 7º-A, querem votar um a um? Então o PSD, o CDS-PP e o PPM fazem uma proposta de aditamento dum Artigo 7º-A e está à votação o nº. 1 desse artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O Artigo 7º-A, nº. 1, foi aprovado com 22 votos do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 do IL e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Vamos votar o nº. 2 da proposta de aditamento do Artigo 7º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O nº. 2 do Artigo 7º-A foi aprovado com 22 votos do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do IL e 1 voto contra do BE, 1 do PAN e 22 abstenções do PS.

Presidente: Passamos à votação do nº. 3 do Artigo 7º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O nº. 3 do Artigo 7º-A foi aprovado com 22 votos do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 22 votos contra do PS, 1 do BE, 1 do IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o nº. 4 do Artigo 7º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O nº. 4 do Artigo 7º-A foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do Artigo 7º-B apresentado pelo PSD, CDS-PP e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento do Artigo 7º-B foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artigo 8º.

A primeira proposta de aditamento das alíneas d), e) e f) do nº.2 do Artigo 8º é apresentada pela Iniciativa Liberal e está à votação essa proposta de aditamento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento das alíneas enumeradas do Artigo 8º, foram rejeitadas com 22 votos do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 do IL e 1 do PAN.

Presidente: Eu não tinha reparado que o IL também tem propostas de aditamento dos n.ºs. 6 e 7 do Artigo 8º, se calhar podia tê-los posto à votação em conjunto, mas não reparei.

Assim sendo, vamos pôr à votação as duas propostas de aditamento dos n.ºs. 6 e 7 do Artigo 8º da Iniciativa Liberal.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: Os n.ºs. 6 e 7 do Artigo 8º foram rejeitados com 22 votos do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 do IL e 1 do PAN.

Presidente: Coloco à votação as propostas de alteração apresentadas pelo PSD, CDS-PP e PPM ao Artigo 8º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como se encontram.

Secretária: As propostas de alteração ao Artigo 8º foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o Artigo 8º com estas propostas de alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Artigo 8º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora a proposta de eliminação apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM do Artigo 9º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de eliminação do Artigo 9º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 10º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Artigo 10º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM ao Artigo 11º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração ao Artigo 11º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 11º com esta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Artigo 11º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do Artigo 11º-A apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Presidente: A proposta de aditamento ao Artigo 11º-A foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 12º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Artigo 12º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao anexo, para o qual há uma proposta de alteração, a primeira que deu entrada, da Iniciativa Liberal.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao Anexo foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 22 votos a favor do PS, 1 do IL, 1 do PAN e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está à votação uma proposta também ao Anexo, apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao Anexo apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do IL e 1 do PAN e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está, assim, prejudicada a proposta de alteração do Bloco de Esquerda ao Anexo.

Passamos à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global o diploma em referência foi aprovado com 22 votos do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do IL e com 1 abstenção do BE e 1 do PAN.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda absteve-se na votação final global deste diploma por três motivos:

Em primeiro lugar, porque esta proposta teve alterações substanciais...

(Apartes impercetíveis de alguns Deputados da bancada do PSD e do Deputado José Pacheco)

O Orador: Sr. Presidente, eu gostava de continuar – até parece que o plenário acabou, está tudo com pressa. Tenhamos calma!

Deputado Flávio Soares (PSD) – Deixe-se dessas considerações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estivemos em votações, podemos ir à casa de banho ou o senhor importa-se?

O Orador: Não, não podem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quando o senhor fala ninguém se pode mexer?

O Orador: Não podem fazer barulho, Sr. Deputado!

Como estava a dizer, o Bloco de Esquerda absteve-se na votação final global deste diploma por três motivos:

Em primeiro lugar, foram introduzidas alterações no que diz respeito às categorias profissionais previstas na proposta muitíssimo substanciais, eliminando várias categorias previstas e fundindo-as numa só.

Para nós, esta matéria suscita dúvidas e não poderia ter sido feita sem a audição dos trabalhadores e dos sindicatos. É uma alteração de fundo que pode ter oposição dos próprios.

Posto isto, por reserva e por precaução, não poderíamos acompanhar esta proposta, tendo votado contra também na especialidade.

Em segundo lugar, o regime de prevenção que se criou suscita sérias dúvidas quanto à sua legalidade. Um deputado desta Casa não deve votar a favor de propostas cuja legalidade suscita, na nossa opinião, não só dúvidas, mas até certezas quanto ao não enquadramento do regime geral de trabalhadores em funções públicas. O processo legislativo não termina aqui, há outros mecanismos para aferir da legalidade e nós, em consciência, também não podemos votar a favor duma proposta que tem, na nossa opinião, uma ilegalidade flagrante que não deve ser aprovada no Parlamento.

Em terceiro lugar, esta proposta no que diz respeito a uma das categorias dos *técnicos especialistas*, piora efetivamente aquilo que existe na Lei Geral de Trabalhadores em Funções Públicas. Nós não podemos, em consciência, pese embora os aspetos positivos que a proposta final tem (porque tem muitos aspetos positivos), não podemos para uma determinada categoria ou para um determinado conjunto de trabalhadores, criar uma carreira pior do que aquela que é a carreira geral da função pública. Não é esse o objetivo das carreiras gerais, é sim ter em conta as suas especificidades, melhorar aquilo que há para melhorar e não fazer pior.

Por isso, em consciência, não podemos apoiar uma proposta que faz pior do que aquilo que já existe. Ora, por isso, tendo votado até a favor na generalidade, a total falta de abertura que existiu para a melhoria efetiva deste diploma, não nos pode levar a ter outro sentido de voto que não a abstenção.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA associou-se a esta proposta, pois tinha assumido o compromisso com os trabalhadores dos matadouros de que tudo iria fazer para resolver uma situação de injustiça laboral. Este diploma vem, assim, colmatar as lacunas que se tinham detetado, vem resolver o problema de mais de 300 funcionários dos matadouros da Região Autónoma dos Açores.

Tudo o que for em prol dos trabalhadores e para melhorar as suas qualidades no trabalho e qualidade de vida, o CHEGA irá sempre associar-se e irá sempre apoiar as reivindicações justas e mais do que elementares para cada trabalhador dos Açores.

Muito obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

O CDS aprovou esta proposta do Governo para criar o regime jurídico da carreira especial dos trabalhadores dos matadouros. É uma recuperação de um regime laboral que noutros tempos já existiu.

Bem sabemos porque é que numa determinada época da história do nosso País, as carreiras especiais acabaram, mas é com orgulho que hoje, em 2024, com o voto do CDS, os trabalhadores dos matadouros da Região Autónoma dos Açores recuperam a sua carreira especial.

Com isto, revalorizamos a sua atividade profissional que é muito importante para a qualidade do nosso produto –

A carne dos Açores. Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Com a iniciativa deste XIV Governo Regional dos Açores da responsabilidade do PSD, CDS-PP e PPM, e por ação desta Assembleia, dá-se hoje finalmente resposta a um desígnio há muito ansiado pelos trabalhadores dos matadouros dos Açores, com a criação desta carreira especial que versa adequar as condições de trabalho às necessidades singulares destes profissionais.

Encerra-se, assim, um tempo que muito reclamaram e nunca tinham sido atendidos.

É este Governo da Coligação e esta Assembleia que dão o instrumento de uma carreira e de um regime para estes trabalhadores e que, na nossa opinião, cumpre a legalidade.

Disse.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Entendemos a importância e a necessidade de dar resposta às reivindicações destes trabalhadores, não só por uma questão de justiça, mas também de eficiência e sustentabilidade de todo o setor.

Trabalhadores valorizados e motivados são mais produtivos e comprometidos com a qualidade do seu trabalho, permitindo que se instale a paz social nos nossos matadouros, essencial para garantir a continuidade e o sucesso do setor da carne nos Açores.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou favoravelmente este diploma, na certeza de que é essencial para a valorização do trabalho destes funcionários e assim continuar a contribuir para o bom desenvolvimento da agricultura, em geral, e do setor da carne, em particular. No entanto, também entendemos que o diploma precisava de melhorias, algumas das quais foram contempladas nas propostas de alteração aqui apresentadas por quase todos nós, quer pela Iniciativa Liberal quer pela Coligação, garantindo uma valorização mais justa e

equitativa do trabalho destes funcionários. No entanto, há uma questão que ficou no nosso entendimento, por salvaguardar.

O Partido Socialista apresentou uma proposta de alteração que fazia referência à prevenção que, infelizmente, foi chumbada pela Coligação.

Entendemos que fica uma lacuna, porque a prevenção tem de existir e tem de ser paga, mas não pelo trabalho extraordinário, porque é ilegal. Prevenção não é trabalho extraordinário.

Prevenção é ter um trabalhador disponível para agir em caso de emergência, seja para dar resposta a algum problema técnico nos equipamentos do matadouro que ponha em causa a continuidade das operações e a segurança e qualidade das carcaças, seja para dar resposta eficaz aos abates de urgência, salvaguardando tanto o bem-estar animal como a segurança alimentar e o rendimento do produtor, até porque a realidade da nossa rede regional é diferente nas nossas nove ilhas.

Disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O trabalho que ontem ao final do dia e que esta manhã desenvolvemos em prol dos trabalhadores dos matadouros dos Açores, é um trabalho que culmina numa melhor prestação de serviço para todos os açorianos.

O bem-estar desses trabalhadores, o reconhecimento do seu trabalho, redundará certamente a vários níveis na nossa sociedade. Infelizmente, o diploma sai, em nosso entender, por via de uma *cegueira*

de destruição das propostas da oposição, lamentavelmente, *coxo*. O diploma sai *coxo* no que ao regime da prevenção diz respeito. O diploma sai *coxo* no que diz respeito à liberdade de escolha dos trabalhadores.

É lamentável, e é este lado menos limpo, menos claro, menos nobre desta atividade (nobre) que é a política, que afasta muitos dos açorianos, muitos dos portugueses e muitos dos europeus desta atividade política. E citarei um político de outrora deste País:

“É assim que a má moeda vai expulsando a boa moeda”.

Disse.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN absteve-se nesta iniciativa, não porque está contra que exista uma carreira que seja evoluída, seja ela qual for, independentemente de se concordar ou não com o objeto, mas nunca poderia votar a favor daquilo que é uma ilegalidade e também aquilo que é um tipo de *pacote de internet* a juntar todas as carreiras numa só e, com isso, todas as pessoas que trabalham no matadouro terem direito ao subsídio de risco, nomeadamente motoristas de distribuição, eletricitas, serralheiros.

Eu tive pena de não ter feito uma proposta de alteração para meter também lá os bombeiros e a PSP, porque se calhar aí também recebiam um subsídio de risco.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Creio não existirem mais inscrições para declarações de voto. E sendo assim, vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 45 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 01 minuto.

Presidente: Vamos entrar no ponto 13 da nossa agenda que diz respeito ao [Relatório sobre o Pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Sr. Deputado Berto José Branco Messias possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito dum Processo.](#)

A Comissão competente deliberou, por unanimidade, dar parecer, no sentido de autorizar o Sr. Deputado Berto Messias a prestar depoimento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Pedido de autorização e levantamento de impedimento legal foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto 14 que se refere também a um relatório sobre o Pedido de autorização de levantamento de impedimento legal para que a Sra. Deputada Ana Maria dos Santos Silva e Jorge possa prestar depoimento na qualidade de testemunha num processo que decorre nos termos legais.

Também a Comissão competente deliberou, por unanimidade, dar parecer, no sentido de autorizar a Sra. Deputada Ana Jorge a prestar depoimento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Pedido de autorização e levantamento de impedimento legal foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto n.º 15 - Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 17/XIII – “Em defesa da mobilidade dos açorianos”, apresentado pelo PSD, CDS-PP e PPM.

Para justificar a urgência tem a palavra do Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A urgência desta resolução prende-se com duas circunstâncias.

No dia 26 de setembro, o Governo da República publicou uma portaria que fixa um teto para o valor máximo do subsídio, como valor elegível para o subsídio social de mobilidade, que é uma matéria que diz muito aos açorianos e que é muito importante.

Nós, nesse mesmo dia - digo *nós*, os partidos da Coligação PSD, CDS-PP e PPM – tornámos pública a nossa intenção de ter esta iniciativa, de forma a que o Parlamento dos Açores, usando o seu direito de pronúncia, se possa manifestar em nome de todos os açorianos contra a fixação desse limite, mas também indo mais além, como depois também poderemos ver aquando da discussão desta matéria.

É uma matéria que implica com a nossa mobilidade e, como tal, tem toda a urgência. E é neste sentido que requeremos este processo previsto no nosso Regimento.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há inscrições?

Parecendo não haver, vamos votar este Pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, dou novamente a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado para a apresentação da iniciativa.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Em 2015 a implementação do atual modelo de transporte aéreo entre os Açores Portugal continental e a Madeira, pelo Governo de Paços Coelho, desencadeou uma verdadeira revolução na mobilidade dos açorianos com a criação do subsídio social de mobilidade.

A liberalização do espaço aéreo também se traduziu num crescente aumento do número de passageiros desembarcados na Região, impulsionando o forte crescimento do turismo.

Em novembro de 2017 o então Ministro das Infraestruturas anunciou a criação de um grupo de trabalho para a revisão das regras do subsídio social de mobilidade por um período de 60 dias, integrando representantes do Governo da República e dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, grupo que formalmente nunca foi constituído.

Em 2024 o XIV Governo Constitucional criou um grupo de trabalho dedicado à revisão do subsídio social de mobilidade para o transporte aérea; grupo presidido pela Autoridade Nacional de Aviação Civil e integrando representantes, desta vez sim, dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira.

Antes deste grupo de trabalho concluir a sua missão, o Governo da República publicou uma portaria a 26 de setembro, a fixar um limite máximo do valor ilegível para acesso ao subsídio social de mobilidade.

O PSD, CDS e PPM são contra a fixação de um limite de 600 euros por passagem aérea, pois tal limite, nesse ou noutro valor, condiciona a mobilidade dos açorianos e dos residentes nos Açores, coloca em causa o princípio da continuidade territorial e comprime a coesão social e territorial que o regime legal consagra.

O modelo de subsídio social de mobilidade sujeito ao limite imposto pelo Governo da República, constitui um retrocesso contra o qual nos manifestámos no próprio dia da publicação da dita portaria.

O protesto em si mesmo, é uma forma de defender o interesse dos Açores, mas é possível e desejável fazer mais e melhor do que o protesto. Concordamos com o estabelecimento de um limite para o valor das taxas cobradas pela emissão de bilhetes aéreos, facto que contribuirá para a redução dos riscos de fraudes. Também entendemos que o atual modelo de subsídio social de mobilidade deve ser simplificado e desburocratizado e que os passageiros residentes apenas devem pagar no ato da aquisição da viagem a parte do custo que lhes cabe pagar e não a totalidade do custo da viagem, aliás, em sintonia com a proposta de lei que o nosso Parlamento já enviou à Assembleia da República da autoria do

CHEGA e que teve os votos favoráveis, além de naturalmente do próprio, também do PSD, do CDS e do PPM.

Temos ambição e não descansamos um só momento na defesa dos Açores e na luta por melhores condições de vida para os nossos concidadãos. E queremos, por isso, ir mais e longe o que, neste caso, significa querer reduzir o valor máximo atualmente fixado em 134 euros a pagar pelos passageiros residentes nas ligações entre o arquipélago e o território continental; valor esse inferior a 134 euros que deverá já incluir uma alteração da reserva sem qualquer custo adicional.

Esperamos ser acompanhados pelos partidos da oposição nesta pronúncia do Parlamento dos Açores contra a portaria do Governo da República deste objetivo de baixar a tarifa de residente.

Somos intransigentes na defesa dos Açores, hoje, como ontem, independentemente da composição do Governo da República, porque os Açores são a nossa certeza.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Não querendo repetir todo o debate que tivemos na 3ª feira a respeito dos votos, gostaria de saudar o PSD por nos trazer esta iniciativa -não se acostumem - acho que sim, é isto que devemos fazer. Era isto que devíamos ter feito no passado, ou seja, unirmo-nos naquilo que é um atentado à mobilidade dos açorianos.

Nós não podemos transformar – e os sucessivos Governo da República têm feito isso. É verdade que o governo de Passos Coelho liberalizou o espaço aéreo, o que nos criou uma maior mobilidade a preços até mais baixos, porque qualquer um de nós recorda-se do preço que tinha uma passagem aérea e que só alguns de nós (muito poucos) conseguiam ter uma mobilidade frequente com o continente português.

Há um princípio de que somos todos Portugal.

Eu compreendo quando a Guarda diz isso, quando o Algarve diz isso, mas aqui também é Portugal. E não temos outro meio de locomoção que não seja o avião, neste momento. Em tempos idos já houve o barco, o “Funchal” o “Carvalho Araújo” e por aí fora. Eu acho que não temos que andar para trás.

Quanto ao preço das passagens, nem foi conversado com o meu grupo parlamentar, mas das impressões que vamos trocando, obviamente que toda a gente quer pagar menos, mas eu penso que ainda estamos num

preço razoável. Estamos num valor razoável, mas podemos fazer esta análise *à posteriori*.

O que não podemos é transformar os Açores numa prisão. Isso é que não podemos. E o Governo da República, os sucessivos Governos da República, tendem a transformar estas ilhas numa prisão e porquê? Porque valemos muito poucos votos. A verdade é esta e tem que ser dita com esta frontalidade. Nós valemos muito poucos votos. Só houve um homem que teve coragem de dizer isso que foi o Rui Rio, ele disse que isto valia muito pouco. Isto valendo pouco ou muito, há que ter o mesmo respeito que eu tenho pelo território do Sr. Deputado João Mendonça, que é uma ilha mais pequena com 400 pessoas. Eu vou dizer que o Corvo não vale nada?! Vou dizer que Santa Maria vale menos?! Que São Miguel é que vale?!

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor já disse isso várias vezes.

O Orador: Isto é completamente errado.

Nós temos que ter um equilíbrio entre todas as ilhas.

Eu ouvi o seu aparte e o que eu já disse é que não concordo com voos todos os dias para o Corvo, e volto a repetir, uma coisa é igualdade, outra coisa é o esbanjamento de dinheiro. Mas isso é sempre do lado de vocês.

Que fique muito claro, meu querido amigo, eu concordo com aquilo que é equilibrado, isto é, a distribuição equilibrada. E a respeito do tema que é o que interessa – senão a Deputada Sabrina vai-me tratar mal - eu acho que nós temos que estar unidos, temos que estar todos os dias unidos, face às várias ameaças que a República tem tido para connosco, seja um governo do PSD, seja do PS, seja de Iniciativa Liberal, do Bloco de Esquerda, do PAN, seja do CHEGA. Eu nunca me calarei se o meu Presidente algum dia se lembrar - espero que nunca aconteça - de fazer algo contra a autonomia dos Açores. Eu espero que isso nunca aconteça,

porque é assim que devemos estar: primeiro os Açores e só depois as fardas partidárias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Leal.

(*) **Deputado Luís Leal (PS):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Aquilo que esta Proposta de Resolução que o PSD, o CDS e o PPM vêm aqui apresentar, grossomodo, é o que o PS sempre sustentou, isto é, que é contra a imposição de tudo o que fosse acima dos 134 euros.

Sempre houve necessidade de desburocratizar aquilo que é o acesso ao subsídio de mobilidade, agora há aqui uma incoerência na medida em que já todos percebemos que os órgãos de Governo próprio da Região não foram ouvidos no âmbito da alteração da portaria que atualmente está em vigor, portanto, nós vamos ser ouvidos também, sem prejuízo desta Proposta de Resolução.

Porém, relativamente a um ponto em concreto desta Proposta de Resolução, designadamente o nº. 4, gostaríamos de perceber se há ou não alguma abertura para uma proposta de alteração, na medida em que a eventual alteração de reserva sem custo adicional não deve ser só uma. Nós entendemos que qualquer alteração de reserva no âmbito do subsídio social de mobilidade, não deve ter quaisquer acrescentos do ponto de vista dos custos. E, portanto, achamos que isto, no fundo, limita a eventual alteração de reserva.

O Partido Socialista vai manter-se coerente com aquilo que sempre disse sobre esta matéria.

O Partido Socialista sempre teve a sua influência a nível nacional e a prova provada disto mesmo é que o subsídio social de mobilidade nunca foi alterado.

Deputado Flávio Soares (PSD) – Vê-se, olhe as verbas do furação Lorenzo!

O Orador: E agora há, de facto, uma inversão dessa influência, porque infelizmente o PSD, o CDS e o PPM dos Açores não conseguem reivindicar aquilo que é a autonomia necessária para que este retrocesso que já está em vigor, seja uma penitência para todos aqueles que querem viajar numa forma mais folgada, melhorar as suas vidas, estar perto dos seus filhos quando estes estão nas universidades, quando infelizmente têm que viajar por questões de saúde, sendo que tudo o que for acima dos 600 euros – o que infelizmente acontece – irá obrigar as pessoas a terem que pagar mais. E isso é, de facto, um retrocesso naquele que é o modelo que nós tínhamos implementado no nosso tempo.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal, como não poderia deixar de ser, vai acompanhar este Projeto de Resolução do CDS, do PPM e do PSD, até porque ele vem ao encontro daquilo que foi o voto de protesto que ainda na 3ª feira apresentei na tribuna e que foi aprovado por unanimidade. A votação por unanimidade desse voto de protesto revela bem, ao contrário de outros, que quando se faz a coisa com seriedade, quer nos

pontos resolutivos quer nas notas perambulares, todos acompanham aquilo que é uma pretensão justa da população açoriana. E é para isso que aqui estamos, porque nós somos de facto (e não me cansarei de repetir isso) os únicos e legítimos representantes do povo dos Açores.

Este Projeto de Resolução traz consigo a carga da pressão que os Açores têm que meter perante a República, para que este assunto seja resolvido de uma vez por todas, sem mais burocracia, sem mais complicações que estão introduzidas na portaria, porque pior ainda do que o teto dos 600 euros, é exigir ao cidadão que apresente mais um documento comprovativo do valor que a agência de viagens pagou à companhia aérea, como se isso fosse uma coisa que dissesse respeito ao cidadão fazer, mas temo que aqui neste processo, e concordando com os seus pontos resolutivos, estamos a ir um pouco mais além do que aquilo que aquilo que a República pretende e do que aquilo que tínhamos. E desse de vista, acho que vamos fazer o que se chama um *tiro* num alvo que é móvel e que não está disponível para o receber. Mas a história o dirá.

Não vou deixar passar essa circunstância sem lembrar que quando mexemos pela primeira vez neste assunto, a Iniciativa Liberal avisou que era melhor não mexer nele, porque estávamos, ainda assim, (se bem que mal) melhor do que aquilo que íamos ficar.

Não sou o Zandinga, mas há sempre um *Marques Guedes* em Lisboa.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em junho deste ano foi apresentado neste Parlamento, um projeto de resolução, uma pronúncia por iniciativa própria, por parte do Bloco de Esquerda que recomendava ao Governo da República que não

introduzisse nenhuma alteração ao modelo de subsídio social de mobilidade que prejudicasse e limitasse o direito à mobilidade dos açorianos.

Este projeto de resolução que era uma recomendação ao Governo da República, foi apresentado numa altura em que se conhecia a intenção afirmada e clara, sem sombra de dúvida, de que o Ministério das Infraestruturas e das Finanças queriam impor pelo menos um teto máximo ao valor elegível para reembolso.

Deputado José Pacheco (CH): O senhor seja sério!

O Orador: A Coligação dizia “**não**, o Sr. Ministro garantiu e nós apoiamos, nenhum açoriano será prejudicado”. Foi esta a argumentação que trouxe a Coligação a esse debate.

A Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas – que hoje não está naquela bancada - está ali estava ali naquela bancada. E disse as maiores atrocidades da proposta, que estávamos a inventar, que era um perigo, que o Bloco de Esquerda era a pior coisa do mundo, esta proposta era a pior coisa do mundo e arredores! Pintou o diabo com a proposta.

Hoje onde é que ela está para assumir que aquilo que estava a dizer e as garantias que deu aos açorianos e a este Parlamento valiam zero!!

Continuamos a esperar pacientemente (vou esperar sentado) pelo reconhecimento de que o PSD, o CDS, o PPM e o Governo Regional dos Açores falharam com o compromisso para com os açorianos e não fizeram absolutamente nada para garantir esta decisão não fosse tomada.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) – Não fizeram nada?! Isto o que é?

O Orador: Não fizeram nada, porque quando era altura de dizer não, ficaram calados e impediram que o Parlamento tivesse uma posição.

Deputado José Pacheco (CH): O senhor seja sério!

O Orador: E, por isso, não deixamos de dizer mais uma vez, terão que ouvir, que quando houve oportunidade de dizer não, ficaram calados. Quiseram trazer novamente este assunto a debate, por isso ouvem novamente.

Deputado José Pacheco (CH): Haja seriedade!

O Orador: Sr. Presidente, eu posso continuar?

Deputado José Pacheco (CH): Os apartes são regimentais!

O Orador: Isso não é um aparte, é um grito!

Deputado José Pacheco (CH): A mentira é que não é!

O Orador: Ora, chegados aqui, também não posso deixar de lembrar que, desde a primeira hora, desde o dia em que foi publicada a portaria que impôs o teto máximo ao subsídio social de mobilidade, nós dissemos que ela era ilegal.

O que é que disse o PSD...? Que era contra...? Que era ilegal...?

Não, ficaram caladinhos, ninguém disse nada, ficou tudo calado. E foi preciso até – imagine-se! o próprio Ministério das Infraestruturas, certamente avisado da ilegalidade, porque não estava minimamente preocupado com isso, que alterou a portaria mantendo o mesmo regime.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Seja sério!

O Orador: Mas vamos à proposta.

Nós estamos de acordo com a proposta na generalidade. Mas é incrível como é que o PSD não conseguiu convencer o seu Ministro das Infraestruturas – camarada Pinto Luz.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Não conseguiu convencer o camarada Pinto Luz das Infraestruturas para não impor um teto máximo ao valor do subsídio social de mobilidade e agora quer-nos fazer querer que o Ministro das

Infraestruturas vai baixar o preço. O mesmo Ministro que acabou de aumentar o preço e que enviou para o Parlamento novamente uma portaria para aumentar o preço, vai baixar o preço. Bem, nós até podemos pedir que o preço seja zero e que não tenhamos que pagar nada para viajar. Mas, convenhamos, é neste patamar que estamos, porque o PSD que não consegue convencer o seu Ministro da bondade da reivindicação dos Açores, quer-nos fazer crer que vamos convencer o Ministro para baixar o preço.

Bem, eu já vi de tudo, mas pago para ver.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça.

Deputado João Mendonça (PPM): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A recente decisão do Governo da República de limitar o Subsídio Social de Mobilidade a 600 euros por passagem aérea compromete o acesso dos açorianos a serviços essenciais e discrimina o nosso povo.

Ignora os estudantes que precisam de deslocar-se ao continente para prosseguir os seus estudos, as famílias que dependem de consultas médicas especializadas fora da Região e os empresários cujos negócios dependem de viagens frequentes.

Esta decisão revela um distanciamento verdadeiramente preocupante das reais necessidades dos açorianos.

Mas o Governo Regional não baixou os braços e apresenta uma proposta clara e objetiva: um modelo de mobilidade justo e eficiente, em que os residentes pagam o valor da passagem, já com a aplicação do subsídio. Sem burocracias e reembolsos demorados e sem a obrigação de deslocações aos CTT.

Esta não é apenas uma questão de conveniência, mas de justiça.

O PPM defende que a mobilidade dos açorianos, é um direito e não um privilégio, e estamos aqui para garantir que isso seja respeitado.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, o senhor sabe que até tenho consideração pessoal por si, pelo seu partido tenho zero, porque o seu partido através de si acabou de fazer isto.

O senhor fez uma birra aqui a dizer que este Parlamento nada fez, que o Governo nada fez, porque a sua proposta não foi aprovada. Omitiu aos açorianos e a quem nos vê - porque não são só os açorianos - que houve uma proposta que foi para a república e que o senhor votou contra, o Bloco de Esquerda votou contra e era o subsídio de mobilidade, era igual à sua.

Deputado António Lima (BE) - Não era igual.

O Orador: Não era igual, era parecido.

Deputado Luís Leal (PS): Ah “era parecido” não é a mesma coisa!

O Orador: O objetivo era o mesmo, senhor. Se fosse igual tinham que me internar na casa de saúde. Se a nossa proposta fosse igual à do Bloco de Esquerda, tinham que me internar na casa de saúde. Eu acho que ainda não cheguei a esse ponto, posso lá chegar. Agora, o senhor faz uma birra, ainda não percebi se quer um brinquedo de Natal ou um chupa-chupa.

Afinal que raio é que andamos aqui a falar?!

Fizemos a proposta ou não fizemos?

Este Parlamento aprovou ou não aprovou?

Diz que este Parlamento não fez tudo. Eu ouvi várias vezes o Governo Regional. Podiam ter feito mais? Podiam.

Podiam ter batido mais o pé, sim.

Deram a prova, trazem hoje e estamos aqui a discutir. Mas eu vou relembrar uma coisa ao senhor, porque às vezes a nossa memória não é tão boa quanto a do Sr. Deputado Nuno Barata, mas eu tenho aqui uns auxiliares e umas pessoas que me ajudam:

Em setembro de 2019, era então o Governo da geringonça, onde estava o Bloco de Esquerda (Catarina Martins) e estava o PCP, estão todos situados? Estamos todos a situar-nos? Era o Governo em que o António Costa disse que isto era um subsídio absurdo e era para acabar.

O que é que o senhor cá dos Açores disse aos vossos parceiros de geringonça?! Zero!!

Ou o que é que o PS fazia?! Zero!!

O António Costa do alto da sua arrogância, dizia “os Açores? Isso é para fechar!”. Como agora também diz o Governo de Montenegro: “é fechar os Açores”, “aviões?! Paguem por eles!”.

É preciso repor a verdade. O senhor já repetiu quatro ou cinco vezes nesta Casa:

Deputado António Lima (BE): O “senhor” tem nome! O Sr. Deputado!

O Orador: “O Sr. Deputado” - peço desculpa! O senhor está muito sensível, isto é que vai aqui uma sensibilidade, parece que estamos a discutir outra vez a *rampa*. A *rampa* está a descer?! Oh senhor é o que é, uns a subir, outros a descer. Agora, com mentiras é que nós não conseguimos ter razão e o senhor já quatro vezes nesta Casa esta semana, mentiu. Disse que nós tínhamos reprovado uma proposta que ia nesse sentido. Não, nós aprovámos e o senhor votou contra.

Que fique para memória futura.

Deputada Olivéria Santos (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu queria dizer ao Sr. Deputado José Pacheco que gosta muito de acusar os outros de mentir.

Deputado José Pacheco (CH) - Eu não acuso, é a verdade!

O senhor mente!

Sabe como é que se chama quem mente?!

O Orador: Sr. Presidente, eu recuso-me a continuar enquanto não houver condições na sala.

Deputado José Pacheco (CH): Recuse-se!

Não se chama é racista novamente, como já me chamou nesta Casa!

Presidente: Sr. Deputado, faça o favor de continuar.

O Orador: Sr. Presidente, sinceramente, das duas uma: ou há respeito nesta Casa, ou eu saio da sala e o debate continua certamente, mas não com a minha presença.

Deputado José Pacheco (CH) – Já vai tarde!

Presidente: Com certeza que vai haver respeito na sala.

(Aparte inaudível do Deputado Flávio Soares)

O Orador: Sr. Deputado Flávio, é o mesmo respeito que eu tenho por si. Quando o senhor fala eu não estou constantemente a emitir apartes.

Deputado José Pacheco (CH): O senhor é a fotografia da moralidade!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, querem ir almoçar mais cedo?!

Deputado Nuno Barata (IL): Se calhar não é mal pensado.

Presidente: Peço à câmara que se contenha nos à partes para permitir que o Sr. Deputado António Lima acabe a sua intervenção, faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: Vejamos: o Sr. Deputado José Pacheco vem aqui dizer que nós estamos a mentir.

Qual é a mentira em dizer que nós apresentámos uma proposta que era um projeto de resolução ou uma recomendação ao Governo da República que foi chumbada pela Coligação e pelo CHEGA? Qual é a mentira?

Deputado Joaquim Machado (PSD) - Quando disse que não fizemos nada!

O Orador: É preciso também explicar ao Sr. Deputado José Pacheco, e a quem nos ouve, que existem dois órgãos diferentes na república: o Governo da República e a Assembleia da República.

Aquilo que foi aprovado por proposta do CHEGA, chama-se *anteproposta de lei*; é enviada para a Assembleia da República.

Deputado José Pacheco (CH): Oh senhor, aulas de política?!

O Orador: Aquilo que nós propusemos chama-se *projeto de resolução*, ou pronúncia por iniciativa própria, enviado para o Governo da República.

Explico essa diferença, porque é muito relevante, porque um projeto de resolução ou uma recomendação ao Governo da República, não é a mesma coisa do ponto de vista formal e tem um efeito político diferente que se deve a um aspeto muito importante; é que o processo legislativo de uma anteproposta de lei pode demorar meses, anos; o processo que estava em curso de revisão do subsídio social de mobilidade tinha data marcada - 15 de setembro, e daí a urgência, na nossa opinião, da

assembleia pronunciar-se contra qualquer alteração que limitasse o direito à mobilidade. Daí dizermos, com toda a convicção e verdade, que impediram que este Parlamento se pronunciasse contra essas alterações. É verdade e direi quantas vezes for preciso.

Sobre o nosso sentido de voto - já que me acusam de mentiroso a *torto e a direito* - devo lembrar que o Bloco de Esquerda absteve-se na anteproposta de lei do CHEGA.

Por isso, Sr. Deputado, antes de me chamar mentiroso vá ver os registos das votações.

Deputado José Pacheco (CH): Se calhar vou!

O Orador: Quem votou contra a nossa anteproposta de lei, que não é igual à do CHEGA, e *parecido e igual*, Sr. Deputado José Pacheco, convenhamos não é a mesma coisa. Em português, ou em qualquer língua deste mundo, *parecido e igual*, são situações diferentes.

Deputado José Pacheco (CH): O senhor até disse que eu tinha copiado!

O Orador: A nossa anteproposta que era diferente da sua, foi chumbada com o seu voto e da sua bancada. E essa é a outra verdade com a qual tem que lidar.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Leal.

(*) **Deputado Luís Leal (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No decorrer desta discussão permanece ainda por perceber se de facto o proponente está ou não com a ideia de eventualmente alterar este n.º 4, no sentido de não ser só uma alteração de reserva sem custo adicional.

Embora extravase, mas tenha uma ligação umbilical com esta proposta resolução e com a portaria que foi anunciada que vai ser revogada, como facto posterior, levanta-se também a questão de entre o hiato em que a portaria que substituiu e a que está em vigor até à próxima revogação, o

que é que vai acontecer àquelas pessoas que na realidade pagaram acima dos 600 euros?

Qual é a nossa posição?

Será que deveríamos olhar para trás e aquela portaria deveria continuar no âmbito dos 134 euros ou não?

Mas volto a apelar aqui ao bom senso do proponente, no sentido n.º 4 não prever ainda mais uma limitação àquelas que já existem. E não ser apenas uma alteração da reserva sem custos adicionais, mas permitir aquelas que forem necessárias e adequadas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional, Srs. Deputados:

Julgo que já percebemos aqui duas coisas: uma delas é que o Bloco de Esquerda tem dificuldade em lidar com a pluralidade e com os princípios elementares da democracia. Tudo aquilo que não corresponde à vontade, aos princípios dogmáticos, à linha de orientação do Bloco de Esquerda, por mais que se faça, por maiores resultados que possam daí vir, ou por mais que eles sejam, isso é sempre desvalorizado, porque não corresponde à vontade e ao ideário dos bloquistas.

A segunda é de desmerecer e tentar desviar o foco daquilo que efetivamente é o objetivo desta resolução, que foi anunciada no dia 26 de setembro e, portanto - vai-me permitir Sr. Deputado Nuno Barata - a resolução não vai ao encontro do seu voto de protesto, o seu voto de protesto é que veio efetivamente ao encontro desta resolução, e bem, e teve o voto favorável da bancada do PSD, do CDS e do PPM...

Deputada Andreia Cardoso (PS): E do PS.

O Orador: E, portanto, o foco desta resolução é nós nos pronunciarmos contra algo que é factual, que é uma evidência.

Deputado João Vasco Costa (PS): Os senhores é que negaram essa evidência!

O Orador: A portaria foi publicada, nós estamos contra o limite fixado, independentemente até do seu valor, o nosso princípio sempre foi - e dissemo-lo muito claramente *olhos nos olhos* ao Sr. Ministro do Governo de Luís Montenegro, na audição em sede de Comissão de Economia - que discordávamos de qualquer teto e já aí no dia 30 de maio defendemos a inclusão de uma alteração nas reservas no valor-base, sem qualquer encargo para os açorianos, invocando, entre outras coisas que condicionam e determinam muitas das nossas deslocações, que é *por motivos doença ou de estudantes*, que não podem ser ainda mais penalizados, o doente por estar afinal numa situação menos boa do que pensava ou pior do que pensava, e ter de fazer mais exames e prolongar a sua estadia no continente, ou um estudante universitário que, sendo bom aluno termina o ano académico mais cedo do que o último dia dos exames, e querer voltar à sua terra, à sua família e aos seus amigos e ser penalizado por isso, portanto, nós também defendemos isso no dia 30 de maio e, portanto, sobre a nossa posição não há dúvida nenhuma. Sobre a influência, eu vou condescender que aquilo que foi a posição do Governo Regional do PSD não foi aceite pela evidência da portaria – não tenho qualquer problema com isso.

Deputado Carlos Silva (PS) - Nós não conhecemos a posição do Governo.

O Orador: Agora, sobre a influência há aqui também um outro dado interessante: que influência teve o Partido Socialista dos Açores para levar por diante, para pôr António Costa a reunir o grupo de trabalho...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ó senhor, não mudou nada!

Pelo amor de Deus!

O Orador: ... que vem de 2017 e que depois em 2019 foi repetido, que era para melhorar essencialmente duas coisas, a desburocratização continuou exatamente igual, a prevenção das fraudes continua exatamente igual, e é verdade que uma parte da tentação que o Governo da República tem hoje, seja do PSD, seja (como já anteriormente) do Partido Socialista, está exatamente nas fraudes que infelizmente aconteceram neste processo e que leva esta tentação de Lisboa, que paga o subsídio social de mobilidade, a controlar. Infelizmente, hoje temos os *pecadores* a impor sobre os *justos* essa fatura.

Se o subsídio social de mobilidade não tivesse tido as incidências que muitas ou algumas já decorrem nos tribunais, seguramente não se teriam levantado suspeitas nem se estaria em parte deste processo a decorrer.

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor tem a certeza do que está a dizer?!

O Orador: Portanto, tenhamos também consciência disso.

Nós hoje estamos a pagar, não é só pela tentação centralista que existe nos partidos todos. Veja-se o que aconteceu com o PS na governação e estamos a ver o que acontece com o PSD na governação. Agora, também há aqui uma coisa importante que é preciso dizer ao Sr. Deputado António Lima e, em última instância, ele dirá de sua justiça através do voto que vai fazer, que é se quer ou não quer acompanhar o Parlamento dos Açores e os representantes legítimos dos açorianos, a defender junto da república que um açoriano pague menos do que 134 euros que é o valor atual da tarifa de residente.

Portanto, fica também aqui o desafio: saber de que lado é que está, se está ao lado dos açorianos, ou se está, como habitualmente acontece, a fazer

uma incursão contra o Governo Regional, porque isso politicamente lhe pode dar jeito.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor é que não quis acompanhar o nosso voto de protesto.

Esteve ao lado de quem no nosso voto de protesto?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Nem eu nem o Bloco de Esquerda somos sectários como o senhor e o seu partido.

Votaremos a favor.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de tanto que já foi dito sobre esta iniciativa, o certo é que no dia 26 de setembro também manifestámos a nossa indignação quanto a esta situação, sabíamos que ao longo destes anos e à medida que ia avançando o volume respetivamente ao subsídio social de mobilidade, também iam surgindo alertas ao próprio Governo da República sobre esse subsídio social de mobilidade. E ao longo dos anos todos fomos percebendo que havia sempre alguma tentação de alterar ou mudar o que estava instituído

em relação ao subsídio social de mobilidade e, recentemente, até com o próprio parecer do Tribunal de Contas que assim o refere.

No entanto, como é natural e por tudo o que já foi dito de que não há influência sobre o Governo da República e por aí fora, a verdade é que existindo o grupo de trabalho do subsídio social de mobilidade, e estando presente nele o Governo Regional, o que esperávamos efetivamente é que concluíssem o relatório desse grupo de trabalho e que considerassem, como é natural, a posição do Governo Regional. Mas assim não foi isso que aconteceu. E quando sai a portaria – quero acreditar também influenciado pelo parecer do Tribunal de Contas, daí essa precipitação – na verdade fomos todos apanhados de surpresa.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Todos não.

A Oradora: Eu falo daquilo que conheço e não vou falar daquilo que não conheço, ou das suspeições que outros deputados queiram levantar.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é suspeição, é factual.

A Oradora: Estou a falar em nome do Grupo Parlamentar do CDS e daquilo que foi o nosso acompanhamento da situação e é isso que tenho que transmitir.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: Nesse sentido, de termos sido apanhados com essa situação, articulámos logo qual era a nossa posição que não era diferente daquela que seria sendo o Governo ou não de Coligação ao nível da república, manifestámos logo a nossa indignação. E sem dúvida que a mobilidade dos açorianos não pode ser afetada, a coesão territorial não pode deixar de existir. A verdade é que todos reconhecemos que o modelo tem de ser simplificado; a questão do teto, neste momento, sobre a qual somos contra, é porque ao contrário do que se tem falado (e muito) fora destas quatro paredes, e até sobre o email que recebemos durante a semana, a verdade é que fazendo uma pesquisa - e até há bocadinho durante o

intervalo estava a fazer - muitas das viagens são acima dos 600 euros. Claro que para alguém que tem uma flexibilidade de datas, poderá eventualmente encontrar uma viagem abaixo desse valor, mas com datas condicionadas, com viagens que surgem à última da hora, o valor dispara. E a verdade é que também temos a situação que já foi mencionada e que nos preocupa bastante dos estudantes que muitas vezes fazem as suas reservas, que estão condicionados por datas de exames ou de frequências, são alteradas e decididas à última da hora, e a verdade é que da forma como está instituída esta portaria, irá condicionar e dificultar também a questão da mobilidade dos nossos estudantes, dos nossos doentes e isso, sem dúvida, é uma preocupação que nos chegou logo no dia 26 de setembro. Por isso, e dentro daquilo que são as nossas funções, anunciámos que iríamos apresentar uma iniciativa, por forma a que isto seja revertido.

Quanto à questão do Ministro, e porque ministro não nos vai ouvir, e a gente está a fazer esta reivindicação, pois bem, isso não sabemos, mas não é por isso que vamos baixar os braços.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: E, por isso, o nosso objetivo é estar aqui, independentemente do Ministro, do Governo da República, seja do que for, é estarmos aqui a defender os açorianos sobre algo que acreditamos que é justo, que fomenta a nossa coesão e continuidade territorial, que é fundamental e que os açorianos não podem ficar agora limitados na sua mobilidade.

É isso que defendemos, ontem, hoje e amanhã.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Leal.

(*) **Deputado Luís Leal (PS):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. e Srs. Membros do Governo:

Bom, a verdade é que não conseguimos perceber se da parte do proponente há ou não abertura para alterar aquilo que é a restrição, que é incluir apenas a alteração de uma reserva sem custos adicionais?

Não conseguimos perceber, ficámos sem resposta e acrescento, ainda, o facto de que a fundamentação pela qual o Governo da República alterar o subsídio social de mobilidade, relaciona-se com o facto de haver alegadas fraudes, enfim, a fundamentação podia ficar restringida exatamente à alteração da taxa das emissões dos bilhetes e não alterar mais nada. Portanto, é completamente enviesada essa fundamentação.

O objeto diferenciou-se e a história infelizmente aquilo que nos prova, é que com o PSD e com o CDS alterou-se aquilo que era o limite. E, portanto, volto a perguntar se acham que o proponente tem ou não abertura para alterar o n.º 4 da proposta de resolução?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cabe ao Governo, nesta matéria, acompanhar aquela que me parece ser a posição maioritária do Parlamento dos Açores: estar ao seu no âmbito desta reivindicação de combate à criação de um teto.

(*) **Deputado Luís Leal (PS):** E o relatório?

Deputado Berto Messias (PS) – E o parecer? O senhor vai ou não informar esta Casa do parecer que enviou?

O Orador: Posso continuar?

Esta reivindicação que o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda disse que o Governo ficou calado, não corresponde à verdade.

Tenho aqui a notícia da tomada de posição do Governo nesta matéria, imediatamente e antes também, o Governo tomou esta posição em relação ao Governo da República e fê-la chegar por diversas vezes a ele de que estava contra a fixação de um teto máximo.

Portanto, fê-lo antes e fê-lo depois.

Aliás, Sr. Deputado, também lhe quero dizer que nós acompanhamos a apreciação, que se tratava de um ato ferido de ilegalidade, na medida em que têm que ser ouvidos os órgãos de Governo próprio da Região Autónoma dos Açores. E, nessa matéria, estamos juntos. E também lhe devo dizer que o Governo teve oportunidade de tomar posição em relação ao facto desta portaria ter sido publicada ainda antes do grupo de trabalho e daquela que foi a decisão das deliberações do grupo de trabalho terem sido tornadas públicas e até ter sido fechado em termos de relatório.

Portanto, em relação a estas matérias o Governo teve a oportunidade de o dizer - e eu digo-o também agora - e de condenar veementemente este comportamento por parte do Governo da República. Discordamos em absoluto que o tenham feito.

Eu tive aqui a oportunidade de fazer algumas simulações - estamos em outubro - e já temos passagens aéreas que superam os 600 euros.

Deputado Carlos Silva (PS) – E no período de Natal?

O Orador: Por exemplo, tenho aqui uma tarifa básica no dia 18 de outubro com regresso a 19, nós temos uma passagem de 556 euros e é a partir Ponta Delgada. Evidentemente que nas ilhas mais periféricas ainda

será pior. Há outra coisa que é preciso ter em conta, é que se estamos no mês de outubro o que é que vai acontecer no verão?

Portanto, esta é uma medida que nós condenamos em absoluto. E a Dra. Berta Cabral, desde o início, teve esta posição também.

Deputado João Vasco Costa (PS): Mentira, isso não é verdade!

O Orador: Bom... Sr. Presidente, acho que aqui temos que nos comportar com civilidade.

Eu não posso estar a ouvir expressões nos apartes como “mentira”, quando o que se pretende é a unidade dos órgãos de Governo próprio para resolvermos esta questão.

Há quem esteja a procurar a guerrilha, há quem esteja a tentar lançar culpas para os outros, quando devíamos estar aqui unidos a defender os interesses dos Açores numa atitude construtiva.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Acabei de dar exemplos de como esta medida prejudica gravemente a Região Autónoma dos Açores e os passageiros já nesta época. Muito mais irá acontecer e a situação irá agravar-se durante o verão.

Portanto, eu acho que esta tomada de posição, hoje, por parte do Governo e da Assembleia, é de extrema importância.

Da parte do Governo dos Açores, estamos absolutamente solidários e confluímos em relação à tomada de posição que aqui está a ser apresentada.

Esta batalha não está perdida, o que é necessário fazer é combater sempre o centralismo e os senhores sabem que este centralismo de Lisboa está lá, é inato, esteja quem estiver no Governo em Lisboa. Já se sucedeu

anteriormente com os Governos do Partido Socialista e agora está a acontecer também com o Governo da Coligação.

Nós temos é que manter sempre a mesma posição, ou seja, uma posição autonómica, não olhando para quem está lá, mas concordando ou discordando em relação a cada uma das decisões que estão a ser tomadas.

Neste caso, o Governo dos Açores tem um partido e, neste caso, temos um interesse. E esse não é mais que os Açores e do que a autonomia dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Intervenho apenas mais uma vez para colocar uma questão ao Sr. Secretário, tendo em conta a posição que o Governo assume neste debate. Pelos vistos, o Governo voltou a ter opinião sobre as propostas do Parlamento, ainda bem. No debate anterior e noutras audições em Comissão tivemos Membros do Governo a dizer que não têm opinião sobre as propostas, que é uma decisão do Parlamento. Eu saúdo essa alteração de posicionamento, porque o Governo não é um mero órgão administrativo, é um órgão político e tem que ter opinião. Mas, Sr. Secretário, tendo em conta que concorda com esta resolução e que concorda que se recomende ao Governo da República este conjunto de pontos resolutivos, pergunto-lhe o que é que mudou?

É que a 13 de junho deste ano, a Sra. Secretária do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas disse o seguinte neste Parlamento:

“Não precisamos de uma recomendação para defender que os passageiros paguem apenas 134 euros” – alínea a) da proposta que estava em discussão; continuando a citar, “ não precisamos de uma recomendação para exigir não haja limites e tetos máximos” – alínea b) da nossa proposta de recomendação.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

(Paulo Estevão): O Sr. Deputado Nuno Barata deu-lhe a resposta!

O Orador: E disse ainda, “não precisamos de uma recomendação para outras medidas limitativas”.

Então o Governo agora já precisa de recomendação?! O que é mudou?! É preciso perceber o que é que mudou.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) - O que é que mudou? A portaria.

O Orador: É por a proposta ser nossa e esta ser da Coligação?

Antes não era preciso recomendação, agora passou a ser.

Oh Sr. Secretário convenhamos, o Governo não fez o suficiente.

O Governo teve a oportunidade de fazer e agora estamos aqui numa fuga para a frente, arranjando novas reivindicações, quando o Governo não conseguiu garantir aquilo que era essencial, isto é, que não se piorasse o sistema que já existia.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho que sobre esta matéria é importante clarificar ainda alguns aspetos.

Foi numa Comissão desta Assembleia que há uns meses atrás o Ministro Pinto Luz disse claramente que fixariam um teto de 600 euros. Portanto,

ninguém aqui, nem o Governo, nem a Coligação, nem nenhum dos partidos da oposição foi surpreendido com essa intenção. Ninguém foi surpreendido, já lá vão alguns meses mas nós não nos esquecemos. Aliás, o que podemos dizer sobre isso é que a Coligação esteve, à altura e até agora, em negação.

Deputado João Vasco Costa (PS): É isso mesmo!

A Oradora: A Coligação esteve em negação quando a intenção do Governo sempre foi clara e transmitida a este Parlamento na devida Comissão.

(Aparte impercetível do Deputado Joaquim Machado)

A Oradora: Mais: nem mesmo o Governo foi surpreendido.

O Governo foi ouvido antes desta portaria ser publicada – resta saber o que é que o Governo disse e até hoje ainda não sabemos.

Deputado João Vasco Costa (PS): Estamos à espera do parecer!

A Oradora: Mais: já aqui foi dito, e muito bem, pelo Sr. Deputado António Lima, que em junho a Sra. Secretária Berta Cabral dizia que não era preciso resolução para absolutamente nada, que as resoluções, aliás os ditos *papelinhos* - lembrem-se bem no mês passado o *papelinho* que não serve de nada - pelos vistos, não servia em junho não serviu em setembro, mas agora parece que já serve.

Depois, Srs. Deputados, quanto ao que o grupo parlamentar pensa, ou o que o Partido Socialista, ou o que os governos do Partido Socialista dos Açores pensaram e pensam a propósito das afirmações do ex-Primeiro-Ministro António Costa, eu penso que sobre elas não há dúvidas. Aquilo que ele afirmou nós nunca confirmámos. A diferença é que nós não concordávamos e nada foi alterado enquanto os Governos do Partido Socialista na República estiveram em funções. As alterações ocorreram

agora. Portanto, não se invoque aqui mais o antigo Primeiro-Ministro António Costa, porque de nada serve, pois enquanto ele foi Primeiro-Ministro nada mudou. Não ocorreu nenhuma alteração.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PSD e do Deputado José Pacheco)

A Oradora: Sr. Secretário Regional, há uma coisa que eu lhe quero dizer: “unidade”, pelos vistos, só se reclama à 6ª feira, porque à 4ª a unidade afinal já não serve.

Deputado João Vasco Costa (PS): É preciso ter lata, é preciso ter uma grandessíssima lata!

A Oradora: O que é que motivou que essa *unidade* não se aplicasse aquando do voto de protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista?

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) - Basta ler o voto.

A Oradora: Que foi feito dessa unidade nos partidos da Coligação a propósito da votação do voto de protesto do Partido Socialista?!

O único voto rejeitado pela Coligação nesta Assembleia!

A diferença, Sras. e Srs. Deputados, é que apesar de nós não concordarmos na íntegra com aquilo que é recomendado aqui, nomeadamente por aquilo que já foi invocado pelo Sr. Deputado Luís Leal, mesmo assim, não concordando com aquilo que está definido no n.º 4 desta Resolução, o Partido Socialista votará a favor, porque quer à 4ª quer à 6ª feira, realmente os Açores para nós estão em primeiro lugar!

Os Açores e os Açorianos estão em primeiro lugar!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Terminei dizendo e reafirmando que a unidade não se reclama só quando convém; a unidade pratica-se e pratica-se no momento da votação.

Vimos o que é que aconteceu na 4ª feira e já dissemos o que é que vai acontecer agora.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Atingimos a nossa hora regimental.

Vamos fazer o nosso intervalo para o almoço.

Regressamos às 15 horas para dar continuidade aos nossos trabalhos.

Bom almoço a todos.

Eram 13 horas e 01 minuto.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos após o almoço.

Eram 15 horas e 2 minutos.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos para almoço, estava inscrito o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares a quem dou a palavra.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado António Lima faz-me lembrar - espero que ele não me leve a mal, sei que é um homem com sentido de humor – pela sua forma de estar neste Parlamento, os antigos bizantinos em 1453. Os otomanos estavam às portas das muralhas da cidade de Constantinopla, que do ponto de vista histórico é importante, porque significou o fim da Idade Média em 1453, e quando eles estavam já a ultrapassar as muralhas da cidade, existia um grupo de bizantinos que estavam a disputar o poder dentro da cidadela, estavam a organizar uma revolta contra um poder que deixaria de existir dali a 1 ou 2 horas. E, portanto, o Sr. Deputado mesmo nestas circunstâncias em que é preciso unidade, em que é preciso estarmos juntos em relação a esta matéria, ao Sr. Deputado o que interessa mais é a guerrilha interna dentro do Parlamento dos Açores.

(Apartes impercetíveis de alguns Deputados da bancada do PS e do Deputado António Lima)

O Orador: E por isso, evidentemente que os atos têm consequências.

Quando o senhor organiza a *revolta*, é evidente que os outros têm que se defender e têm que exercer a sua defesa. E é o que eu vou fazer.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Estamos consigo, Sr. Secretário!

O Orador: Mas não foi o Governo que começou, foi V. Exa. E também acompanhado depois pelo Partido Socialista, embora de forma menos veemente. Mas eu quero aqui lembrar que da parte do Partido Socialista, por exemplo, o Sr. Deputado Francisco César...

Deputado Nuno Barata (IL): Ah afinal não é para se defender, é para atacar.

O Orador: ... em 2019, dizia o seguinte num debate de urgência: “Se por acaso nós temos um acréscimo de custos e uma redução de mobilidade, há efetivamente um problema no subsídio social de

mobilidade que deve e pode ser corrigido. E, como tal, negociámos no passado e estamos a fazê-lo presentemente. Há um grupo de trabalho a decorrer”.

Depois, dizia também o atual líder nacional do Partido Socialista, o seguinte:

“O Ministro das Infraestruturas e Habitação Pedro Nuno Santos considera que o sistema existente para a retribuição dos subsídios sociais de mobilidade para os voos entre as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores têm incentivos perversos e propicia fraudes que levam os contribuintes a financiar excessivamente esses apoios. Não podemos ignorar que em 2015 gastávamos 17 milhões de euros e em 2018 gastámos 75 milhões de euros e que o tráfego só cresceu 12% em relação aos passageiros. E, portanto, nesta matéria, é preciso ter em conta este gráfico do Tribunal de Contas que em 2015 a atribuição dos montantes do subsídio social de mobilidade por parte do Estado era de 12 milhões e 200 mil euros e que em 2023 atingiu o valor de 126 milhões de euros. É esta é esta a questão que levantavam os dirigentes do Partido Socialista. Ora, o que o Governo dos Açores considera é que a resposta que foi dada pelo atual Governo da República não é a resposta correta em relação a esta mobilidade.

Deputado Carlos Silva (PS): O Sr. Secretário está com medo.

O Orador: A resposta está - e o Governo dos Açores respondeu nesse sentido - na taxa de emissão de bilhetes que tem que ser corrigida e tem que ser contida. E foi isso que foi feito.

O que tem que ser feito é em relação às fraudes, em relação ao crime que está a ser combatido, está a ser investigado, está a ser perseguido como deve ser e deve cair todo o peso da lei sobre os criminosos. Não há nenhuma dúvida sobre isso.

Portanto, a perspetiva do Governo dos Açores é que estas seriam as

medidas eficazes para combater quem se aproveitou do sistema. E não a fixação de um teto em relação a esta matéria.

Perguntava-me o Partido Socialista qual é a posição do Governo? Pois a nossa posição foi esta: manter o modelo sem teto, garantindo que os açorianos não percam direitos adquiridos; permitir aos beneficiários pagar o valor líquido final da viagem já deduzido o montante do subsídio; simplificar o processo de reembolso e introduzir o máximo para a taxa de emissão de bilhetes, como aqui já foi referenciado.

Portanto, em relação a estas matérias, a posição do Governo dos Açores é e sempre foi esta: não concordamos com a fixação do teto e de todas as outras medidas que foram tomadas em relação a esta matéria, mas não damos esta batalha por perdida. Continuamos a ter os mesmos objetivos e estamos ao lado do Parlamento dos Açores e dos órgãos de Governo próprio da Região Autónoma dos Açores para inverter esta situação.

Não é o primeiro Governo de Lisboa (nem será o último) que ataca as questões fundamentais para a autonomia dos Açores e que se porta de uma forma que consideramos incorreta, aplicando medidas que consideramos injustas em relação à autonomia. Não foi o primeiro, não será o último. Mas para isso é necessário mantermo-nos unidos no combate a esta injustiça, no sentido de inverter essa situação, com todo o peso político que a Região Autónoma tem, com todo o peso político da soma do Governo dos Açores, do Parlamento dos Açores e dos órgãos de Governo próprio, com toda a força política que temos.

Que não se perca mais tempo em recriminações fúteis, em divisões fúteis.

Que se unam todos os açorianos de bem.

Que se unam todas as forças políticas, no sentido de inverter esta medida, porque só juntos, com a nossa força política, com o prestígio de todos os partidos parlamentares aqui representados e também na Assembleia da República, só com essa força, é que poderemos novamente triunfar. E a

autonomia já triunfou contra muitas medidas injustas no passado.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando pedi a palavra estava o Sr. Secretário Regional a falar e ainda tive a esperança de que fosse prescindir dela. Mas não. E porque é que digo que tinha a esperança que fosse prescindir dela?

Porque quando pegou nos papéis e começou a ler, ainda acreditei que ia entregar à Mesa para ser distribuído aos Srs. Deputados, o parecer que o Governo Regional terá enviado ao Governo da República sobre esta matéria.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Acabei de o ler.

O Orador: Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, V. Exa. é hábil nas palavras e muitas vezes até usa esse mecanismo de mostrar o papelinho ou recorte de notícia, ou um documento como auxiliar de idoneidade, mas o que esta câmara estava à espera era que de facto o senhor tivesse entregue na Mesa, para distribuição aos Srs. Deputados, o parecer que o Governo Regional dos Açores enviou ao Governo da República sobre esta matéria.

Deputado Carlos Silva (PS) - Entregue na Mesa!

O Orador: Eu não duvido da sua palavra, mas como é hábito o senhor usar esses *auxiliares de idoneidade*, julguei que o ia fazer, mas não.

Optou por apenas ler, quem sabe apenas uma parte desse documento, quem sabe apenas aquilo que interessava que fosse lido. De qualquer forma, fica a questão:

- Está disponível ou não o Governo Regional dos Açores para dar conhecimento a esta câmara do documento que remeteu à República sobre a portaria que **todos** consideramos – reitero - uma afronta aos açorianos e à autonomia administrativa da Região Autónoma dos Açores?
Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência da intervenção feita pelo Sr. Deputado Nuno Barata e também das questões que coloquei na minha intervenção anterior, gostava de solicitar ao Sr. Secretário Regional que nos dissesse em que data é que o Governo Regional emitiu parecer sobre a portaria que é do conhecimento público?

Que parecer é que foi emitido e se está ou não disponível para nos arranjar o teor desse parecer?

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Evidentemente que em relação à documentação que é solicitada, este Governo responde a todas as questões. Já o mesmo não acontecia com o Partido Socialista que deixou 46 requerimentos...

Deputado Berto Messias (PS): Isso é mentira! É falso!

O Orador: É verdade, 46 requerimentos por responder na última legislatura.

Portanto, em relação às informações que foram requeridas, a resposta não pode ir *sem espinhos* não é? Porque senão também não é justo para o interpelado.

Portanto, a resposta é **sim**, estamos disponíveis para fazer chegar os documentos que venham a ser solicitados por parte dos diversos grupos e representações parlamentares. É tão simples como isto.

Aqueles documentos que estão na posse do Governo Regional. Os outros que estão na posse do Governo da República devem ser solicitados ao Governo da República. E, como sabem, V. Exas. têm mecanismos para os solicitar em diversos âmbitos.

Por isso, a resposta é **sim**, maior transparência possível em relação a esta matéria, transparência total em relação a toda e qualquer documentação que está na posse do Governo e que faremos chegar aos diversos grupos e representações parlamentares que a solicitaram.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Joaquim Machado faça favor, tem a palavra.

Prescinde?

Sra. Deputada Andreia Cardoso faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Julguei que bastaria o requerimento oral que no fundo foi aquilo que fizemos aqui, para que o Governo prontamente disponibilizasse o parecer que tem na mão ou entregasse na Mesa, sendo que o que está aqui em causa é um elemento naturalmente útil para o debate.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Já disse que sim.

A Oradora: Sem prejuízo disso, Sr. Secretário, aproveito para relembrar os requerimentos em atraso do Governo Regional sobre assuntos tão importantes, como sejam os ACMIS da SATA, a EMAFiS, ou os relatórios que deveria remeter à Comissão Europeia sobre a SATA e que também não foram até ao momento disponibilizados a este Parlamento.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Quantos requerimentos estavam atrasados em 2020?! Eram às dúzias!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A média de resposta do Governo Regional em relação às solicitações dos diversos partidos da oposição e dos diversos partidos aqui representados - não são só os partidos da oposição que perguntam - é de 22 dias.

No tempo do Partido Socialista era de 65 dias.

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Por isso, em relação a esta matéria, a solicitação que foi feita oralmente, será respondida já, portanto, não é preciso pôr por descrito, porque acho que ficou bastante evidente a partir da minha resposta.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não ficou, não.

Agora é que ficou.

O Orador: Em relação a todas as outras solicitações, serão todas respondidas, aliás com a média que vos disse (22 dias) que compara bem com os 65 dias do tempo do Governo do Partido Socialista.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo exatamente pelo fim, por este *fait divers* que o Partido Socialista aqui introduz relativamente ao parecer emitido pelo Governo Regional, sobre a primeira portaria que veio a ser publicada, lamentavelmente, no dia 26 de setembro.

Eu estou há 11 anos e 3 meses à espera da resposta a um requerimento que fiz em julho de 2013 ao Governo Regional do Partido Socialista.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

E é exatamente uma pessoa que integrou esses governos, que já cá estava em funções públicas, que vem dizer que bastava este requerimento oral para o Governo Regional facultar a documentação ao Partido Socialista - é uma coisa notável!

O descaramento político não tem limite!

Deputada Andreia Cardoso (PS): E o desespero político também não tem!

O Orador: Mas não tendo o Grupo Parlamentar do PSD - creio que nenhum dos meus companheiros de bancada tem e eu não tenho - a resposta do Governo Regional à portaria do Ministério das Infraestruturas, eu acho que há uma coisa evidente e que não suscita nenhuma dúvida, a não ser também poder indiciar algumas coisas de caráter político de duas dimensões completamente distintas e que é o seguinte: alguém - acho que afinal alguns até vão responder que sim - pode duvidar que o Governo Regional respondeu negativamente à portaria que veio a aparecer do Ministério das Infraestruturas, e no dia em que a portaria é publicada, às 10h42 da manhã, emite um comunicado que

diz:

“O Governo dos Açores é frontalmente contra a definição de um custo elegível máximo nas viagens aéreas entre a Região, o continente e a Madeira. O Governo lamenta que a portaria hoje publicada, tenha sido divulgada sem as conclusões do grupo de trabalho”.

Alguém acha que um governo que assume politicamente isto que aqui acabo de ler, teria mandado um parecer a dizer “ó Dr. Pinto Luz, mande lá essa portaria, nós não temos nada contra, estamos à vontade, o senhor faça o que entender”?!

Eu acho que das duas uma: ou isso diz do carácter político de gente que é capaz de fazer isso, ou então a conclusão é óbvia - o parecer só pode ter sido negativo!

Há aqui uma coisa que também foi dita antes do almoço que eu prometi à Sra. Deputada Andreia Cardoso que lhe daria a razão (se a tivesse), quando ela acusou a bancada do PSD, e no fundo também da Coligação, de “estarmos em negação”.

Tem razão, Sra. Deputada - repito novamente - e digo-o agora formalmente, do mesmo modo que disse em aparte que seguramente terá sido registado pelas senhoras redatoras: nós estamos em negação, sempre negámos ao Governo da República qualquer intenção que fixasse um teto para o subsídio social de mobilidade, sempre negámos isso ao Governo da República, independentemente dele ser ou não ser do nosso partido. E isso é o que distingue o PSD, o CDS e o PPM do Partido Socialista, que nunca foi capaz de se insurgir sequer num ligeiro comunicado, quando António Costa disse o que disse sobre o subsídio social de mobilidade. Em momento algum, pelo contrário, quando aqui neste mesmo Parlamento foi proposta a criação de uma comissão de inquérito sobre essa matéria, o Partido Socialista chumbou e ignorou. Quando se apresentaram iniciativas para fazer o apuramento, sabem o que é que

aconteceu? Já agora vou aproveitar também para fazer uma pergunta, ou um requerimento oral à bancada do Partido Socialista.

Os Srs. Deputados Carlos Silva e José Ávila que integravam a anterior Comissão de Economia até 2020, na legislatura de 2017 a 2020, essa Comissão foi encarregada pelo Parlamento de constituir um grupo de trabalho para fazer a análise dessa matéria, ou melhor, o seguimento desta matéria, reunir trimestralmente com o Governo Regional...

Deputado José Ávila (PS) - Não foi assim.

Deputado Carlos Silva (PS) - Não era trimestralmente.

O Orador: ... e apresentar dados e relatório à Assembleia.

O que é que foi feito?!

Onde é que está o relatório produzido por esse grupo de trabalho?!

Os que tinham a maioria na Comissão estarão em condições de apresentar o relatório desse grupo de trabalho?!

O que é que foi feito?

Deputado Carlos Silva (PS): Está a desviar as atenções.

O Orador: Mais uma vez, tal como o grupo de trabalho nomeado por António Costa, e depois renovado por Pedro Nuno Santos, já no Ministério das Infraestruturas...

Deputado Carlos Silva (PS): Nenhum açoriano pagava mais do que 134 euros.

O Orador: ... o resultado foi sempre zero!

Deputado Carlos Silva (PS): E convosco são 600 euros!

O Orador: Conosco, PSD-Açores, - e isso incomoda o Partido Socialista – nós somos contra a fixação de um limite, somos contra! Mas não somos só contra isso. Somos a favor duma outra coisa, e esperamos que o PS venha conosco nessa luta para obter um ganho muito importante para cada açoriano, ou seja, que a tarifa de residente passe a custar menos do que os 134 euros que custa hoje.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria reafirmar aqui que apesar de todos os subterfúgios de linguagem, ou tentativas de dissimular aquilo que deixou ou não de acontecer, a verdade é que até setembro deste ano nenhum açoriano pagava mais do que 134 euros.

Portanto, defender a mobilidade, seja quem for que teve a seu cargo a defesa da mobilidade nos Açores com os governos anteriores, fez bem o seu trabalho, porque a verdade é que isso até agora nunca aconteceu.

Questões para resolver?

Com certeza que as houve, com certeza que foram identificadas por todos os que aqui estão presentes. A questão é que a solução que foi encontrada e publicada não corresponde às expectativas, julgo eu, de nenhum daqueles que aqui se senta e, muito menos, de nenhum daqueles que nós representamos.

Depois, eu queria dizer ao Sr. Secretário Regional que pode falar-me em médias, mas eu digo-lhe que, em média, há 3 meses que continuamos a aguardar a resposta do requerimento dos cursos dos ACMIS da SATA, 3 meses. Esperamos que por ter sido requerida pelo PS, essa não seja uma questão, esperamos mais do que os demais.

Em relação ao Sr. Deputado Joaquim Machado, apenas para lhe dizer que o senhor recuou a 2020, pois olhe, nem precisamos de recuar tanto.

Eu perguntaria ao Sr. Deputado Joaquim Machado se conhece alguma ata ou relatório do grupo de trabalho dos fundos comunitários da última legislatura? E se sabe quem é que o presidia e quem era o relator dessa Comissão?

Voltava também a perguntar-lhe se sabe qual é o resultado do trabalho do grupo de trabalho do furacão Lorenzo constituído na última legislatura? Que relatórios é que produziu e que atas é que são do conhecimento?

Se o Sr. Deputado não sabe, então pergunto também ao Sr. Presidente da Assembleia, porque julgo, que eu saiba, não é conhecido nenhum relatório, a não ser que seja do seu.

Mais, Sr. Deputado, não vale a pena tentar mudar de assunto e também não vale a pena dizer que em 2013 eu fazia parte do governo, porque a sua história está, pelos vistos, errada nessa matéria quanto o meu currículo. Em 2013 eu não fazia parte do Governo Regional, portanto, não tenho parte nessa decisão. De qualquer maneira, estou aqui para ser solidária com qualquer decisão que tenha sido tomada anteriormente. É essa uma das razões que me move aqui.

Portanto, Sr. Deputado, recentremos o debate naquilo que é essencial e que é de facto defender a mobilidade dos açorianos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Benvinda!

A Oradora: É para isso que nós aqui estamos.

Agora eu já lhe disse, e dessa parte o senhor não escapa, porque 4ª feira o senhor votou contra um voto de protesto apresentado pelo Partido Socialista. Eu espero que não tenha sido por sectarismo ou partidarismo, porque foi o único voto de protesto que mereceu o voto contra de V. Exa. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(* **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Relativamente às datas, Sra. Deputada Andreia Cardoso, de facto tem razão, estava noutra função que era política...

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS):** E está errado outra vez!

O Orador: Não creio que no entretanto tenha deixado de estar no Partido Socialista, peço desculpa por esta imprecisão, o que não significa que não me possa dirigir à bancada do Partido Socialista...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Faça favor!

Mas o senhor dirigiu-se a mim!

O Orador: ... porque no mínimo estaria em funções públicas em representação do Partido Socialista, no mínimo, o Sr. Deputado Berto Messias e o Sr. Deputado José Ávila também.

Deputado Carlos Silva (PS): Onde isto já vai!

O Orador: Pouco depois eu também interrompi as minhas funções, mas mesmo como cidadão, também fiquei à espera e tive que recorrer à Comissão de Acesso a Documentos Administrativos para tentar obter a resposta e os documentos que tinha pedido como deputado e nem por aí eu tive, sabe porquê? Não é porque o Governo não tenha respondido à Comissão, foi porque **mentiu** à CADA, dizendo que não se tinha realizado uma inspeção administrativa, quando toda a gente na entidade inspecionada teve durante 3 meses os inspetores lá. Mas o Governo Regional, através do então Secretário Sérgio Ávila, mentiu à CADA. Mas fechemos estes parêntesis...

Deputada Andreia Cardoso (PS): É melhor, porque não está a correr bem!

O Orador: ... também para recentrar o debate.

Como a senhora sugere e bem – seja bem-vinda também a esta discussão - é aquilo que nós queremos com esta resolução sem, todavia, deixar de assinalar que a senhora ficou incomodada com o resultado do voto de protesto do Partido Socialista esta semana.

Sabe porquê?

A razão é apenas por uma coisa que lá está dita que não corresponde à verdade e que é - eu vou citar – “a cumplicidade do Governo Regional nesta matéria”.

Deputado Carlos Silva (PS) - Como é que o senhor sabe?! O senhor tem conhecimento do parecer?

O Orador: Isso é absolutamente falso!

É uma acusação injusta a quem sempre se assumiu ao lado e na defesa dos açorianos, nesta matéria de subsídio social de mobilidade e que no dia em que a portaria foi publicada emitiu este comunicado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, a senhora em vez de lutar, como nós agora estamos a lutar, ou seja, dizer ao Governo da República *olhos nos olhos* que nós somos **contra** o limite ao subsídio social de mobilidade e mais do que isso, juntar-se também e dizer que é uma pretensão, é uma aspiração dos açorianos ter uma tarifa de residente inferior a 134 euros, o que a senhora e o Partido Socialista fizeram 4ª feira foi uma *manobrazinha* para apanhar o Governo Regional, para fazer o combate ao Governo Regional, porque no fundo, essa é a motivação maior que os senhores têm, não é defender os Açores, é andar à procura de proveitos partidários.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é não!

O Orador: Aliás, como se viu o Presidente do Partido Socialista a dizer que na República, no Orçamento do Estado “vamos votar conforme orientação de Pedro Nuno Santos” - uma coisa notável!

Isso é que é defender o interesse dos Açores?!

Para terminar, não fica sem resposta a questão das perguntas que fez sobre os relatórios.

A senhora deve bem saber que o Governo caiu e a legislatura foi interrompida. E sabe quem são os autores morais e materiais disso?!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Vou-lhe dizer já!

O Orador: Está tudo explicado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, faça favor.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

(Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada queria ter aqui uma conversa privada com o Sr. Deputado, lamento meter-me no meio, mas é rápido.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Pode ser que ajude!

O Orador: A Sra. Deputada abriu várias frentes, uma delas comigo.

V. Exa. que é uma Deputada reputada e licenciada em gestão...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Também não é verdade!

O Orador: Em economia, peço desculpa!

Isto é um crime terrível. Eu sei desde a universidade que enganarmo-nos em relação a um licenciado em economia e gestão é um crime terrível. Eu sei por experiência própria. Por isso, peço desde já desculpa.

Dizia eu que a senhora é licenciada em economia, ex-presidente de

câmara, ex-secretária, deputada, líder parlamentar, portanto, eu sei que V. Exa. tem a experiência e a formação académica que lhe permite diferenciar bem o que é uma *média*, do que é uma *mediana*, do que é a *moda*. E, por isso, V. Exa. fez aqui uma média, não respondeu ainda a um requerimento, e depois faz a média.

Bom, V. Exa. sabe bem que é a mesma coisa que dizer que a média da população dos Açores é a população que tem a ilha do Corvo. Portanto, não é assim que se fazem as médias, nem medianas, nem as modas. E V. Exa. sabe bem disso.

Por isso, eu convido-a a deixar-se desses *exercícios de imaginação e criatividade* e voltar àquilo que interessa que é à defesa dos interesses dos Açores contra o fim da fixação do teto que foi fixado pelo Governo da República.

Portanto, Sra. Deputada, deixe-se de imaginação e criatividade e venha ao debate com o rigor que V. Exa. tem e que também merece que seja reconhecido.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Recentrando o debate, Sr. Secretário Regional, eu continuo a aguardar o parecer. Essa questão era para nós importante, já lhe foi pedida e continua sem ser cumprida.

Se quiserem e tiverem interesse, um dia podemos debater do meu currículo, mas não me parece que isso seja do interesse nem dos presentes, nem dos que nos estão a ouvir e muito menos dos açorianos em geral. Acho que não é de interesse, até porque já percebi que os senhores são profundos desconhecedores do meu currículo e, portanto, eu estaria sempre em vantagem, o que me parece que interesse pouco aqui.

De qualquer forma, Sr. Secretário Regional, eu sei muito bem o que é a *média* e a *mediana*. E vou-lhe dizer que era também interessante a gente conhecer o *desvio padrão*, porque com certeza que a resposta aos requerimentos do Grupo Parlamentar do Partido Socialista está no maior desvio padrão em relação à média.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Não há desvio padrão.

A Oradora: Portanto, Sr. Secretário, não se esqueça de responder aos requerimentos que estão claramente em atraso.

A propósito de afirmações que foram proferidas neste e noutros debates a respeito deste assunto, aqui há 3 meses atrás eu ouvia a bancada do PSD, nomeadamente o Sr. Deputado João Bruto da Costa, dizer-nos “o Sr. Ministro disse mais do que uma vez que nenhum açoriano ia pagar mais que 134 euros”.

Não foi isso que ele disse e, na altura, nós já o avisámos, Sr. Deputado.

Não foi isso que ele disse na Comissão e a prova de que não era essa a intenção, foi a portaria publicada em setembro.

Portanto, os senhores, ambos, Sr. Deputado João Bruto da Costa e Sr. Deputado Joaquim Machado, andaram de facto em negação, a negar as evidências, aquilo que era uma afirmação proferida na Comissão e que veio a confirmar-se na publicação da portaria que impõe um teto máximo de 600 euros aos açorianos e açorianas que beneficiam do subsídio social de mobilidade.

Esta realidade é inegável, é irrefutável.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, nós só estamos aqui hoje, porque os senhores foram efetivamente incapazes de travar o Governo da República de adotar uma medida que prejudica irremediavelmente as açorianas e os açorianos!

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada:

47 – quarenta e sete - é o número de requerimentos que não foram respondidos quando V. Exa. integrava o Governo dos Açores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este debate já vai longo, já todos percebemos que estamos todos de acordo com o projeto de resolução e, como tal, cumpre-se a praxe parlamentar do *síndrome da unanimidade*. O debate vai-se prolongando, prolongando, e no fim votaremos todos a favor. Mas houve aqui da parte do Sr. Deputado Joaquim Machado uma intervenção que eu não posso deixar passar em claro.

O Sr. Deputado Joaquim Machado tem toda a razão, há sempre alguém que não acredita naquilo que os outros dizem, mas isso tinha bom remédio. Isso não diz nada do meu carácter, diz precisamente do carácter de quem não apresenta o documento. Parece aquela brincadeirinha de pequenos da 4ª classe ou da 2ª classe, quando pega no berlinde do outro e esconde atrás das costas e diz:

- “Pegaste no meu berlinde!

- Não, não peguei.

- Mostra as mãozinhas!

- Ah estás a desconfiar de mim?! És um desconfiado!
- Vá lá mostra as mãozinhas!
- Não tenho o teu berlinde. Já disse que não tenho!
- Mostra a outra mão!
- Está aqui, já viste a outra?!”.

E nunca aparecem as duas mãos ao mesmo tempo e nunca chega a aparecer o berlinde.

É isto que estamos a assistir aqui. Já estava tudo resolvido há mais de meia hora, se o parecer tivesse aparecido para a gente conhecer.

(Neste momento o Deputado Francisco Lima mostra e entrega ao Deputado Nuno Barata um papel em branco)

O Orador: Muito obrigado Sr. Deputado Francisco Lima.

Parece que o Sr. Deputado tem o parecer...uma folha em branco!

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

(Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É inacreditável que quem integrou um governo que deixou de responder a 47 requerimentos, e nós vamos responder a todos os requerimentos, e já disse que responderia em relação às solicitações que foram feitas. Não deixará de ser respondido nesta legislatura a nada, o que é uma diferença. Aliás, foi com este Governo que o tempo de resposta ao número de

requerimentos para 30 dias. E V. Exas. nunca quiseram alterar para 60 dias que se davam a si próprios para responder às perguntas da oposição. Já vos disse que em relação à solicitação que foi feita, será respondida.

Em relação ao que eu li, foi a posição do Governo dos Açores no âmbito do relatório final do grupo de trabalho. E o que eu li e volto a ler muito rapidamente, foi isto:

“Manter o modelo sem teto, garantindo que os açorianos não percam os direitos adquiridos”. Esta é a posição que a Região Autónoma dos Açores tomou.

“Permitir aos beneficiários pagar o valor líquido da viagem.

Simplificar o processo de reembolso” etc. etc.

Portanto, eu li-vos a posição do Governo da Região Autónoma dos Açores no grupo de trabalho.

Eu lembro-me de perguntar aqui - quando era deputado da oposição - quem é que compunha a equipa que estava nas diferentes Comissões? Onde é que estavam os relatórios? E nada disso aparecia.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. (*)

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, apenas para informar a Mesa que tendo em conta que o parecer não aparece, o Bloco de Esquerda irá requerer o mesmo parecer, esperando naturalmente que tanto o Sr. Presidente como certamente os grupos e representações parlamentares tenham mais mobiliário para guardar tanto documento confidencial que o Governo remete à Assembleia, porque este de certeza será um deles.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras.

e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários.

Eu não era para intervir neste debate, mas tendo em conta as referências reiteradas da parte do Sr. Secretário dos Assuntos Parlamentares, Paulo Estêvão, eu não posso deixar de intervir, porque tem sido useiro e vezeiro em referir aquela que era a postura do Governo que eu integrei, sendo até minha tutela direta, no que se refere à resposta aos requerimentos.

Em primeiro lugar, relativamente à matéria que estamos a discutir, o que fica claro e é factual, é que por um lado, quando se está a discutir uma questão tão relevante como é a das alterações ao subsídio social de mobilidade, nem o Sr. Presidente do Governo nem a Sra. Secretária do Turismo e Transportes estão presentes neste plenário para aqui responder perante os deputados sobre aquilo que está a ser discutido.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

(Paulo Estêvão): Por amor de Deus, V. Exa. estava aqui sozinho a partir de 5ª feira!!

O Orador: Na nossa perspetiva, isso é um dado político relevante quando está a ser discutido um assunto tão importante e tão relevante, sobretudo, numa figura regimental que permite esse debate. Há também um facto político muito relevante, Sras. e Srs. Deputados, que é o facto de o Governo Regional na 6ª feira, depois de uma semana de trabalhos, ainda não ter entregue a este Parlamento e aos deputados aquele que é o parecer da posição do Governo Regional dos Açores relativamente à medida **injusta** do Governo da República, de alterar o teto relativamente ao subsídio social de mobilidade para os açorianos. E isso é um facto que não podemos deixar de lamentar.

Relativamente aos requerimentos, sejamos sérios e rigorosos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tenha vergonha!

O senhor respondia a dizer “estamos a recolher dados!”.

Deputado Carlos Freitas (PSD): O senhor passava aqui a semana sozinho neste plenário!

O Orador: Eu peço desculpa por ter que vir a este Parlamento falar do passado e do momento em que fui Secretário dos Assuntos Parlamentares, mas quero dizer que não é verdade que ficaram 47 requerimentos por responder. E porque foi o Secretário dos Assuntos Parlamentares que falou em *artimanhas* e em *truques*, eu não posso deixar de referir que na legislatura entre 2016 e 2020 entraram no Parlamento 1024 requerimentos, apresentados ao Governo Regional.

O Governo Regional de então respondeu a 99% dos requerimentos que lhe foram apresentados, de entre 1024 requerimentos. E sabem porque é que não foram todos respondidos?

Porque no dia 29 de setembro de 2020, a poucos dias das eleições - para alterar a taxa de resposta do Governo - o PPM apresentou 15 requerimentos no mesmo dia, a poucos dias das eleições.

Portanto, sobre *artimanhas* e *chico-espertismos*, Sr. Secretário, estamos conversados!

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

(Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um governo está em exercício de funções enquanto está em exercício de

funções. E uma das coisas que tem de fazer, a menos que V. Exas. na altura já soubessem o que é que ia acontecer, e portanto, achavam que entre responder ou não responder, “não continuamos, já não respondemos”, por isso os requerimentos que o PPM fez ao Governo, porque era ele que estava em exercício de funções.

V. Exa. não deveria estar em campanha eleitoral, deveria estar a responder aos requerimentos naquele período. É o que V. Exa. deveria fazer.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Oh sim, sim!!

O Orador: E mais: reafirmo aqui que V. Exa. não respondeu a 47 requerimentos durante essa legislatura. Esta é que é a verdade absoluta. Tudo o resto V. Exa. pode dizer o que quiser, mas nós temos as provas e estão no Parlamento, que são os requerimentos que não foram respondidos.

Mais: V. Exa. disse aqui deste lugar que não respondia a requerimentos, porque o Governo não queria responder. Chegou a dizer isso mim quando transformei um requerimento não respondido em pergunta oral.

Deputado Berto Messias (PS): Isso está descontextualizado!

O Orador: E V. Exa. respondeu aqui que não respondia, porque o Governo não queria responder!

Para terminar, Sr. Deputado, V. Exa. dá o pior exemplo do mundo, porque que aqui ficava sozinho a partir da 5ª feira à tarde, vem aqui dizer que não estão aqui os outros Membros do Governo, quando V. Exa. estava aqui sozinho, **sistematicamente**, a partir de 5ª feira!

Na 5ª e 6ª feira só cá estava mesmo V. Exa.!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Vamos continuar.

Sobre requerimentos em atraso alguém tem mais alguma questão a colocar?

Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 17/XIII – “Em defesa da mobilidade dos açorianos”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 17/XIII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos avançar para o 17 da nossa agenda.

(Apartes impercetíveis trocados entre alguns Deputados das bancadas do PSD e PS)

Presidente: Eu já não tenho capacidade da minha voz se sobrepor aos vossos apartes. E, portanto, eu calo-me!

(Pausa)

Vamos passar ao Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2008/A, de 8 de julho, que cria o Parque Natural da Ilha de São Miguel”

É um Pedido de urgência apresentado pelo CHEGA e para justificar a urgência tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

(*) Deputada Olivéria Santos (CH): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Este assunto não é novo, o CHEGA volta a trazê-lo a esta Assembleia,

pedindo urgência na sua discussão, uma vez que é um assunto que já se arrasta há muitos anos. E enquanto este assunto não se resolve, quem sofre são os pescadores do Porto da Caloura que estão impedidos de ir ao mar a partir daquele porto, uma vez que se encontra dentro da área protegida de gestão de recursos da Caloura-Ilhéu de Vila Franca do Campo.

Uma situação que o CHEGA considera absolutamente desproporcional e altamente injustificável.

Os portos de pesca representam obrigatoriamente a principal infraestrutura de apoio à atividade piscatória e, por isso mesmo, consideramos que é urgente que esta proposta que hoje trazemos a esta Assembleia seja discutida sem mais demoras, para que os homens do mar da Caloura possam exercer a sua atividade naquele porto e sem continuarem a sentir os muitos constrangimentos que têm sentido no seu dia a dia de trabalho.

Os danos e os prejuízos causados por este impedimento têm vindo a ser alertados há muitos anos, o CHEGA tem falado constantemente nesta situação, já a reuniu com os pescadores e já falou com o Governo, o Chega já trouxe resoluções a esta Assembleia, mas esta situação ainda não está resolvida. Os pescadores da Caloura não podem continuar impedidos de exercer a sua atividade naquele porto.

Sobre este assunto, também por insistência do CHEGA, já na última legislatura foi determinada a constituição de um grupo de trabalho para analisar esta situação, mas resultados práticos até agora, nada.

Os pescadores continuam com o mesmo problema, a serem prejudicados e, Sras. e Srs. Deputados, já vamos tarde na resolução deste problema.

Os pescadores não podem continuar à espera, vendo a sua vida afetada. Daí o nosso Pedido de urgência para que seja prevista excecionalmente para a zona da caloura, a possibilidade da prática da pesca, ainda que

condicionada por determinadas orientações e diretrizes superiores a definir através de portaria dos Membros do Governo com competência nesta matéria.

Para o CHEGA este é um assunto de extrema importância, de extrema urgência, por estar em causa a continuidade de uma comunidade piscatória de São Miguel, neste caso, a comunidade piscatória da zona da Caloura, na Vila de Água de Pau, em São Miguel.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições para este Pedido de Urgência?

Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamento do Partido Socialista apenas estranha este Pedido de urgência agora sobre este diploma, quando o podiam ter feito ontem.

O diploma que foi discutido ontem inclui, como áreas costeiras marinhas, as áreas marinhas dos parques naturais.

O diploma de ontem inclui as áreas de gestão de recursos de todas as ilhas dos Açores.

Ontem, caso fizessem uma alteração ou um aditamento ao Artigo 5º, ponto 2, alínea b) do Artigo 3º, esta urgência podia ter sido considerada e podia ter sido efetiva ontem.

Bastava só apresentar uma proposta para o aditamento deste artigo, porque as áreas marinhas protegidas para gestão de recursos dos parques naturais, faziam parte do diploma de ontem. Daí que estranhemos esta urgência hoje quando ontem não foi urgente.

Por outro lado, sobre esta urgência também gostaríamos de ter os resultados do grupo de trabalho que foi criado para o efeito da Caloura que desconhecemos.

Deputado José Pacheco (CH): Quais estudos?! Isto está mais do que estudado!

A Oradora: E, por isso, talvez fosse necessário outros dados para serem vistos com mais atenção na Comissão.

Alertamos, ainda, para mais um assunto que é a urgência na tramitação dos Artigos 146º e 147º do Regimento dificilmente ir-se-á cumprir, porque não temos data possível de análise em 5 dias em Comissão, o que impossibilitará que se cumpra com o que está no Regimento (são os dados), porque não conseguimos agora para novembro.

Não foi feito um requerimento para ser em dezembro, o que quer dizer que a urgência é agora para novembro.

Deputada Olivéria Santos (CH) - É para dezembro.

A Oradora: Para este da Caloura?

De qualquer maneira, consideramos que são necessários os estudos...

Deputado José Pacheco (CH): Qual estudo?!

A Oradora: ... o resultado do grupo de trabalho e é necessário tempo para pedir ao Governo esses estudos para podermos ter mais dados.

De qualquer maneira, realçamos a possibilidade dessa urgência ter sido feita ontem e também já efetivada ontem.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque o tempo urge, a Iniciativa Liberal vai associar-se à urgência do CHEGA, mas não sem antes alertar que os prazos previstos no nosso Regimento muito dificilmente vão ser cumpridos com este diploma, porque vamos entrar em fase de audições do Plano e Orçamento e temo que apesar de entender que esta é uma matéria urgente, não tenhamos possibilidade de fazer esta análise em Comissão.

O CHEGA entendeu que ele baixasse à Comissão para ser analisado, mas também não é para ser analisado *à vol d'oiseau*. É para ser analisado não é? E obviamente que me parece que não vai ser fácil.

De qualquer das formas, associamo-nos a esta urgência do CHEGA que tal como ontem também demonstrámos, não nos parece que se possa manter uma legislação que tem um impedimento que depois ninguém o cumpra, porque se se cumprir o impedimento pára-se com um porto de pescas que custou 50 milhões de euros a construir.

Portanto, nós temos também que ser razoáveis desse ponto de vista, porque se neste momento os pescadores da Caloura continuam a trabalhar, é porque alguém *fecha os olhos* à fiscalização e à execução da legislação.

Deputada Olivéria Santos (CH): Eles vão é sair de Vila Franca.

O Orador: E, portanto, temos que obviar a essas situações o mais rapidamente possível, sendo que, provavelmente, além desta existirão outras de que nunca ninguém se lembrou, eventualmente porque representam comunidades mais pequenas, ou porque nem sequer alguém sabe que elas existem.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu intervenho para reforçar aquilo que já foi dito nas intervenções que me antecederam, nomeadamente do Sr. Deputado Nuno Barata e da Sra. Deputada Joana Pombo, no que diz respeito à impossibilidade prática da discussão desta iniciativa no plenário de novembro, tendo em conta as limitações que nós temos com o Plano e Orçamento. É preciso não esquecer que também as Comissões irão dedicar-se às audições relativas ao Plano e Orçamento em novembro.

Por outro lado, é preciso também lembrar que não é possível que o Parlamento analise grande parte das propostas apresentadas por um grupo parlamentar nesta Assembleia que sejam quase todas com urgência. Depois, quando tudo é urgente, nada é urgente.

Deputado José Pacheco (CH): Pode ou não pode?! Se pode, apresentamos!

O Orador: E efetivamente esta é uma não urgência, porque ontem aprovou-se um alargamento muito significativo do Parque Marinho dos Açores, que inclui a área em causa - já foi referido, mas reforço - e que não houve nenhuma proposta sobre esta área, nem sobre os usos nesta área.

Por isso, para nós não faz obviamente qualquer sentido que tendo-se aprovado ontem uma coisa, se vá discutir agora exatamente o seu contrário, que é tirar as limitações à atividade da pesca numa numa determinada reserva. É um contrassenso.

Quem estiver a favor disso, não pode estar a favor do que aprovou ontem.

Quem quiser este assunto trazido aqui com urgência, é porque não acredita no que aprovou ontem. Nós acreditamos no que foi aprovado ontem.

Deputada Olivéria Santos (CH): Mas nós não aprovámos ontem, Sr. Deputado.

O Orador: Nós acreditamos, por isso a nossa posição está mais do que justificada. É uma não urgência.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Outra vez contra os pescadores!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos passar à votação deste Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2008/A, de 8 de julho, que cria o Parque Natural da Ilha de São Miguel”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Pedido de urgência colocado à votação foi aprovado com 19 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do IL e 1 voto contra do Bloco de Esquerda e 19 votos de abstenção do PS.

Presidente: Avançamos para o ponto 18 da nossa agenda referente ao Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 19/XIII – “Regime jurídico do programa de apoio regional extraordinário aos órgãos de comunicação social privados para o ano de 2024”.

É uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Para apresentar a urgência tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades**

(*Paulo Estêvão*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A urgência em relação a esta questão tem a ver com a situação que é do conhecimento de todos - tenho a certeza absoluta - porque eu tive a oportunidade de visitar todos os órgãos de comunicação social dos Açores, houve uma exceção por impossibilidade de calendarizar, mas depois encontrei mais tarde num fórum e a verdade é que os órgãos de comunicação social enfrentam uma situação mesmo muito difícil. Por isso é que é mesmo urgente que este apoio lhes possa ser atribuído.

Vou dar-vos algum exemplo, Sr. Presidente, não saindo fora do âmbito da urgência, mas penso que fundamenta a mesma. Vou-vos só dizer que temos quebras de receita (publicidade) nalguns órgãos de comunicação social - e não vou referenciar os nomes - 33%, 36%, 41%, 85%, 67%, ou seja, são números que estão no vermelho. A isso há que juntar também quebras de assinaturas na ordem dos 10%, 15%, 21%, 75%, isto é, há uma quebra grande de receitas, porque elas são sobretudo em publicidade e assinaturas.

Depois, temos também um aumento muito grande relacionado com os meios de produção e tudo o que está ligado à concretização da tarefa que é desenvolvida por parte dos jornais, das rádios e da televisão. E, por isso, há aqui um aumento muito grande da despesa e uma diminuição muito significativa da receita, tendo em conta o contexto que nesta urgência me vou abster de detalhar.

Seja como for, há urgências e urgências, esta é de facto uma situação a que hoje acudir, antes que entre em vigor a questão já mais estrutural que será o novo programa de apoio aos media. Mas para já, este apoio é essencial.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado José Pacheco tem a palavra.

(* **Deputado José Pacheco** (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. e Sra. Membros do Governo:

O CHEGA opõe-se e irá votar contra esta urgência e mais, até acha que este diploma não tem razão nenhuma de existir.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos votar este Pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Pedido de urgência foi aprovado com 19 votos a favor do PSD, 19 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 do IL e 5 votos contra do CHEGA.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares para a apresentação do diploma.

(Pausa)

Presidente: Sr. Secretário...? Eu já lhe dei a palavra para apresentar o diploma.

(* **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente... peço-lhe desculpa, não ouvi.

Presidente: “Sr. Presidente...Sr. Presidente”.

(* **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Muito obrigado, Sr. Presidente. Mas não coloque esse ar de *mestre-escola*.

Eu não ouvi V. Exa e pedi-lhe de imediato desculpas pelo facto, mas não se zangue dessa maneira, porque não se justifica, Sr. Presidente. Senão, ficará sempre... olhe, começa a ficar parecido com a anterior Presidente deste Parlamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Thomas Jefferson, um dos pais fundadores dos Estados Unidos e seu terceiro Presidente, escreveu, a propósito dos jornais:

"Se fosse eu a decidir se deveríamos ter um governo sem jornais ou jornais sem um governo, não hesitaria um momento em preferir este último. Mas insistiria em que todo homem recebesse esses jornais e os soubesse ler".

A questão que aqui se coloca, nas presentes circunstâncias, é de uma natureza semelhante. Nós, quase todos os que integramos os órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores, não queremos um governo sem televisões, rádios e jornais.

Queremos que aqui se cumpra a Constituição. Queremos preservar o direito constitucional “dos jornalistas, nos termos da lei, ao acesso às fontes de informação e à proteção da independência e do sigilo profissionais”.

Queremos que nos termos do artigo 39.º que estabelece a regulação da comunicação social, seja “garantido o direito à informação e a liberdade de imprensa; o respeito pelos direitos, liberdades e garantias pessoais; o respeito pelas normas reguladoras das atividades de comunicação social e a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião”.

Tudo isso está em causa numa época marcada pelo populismo e pela multiplicação de canais de desinformação que funcionam num quadro em que impera a desregulamentação. O jornalismo é agora mais necessário que nunca. E fala um Governo que sabe que está na natureza dos jornais

serem contrapoder. Questionam, investigam e problematizam. É a sua função em nome do Povo e para o Povo.

Os órgãos de comunicação social privados dos Açores exercem uma missão de inquestionável interesse público, cuja importância assume particular relevância como mediadores para a informação e formação de uma opinião pública qualificada, tornando-os imprescindíveis como garante da democracia, com a missão acrescida de unir todos os açorianos e manter vivas as especificidades próprias de cada comunidade local.

As empresas privadas de comunicação social regional enfrentam, contudo, sérios problemas que, nos últimos tempos, foram agravados pelo contexto pós-pandémico, num cenário de guerra na Europa e no Médio Oriente, com o conseqüente aumento de custos das matérias-primas, de subida de taxas de juro e o aumento de rendas. Se é verdade que estas situações tiveram efeitos em todos os setores, também é certo que, num setor que sobrevive de receitas publicitárias e assinantes, este é um impacto que se faz sentir com ainda maior incidência.

De facto, o setor da comunicação social não só se encontra sujeito ao aumento de custos que atingem todos os outros setores, como também sofre significativos impactos nas suas principais fontes de receita, na medida em que a retração de outros setores leva ao corte de despesas em publicidade e assinaturas, que constituem a sustentação fundamental do modelo de negócio de qualquer empresa privada de comunicação social.

Face à gravidade dos impactos sociais e económicos com que se têm deparado os órgãos de comunicação social privados dos Açores, revela-se imprescindível criar um programa de apoio extraordinário aos órgãos de comunicação social privados que tenham sede, atividade e domicílio fiscal na Região Autónoma dos Açores.

Este apoio extraordinário pretende a salvaguarda de emprego no conjunto das empresas de comunicação social privada e visa garantir mecanismos

que evitem a redução da cobertura profissional da atualidade política, social, económica e cultural, seja regional ou local.

É esse o propósito que se submete aqui ao vosso escrutínio.

Disse!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

O Sr. Secretário fez-me lembrar aqui Joseph Goebbels (o meu alemão não está assim tão enferrujado), o Ministro da Propaganda do menino Adolf, o tal de Hitler.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Como é que se chamava o Ministro?

Deputado Nuno Barata (IL): Goebbels.

O Orador: Joseph Goebbels.

O senhor vem aqui defender a comunicação social como essencial. Até fala do aumento das matérias-primas. Na comunicação social a matéria-prima é a notícia. Na rádio não há tinta, senhor, está equivocado.

Ó Sr. Secretário, este argumento podia ser da padaria lá perto da minha casa: subiu a farinha... subiu a mão de obra ... não há gente para trabalhar.

Porque é que é a comunicação social, senhor?!

Eu só conheço um argumento: nós só pagamos à comunicação social, como fazia o tal Joseph, quando queremos dominar a comunicação social.

Só há uma razão, não há mais nenhuma!

(Aparte impercetível do Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades)

O Orador: Deixe-me falar e o senhor fala a seguir, se faz favor.

Só há uma razão para isso e qualquer empresa de comunicação social tem o direito, o dever e a oportunidade de concorrer a qualquer apoio empresarial.

O que é que faz mais falta, pão ou notícias?!

Porque notícias, hoje, há por todo o lado.

Eu ouço o argumento das *fake news*.

Ainda há dias um jornal do continente, e depois reproduzido por uma jornal local, fez uma fake news em relação ao CHEGA. Também já está a queixa na ERGA (European Regulators Group for Audiovisual Media Services).

(Aparte impercetível do Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades)

O Orador: Não, é um jornal que o senhor quer pagar, é um jornal onde o senhor quer pôr dinheiro!

Nós temos a garantia da informação – pelo menos suponho que temos. Temos uma RTP Açores que eu muito carinho carinhoso -sempre o disse; temos uma Antena 1-Açores que faz parte da mesma empresa, que são o garante. Quanto às outras empresas, dá certo dá, não dá, fecha a porta, tão simples quanto isso.

Nós vamos ficar menos cultos, vamos ter menos informação se esses jornalecos digitais que eu vejo por aí, que ninguém conhece o diretor de quem nunca ninguém ouviu falar e que a única coisa que fazem é

reproduzir as notas de imprensa de todos nós, ou de quase todos nós, porque é que tem que levar dinheiro dos contribuintes, desta algibeira? Porquê?!

O senhor explique-me porquê!

A única coisa que fazem é ser agregadores de conteúdo.

Como é que isso é possível?!

Como é que o senhor vai explicar os açorianos que vão dar 2 milhões de euros (só para começar), mais a publicidade e mais isso e aquilo e mais *o jeito*, porque a única coisa que os senhores querem é a promoção do Governo.

O senhor está a ressuscitar Joseph Goebbels.

Propaganda?! Ó senhor ninguém aceita isso.

Pagar propaganda com o dinheiro dos impostos, quando há pessoas que não têm casa, quando há pessoas a passar fome?!

É isso que os senhores querem?!

A comunicação social tem que ser tratada como qualquer empresa: funciona e tem meios de receita... e o senhor conhece-me bem, sabe bem onde é que eu já trabalhei e de que é que já fui proprietário. Tenho toda a legitimidade de falar assim, porque nunca recebi um cêntimo do Estado, nunca precisei, fui atrás da publicidade. Se os senhores forem atrás da publicidade... e os computadores guardados em armazéns?! E os empregados pagos como tarefeiros?!

O senhor vai corrigir isto? Não, vai é pôr dinheiro em cima deles.

Isto não está correto!

O CHEGA nunca vai aceitar isto e a comunicação social tem que ser **livre!**

Sabem porquê?

Porque há um princípio básico na vida: quem paga manda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou ao século XVIII a Thomas Jefferson.

Não vou a meados do século XX a Joseph Goebbels.

Mas estava aqui sentado a imaginar o que diria o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares se fosse eu que o tivesse chamado de Goebbels, os pulos que daria daquela bancada o então Deputado Paulo Estevão perante uma proposta de um outro partido qualquer sobre esta matéria. Mas guardarei isso para os meus escritos de ficção política, quando me reformar destas lides parlamentares.

Sim, os jornais são amplamente considerados pilares importantes das democracias contemporâneas. Das democracias modernas, das poucas que existiram na modernidade. Eles têm uma função importante na fiscalização do poder. Têm uma função importante na difusão da informação, sendo que alguma dela, inclusive a que nós produzimos, se insere na fiscalização do poder. Têm uma função importante no garante da liberdade de expressão. Têm uma função importante na promoção do debate público. Têm, principalmente, uma função muito importante na divulgação da transparência e da responsabilidade dos atores políticos. Mas para que estas funções fundamentais ao bom funcionamento da democracia se concretizem, a comunicação social tem que ter independência. Tem que ser livre de peias. Tem que ser livre de pressões e, principalmente, não pode ser dependente de financiamento público.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: Eu ouvi e li esta semana, por parte de alguns dos defensores

desta iniciativa que compreendo, uma comparação entre órgãos de comunicação social e partidos políticos e parlamentos (inclusive os parlamentos).

Se o Estado gasta dinheiro com o Parlamento, porque é que não há de pagar o funcionamento dos órgãos de comunicação social? Eu confesso que não queria acreditar no que estava a ler e a ouvir. Mas mais grave do que isso, foi um órgão de comunicação social, talvez desconfiando que o CHEGA não iria aprovar esta iniciativa...

Deputado José Pacheco (CH): Já há 2 ou 3 anos que falamos nisso.

O Orador: ... e talvez também desconfiando que a Iniciativa Liberal (por ser liberal) também não ia aprovar esta iniciativa, nos apelidou aos dois de “populistas”.

Deputado José Pacheco (CH): Ah pois claro!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu já estou habituado a este tratamento, porque alguns destes articulistas, diretores de jornal, editorialistas, passam a vida a escrever editoriais que dizem precisamente as mesmas coisas que nós andamos aqui a defender desde 2021, mas são incapazes de dizer “tal como a Iniciativa Liberal já defendeu”, “tal como o partido X já defendeu”, é por esta e outras razões que este tipo de iniciativa que o Governo aqui nos traz hoje, não nos deixa absolutamente confortáveis.

Há outras formas de ajudar a comunicação social dos Açores a sobreviver. Há outras formas de contribuir para o crescimento, para a transparência e para um melhor funcionamento dos órgãos de comunicação social. Não é certamente com um cheque no final do dia, uma espécie de *mesada* que depois se vai pedir responsabilidades a uns e a outros.

Mais: há neste Parlamento, Deputados e Membros do Governo que passam a vida a contabilizar o número de palavras e o número de vezes

que este ou aquele partido é tratado na comunicação social e até a qualidade desse tratamento. E estes tiques é que nos preocupam, como depois vêm em propostas dessa natureza.

Esta proposta não pode colher o voto favorável Iniciativa Liberal. Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Simões tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Simões (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos falar um bocadinho então da comunicação social nos Açores. É que eu fiquei um bocado perturbado com o que acabei de ouvir.

Deputado José Pacheco (CH): Está a falar muito baixinho.

O Orador: É porque estou há muitas horas calado, mas isto já vai aquecer.

Eu consigo perceber a preocupação do CHEGA e da Iniciativa Liberal em relação à independência da comunicação social. Essa preocupação não é exclusiva destes dois partidos, creio que todos nós aqui presentes temos essa preocupação...

Deputado José Pacheco (CH): Olhe que não parece. Quem paga manda!

O Orador: ... e pugnamos por uma comunicação social livre, independente e robusta.

Assistimos a um fenómeno que não é nosso e que é o declínio das empresas de comunicação social.

Começou nos Estados Unidos, na Europa, em Portugal e nos Açores.

É evidente que há outros setores em dificuldades mas também já lhe posso explicar. Estamos agora a falar na comunicação social. E esse é um problema que nos afeta.

Temos que pensar em soluções. Há várias soluções. Mas é preciso perceber - digo eu – ou convinha perceber que a comunicação social não é um setor igual aos outros e dou-vos este exemplo: quando há uma crise económica - infelizmente tem havido várias ao longo dos anos - toda a economia se retrai. A comunicação social não é exceção, pelo contrário, ainda sofre com maior intensidade. Eu explico-vos, acho que é simples de compreender e qualquer pessoa compreende. Quando há uma retração na economia, as empresas o que é que fazem em primeiro lugar, ou quais são as primeiras medidas que tomam? Cortam na publicidade.

Os jornais e as rádios sofrem com isso, mas também sofrem em paralelo com o aumento dos custos da produção, a inflação e tudo isso acresce às despesas de funcionamento de qualquer redação.

Eu não estou aqui a dizer qual é a solução, estou a apontar e a recordar aquilo que é a realidade da comunicação social.

Deputado Nuno Barata (IL) - Nós sabemos.

O Orador: Mais: nos Açores a situação ainda é mais aguda.

Nós estamos a falar realidades micro. São Miguel que é a ilha com maior população, cerca de metade da população dos Açores, tem uns 140 mil habitantes, tem pouca massa crítica.

Vamos olhar para a Terceira, com 60 e poucos mil habitantes. Todas as outras ilhas são microcosmos de 15 mil ou menos, há ilhas com t3, 4 mil habitantes.

Como é que se gere um negócio de comunicação Social em microcosmos destes?

Tem-se gerido ao longo dos anos, vai-se gerindo, mas neste momento e, sobretudo, depois da pandemia enquanto grande parte das empresas,

felizmente, melhor ou pior, já recuperaram dos danos causados pela pandemia, a comunicação social viu a sua situação agravar-se. São factos indesmentíveis.

Volto a dizer, ainda não estou a apontar soluções, estou a apontar o estado real da situação, o tomar do pulso à comunicação social que está *ligada às máquinas*.

Mais vos digo: é bom que nos esqueçamos que se não for a comunicação social regional, ninguém quer saber das nossas ilhas. Nenhum jornal ou televisão do País quer saber, a não ser que haja um furacão ou que haja um evento e que venha alguém importante aqui. Nós somos esquecidos pelos órgãos de comunicação social do País Cabe à comunicação social local e regional dar voz a quem nunca a teria. Essa é que é a realidade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Essa é uma verdade que nunca nenhum de nós deve esquecer. É verdade que há muitas notícias, não faltam notícias nas redes sociais, mas essas notícias custam, têm um custo de produção. São pagas pelas empresas de comunicação social, para que depois andem a distribuir notícias gratuitamente.

Vamos imaginar um mundo distópico em que não há comunicação social. Não há ninguém naquelas bancadas.

Alguém ia saber o que é que estava aqui a ser discutido?!

Alguém ia saber o que é que nós estamos aqui a defender?!

Alguém ia saber o que passa na Graciosa, no Corvo ou nas Flores?! Não! Sem comunicação social a escuridão é total e a democracia fica em risco!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Nesta terra – Açores - nos últimos anos, já fecharam três

jornais: *A União, o Telégrafo e o Correio da Horta*.

Todos diários, todos desaparecidos. Estou a referir aqui alguns de referência.

Há um dado fundamental também que acresce às dificuldades que a comunicação social sente. Já falei aqui das questões das quebras de publicidade, dos mercados diminutos, da falta de investimento, é verdade, mas há também uma coisa que se chama **pirataria** e ela é quantificável. Existem milhares de pessoas que no *Telegram* e no *WhatsApp* usam e partilham jornais e revistas gratuitamente. A VISA que parece que controla os direitos de autor da área da comunicação social, estima que esse prejuízo direto -entenda-se a nível nacional – 40 milhões de euros. São 40 milhões de euros que fogem aos órgãos de comunicação social e fogem – e fogem ao estado que não cobra impostos.

Há uma frase que não é minha, é duma reportagem da revista *DN Magazine* que diz “se não pagou não leia, é crime”.

Eu acho que aqui alguns de nós bem que podem enfiar a carapuça.

Em relação aos apoios – e vamos falar agora dos apoios que estão previstos e que eu saúdo o Governo Regional que em boa hora se lembrou de criar este apoio extraordinário para a comunicação social nos Açores – esta não é matéria virgem. Este Governo nem é original - vejam lá. O Governo Regional dos Açores nem é original.

O Canadá investiu 595 milhões de dólares canadianos para subsidiar – imagine-se! - salários da comunicação social no Canadá.

A Noruega em 2023 investiu quase 35 milhões de euros e tem vindo a investir.

Há vários países da União Europeia que também dão apoios diretos às empresas de comunicação.

Eu compreendo a necessidade de transparência e de fiscalização. Nunca me ouvirão aqui dizer o contrário. Todo e qualquer apoio, não é só este,

deve ser transparente e fiscalizado. Se assim não for, a democracia também não funciona.

Mesmo para terminar, em relação ainda às notícias que circulam nas redes sociais, é bom não esquecer que quem ganha com isso são duas empresas: a Google e a Meta, detentora do Facebook e do Instagram.

Só para terem uma noção, em Portugal, falo de publicidade on line que já ultrapassou a publicidade clássica em termos de volume absoluto de negócio, a Google e a Meta, estas duas empresas em Portugal ficam com 70% do bolo, o que significa que os outros 30% é para o resto.

É pouco? Não, é uma miséria.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Simões: Na teoria está tudo certo.

À sua frente está um homem que esteve 5 meses sem ganhar dinheiro durante a pandemia. Vivo da publicidade e é verdade.

Fechou tudo, fechou a publicidade e eu estive 5 meses que não faturava, não produzia. Problema meu. Fui eu que escolhi a minha vida. Fui eu que escolhi a minha profissão, tudo problema meu. Eu tinha um jornal online – Azores Today, já agora faço publicidade - já o suspendi, mas vivia da publicidade. Não ganhava mal. Nunca tive um tostão do Estado.

Isso em teoria está tudo certo. Mas eu até vou-lhe fazer um desafio:

vamos fechar a RTP-Açores e a Antena 1, pegamos no dinheiro, Sr. Secretário, e vamos entregar aos órgãos de comunicação social privados,

porque o que se está aqui a dizer é isto: que não existe comunicação social isenta e que leva todos os açorianos, é mentira. Então, feche-se a RTP-Açores e a Antena 1, porque os contribuintes estão a pagar. E se estão a pagar, e vão passar agora a pagar os órgãos de comunicação social privados, alguns deles que nem conhecemos, não fazemos a mínima ideia quem são. Nós fizemos um requerimento, nem a fiscalização é feita, dá-se o dinheiro e diz “haja saúde meu amigo, leva lá o cheque”.

O que é isto?!

Explique-me lá como é que a comunicação social privada, um certo partido vai à ilha Terceira faz jornadas parlamentares e durante aquele período todo não sai uma única notícia?!

Não tinha interesse? Não prestava?

Quantas vezes o Sr. Secretário viu no “Açoriano Oriental” notícias específicas do Corvo?

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Muitas vezes.

O Orador: É mentira. Lá de vez em quando, quando o *rei faz anos* eles fazem uma notícia!

Oh senhores, nós andamos aqui a brincar. Os senhores consideram como **jornalismo** chegar ao microfone dum rádio e andar a ler comunicados de imprensa?! Isto é jornalismo?! Isso para mim é papagaios. Fazem isso só para poder receber o dinheirinho.

Que é isto?! É isto que nós estamos dizendo?!

Fecha-se as empresas quando não funcionam. Infelizmente, a vida é assim.

Porque é que a comunicação tem que ser diferente?!

O senhor explique-me a mim, publicitário, porque é que a comunicação social é diferente da minha profissão?

Explique ao Francisco porque é que a comunicação social é mais importante do que... galinhas, por exemplo? Ele tem um negócio de galinhas, entre outros.

Epá a galinha é mais saborosa do que um jornal. Eu suponho que sim.

É esta parte que é difícil de perceber, ainda por cima se nós não tivéssemos nada, íamos aqui debater a importância de ter órgãos de comunicação social. Os açorianos pagam já por dois, uma televisão e uma rádio. Até ver acho bem.

Porque é que temos que pagar com o “Açoriano Oriental”, a TSF, a rádio Lumena, o “Breves” o “Diário Insular”?

Disse bem o Sr. Deputado Nuno Barata quando afirma que depois utilizam-se as plataformas - entenda-se jornais - para fazer guerrilha política. Uns entram, outros não. Uns podem dizer, outros não podem. Uns podem aparecer, outros não podem.

Isto é o mundo ao contrário!

Ó Sr. Secretário, é como diz aqui o Sr. Deputado Nuno Barata, eu gostava tanto de ver o senhor a defender isto, mas era aqui sentado deste lado. Isso é que eu gostava de ver. Ai Jesus, rasgava as vestes! Não está certo, senhor!

Não está certo nem hoje, nem amanhã, nem dia nenhum da vida!

Isto é propaganda, é o Governo a tentar pagar para ter notícias de graça!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado José Pacheco (CH): Olha o ministro da propaganda do *antigo regime!*

(*) Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras.

e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Todos nós no âmbito da nossa atividade política, temos certamente vindo a receber ao longo dos últimos tempos queixas, referências, preocupações de vários detentores de empresas de comunicação social privadas, sobre as dificuldades que estão a atravessar, tendo em conta os impactos com que têm vivido diariamente. Porque a verdade é que há – o Sr. Deputado Paulo Simões referiu isso, julgo eu, de forma feliz - de facto, desde logo, uma perceção empírica, mas também uma perceção consubstanciada com indicadores de que as empresas quando têm maiores dificuldades, quando estão confrontadas com custos de contexto mais difíceis, ou quando têm quebras de receitas ou aumento de despesas, a primeira coisa de que abdicam é precisamente da publicidade, sobretudo, em mercados exíguos e mais pequenos, ou mais limitados, como é o mercado açoriano espalhado pelas 9 ilhas dos Açores.

Portanto, infelizmente, todos nós temos vindo a experienciar e a vivenciar os relatos e preocupações que nos chegam de detentores de empresas de comunicação social, e até mesmo de jornalistas, e por isso é uma matéria à qual devemos ser sensíveis e devemos ter em conta.

Dizer também, Sras. e Srs. Deputados, tendo em conta o diploma que estamos aqui a apreciar, que fica também aqui a nota de que me parece que em termos metodológicos e de forma, talvez fosse aconselhável, atendendo ao momento que essas empresas estão a atravessar, talvez fosse aconselhável que este diploma pudesse ter entrado mais cedo, para que fosse possível fazer uma análise mais aprofundada na respetiva Comissão parlamentar, sendo certo que o diploma não deixa de ser simples, tendo em conta aquilo que pretende do ponto de vista substantivo, mas era importante ouvi-los de viva voz.

Deputado José Pacheco (CH): Ouvir os padeiros, por exemplo!

O Orador: Sei que o Governo tem que ouvir algumas empresas, nós

enquanto grupo parlamentar também temos vindo a ouvir, mas seria importante que isso pudesse acontecer na respetiva Comissão parlamentar, porque a verdade é que este diploma assume um cariz extraordinário e, no fundo, além de todo o articulado que está proposto, aquilo que prevê concretamente é um apoio que reveste a forma de subsídio não reembolsável no valor equivalente a 4 retribuições mínimas mensais garantidas por trabalhador dessas empresas. No fundo, é disto que estamos a falar, e reveste aqui um carácter extraordinário num momento extraordinário, do ponto de vista negativo para este tipo de empresas para as quais o Grupo Parlamentar do PS entende que devemos olhar com atenção.

É certo também que nós podemos estar aqui a filosofar sobre esta matéria, e há aqui dados que foram introduzidos por algumas intervenções que me antecederam que são relevantes e deve-se ter em conta, mas também devo dizer, Sras. e Srs. Deputados, que a reflexão que este Parlamento deve ter, desde logo, tendo em conta todo o passado que existe em termos de apoios públicos à comunicação social privada na nossa Região, tendo em conta os impactos da pandemia, tendo em conta a situação e o contexto em que estas empresas se encontram, tendo em conta a importância vital que este tipo de empresas e o trabalho que desenvolvem tem para a saúde da nossa democracia e - ninguém o referiu - para a coesão territorial na nossa Região, atendendo à nossa dispersão arquipelágica, até em matérias relacionadas com a proteção civil e com a saúde pública, que não são de todo de descurar, porque não está em causa só a divulgação de notícias do ponto de vista político-partidário, mas também todo um conjunto de serviço público que as empresas de comunicação social privada prestam à nossa comunidade. Este Parlamento deve também fazer uma reflexão aprofundada, em conjunto, sobre onde é que estamos e em que medida os apoios públicos devem ser

concedidos à comunicação social privada num contexto regional, como é o caso dos Açores.

Está em curso, como é sabido, aliás já foi anunciado várias vezes, um trabalho da parte do Governo Regional para a revisão do diploma regional, no âmbito dos apoios públicos à comunicação social privada, e deve também este Parlamento fazer essa reflexão profunda, reforçando a objetividade desses apoios, para que nunca se faça nem nunca caiamos na tentação perigosa, como em parte aqui foi feito, de ultrapassarmos a fronteira daquela que é a apreciação da qualidade, do trabalho desenvolvido em concreto, do impacto da comunicação e até da linha editorial de cada órgão de comunicação social privado.

Isso eu entendo que nós não devemos fazer, porque isso seria desvirtuar por completo aquele que é o princípio primeiro da comunicação social privada, ou seja, a sua liberdade e a sua independência total.

Este apoio extraordinário é também semelhante àquilo que foi feito pelo Governo do Partido Socialista, no âmbito dos apoios extraordinários que criámos para fazer face aos impactos da pandemia, há uma referência a isso no preâmbulo desta Proposta de DLR, há de facto ainda resquícios desse impacto devido às quebras de publicidade, de receitas, até da extinção de gráficas que eram um complemento muito importante e relevante para o bom desempenho financeiro de algumas empresas privadas de comunicação social que além de terem o jornal, tinham também uma gráfica e dali retiravam receitas importantes. E, portanto, parece-me que é de facto necessário, sem prejuízo de entendermos que seria mais útil que pudéssemos ter uma avaliação deste diploma em sede da respetiva Comissão parlamentar, que pudéssemos em conjunto ouvir os representantes destas empresas sobre a situação que estão a viver, parece-nos que há de facto a necessidade de responder extraordinariamente à situação extraordinária e difícil que muitas destas

empresas estão infelizmente a atravessar, porque não tenhamos dúvidas, esta não é (podendo soar assim) uma verdade de La Palice.

Nós não teremos uma democracia forte, se tivermos comunicação social privada fraca ou até extinta. Isso parece-nos absolutamente fundamental. Tem estado, aliás, no princípio do Partido Socialista, também nos princípios dos partidos verdadeiramente democratas e democráticos que têm assento neste Parlamento. E julgo, Sras. e Srs. Deputados, que não deve haver confusões.

Esta é uma matéria sensível, ninguém o escamoteia, mas nós temos que ter a capacidade de garantir que os apoios concedidos à comunicação social privada, e também pública, devem ser o máximo objetivos e escrutinados possível, de forma objetiva, clara e sem prejuízo do direito pessoal que cada um de nós tem de apreciar o trabalho que foi feito, de gostar ou não da peça que saiu...

Deputado José Pacheco (CH): Sim, mas eu não quero é pagar por ela!

O Orador: ... de entender que devia ter havido ou não cobertura a esta ou àquela iniciativa partidária, nós não podemos – esta é a postura do Partido Socialista no tratamento destes dossiês - entrar na apreciação qualitativa ou até quantitativa do trabalho da comunicação social privada, na cobertura mediática político-partidária, porque isso cabe apenas e só exclusivamente à sua linha editorial e aos jornalistas que lá trabalham, que devem ter total e absoluta liberdade e independência para desenvolver o seu trabalho, independentemente de nós, quando sai o jornal, gostarmos ou não, de quando sai a peça na rádio, gostarmos ou não daquilo que lá é dito. Mas essa, Sras. e Srs. Deputados, é a dinâmica democrática que todos nós devemos preservar.

No âmbito desta questão, o Partido Socialista apresentará uma proposta de alteração a este diploma, que entronca nesta questão referente à necessidade, na nossa perspetiva, de ser fundamental que haja

transparência e escrutínio nesta matéria, ou seja, julgo que já terá dado entrada, que é a referência em letra de lei, neste caso, no decreto legislativo regional, que o Governo Regional tenha um prazo até 30 dias após a concessão destes apoios, de remeter ao Parlamento um relatório com a informação discriminada sobre as candidaturas apresentadas, o número de trabalhadores abrangidos por entidade e respetiva categoria profissional, as entidades beneficiárias e o valor dos apoios concedidos por entidade, sem prejuízo naturalmente daquela que é a obrigatória publicação em Jornal Oficial da Região e também por opção no portal da transparência.

Parece-nos que este é um importante contributo para o reforço da transparência relativa a estes apoios concedidos, aliás em linha com aquilo que existe atualmente com o programa em vigor de apoio ordinário à comunicação social privada na nossa Região, como é o PROMEDIA que, como sabem, tem e consagra a obrigatoriedade do relatório periódico a remeter ao Parlamento dos apoios que são concedidos relativamente a esta matéria.

Fica aqui também a nota de que o Partido Socialista está naturalmente disponível para que, em conjunto, possamos todos fazer uma aprofundada reflexão sobre aqueles que devem ser os apoios públicos à comunicação social privada daqui para a frente. Os apoios que foram concedidos até hoje fizeram a sua história, tiveram o seu papel, há uma alteração profunda de circunstâncias, algumas até já foram aqui referidas, das redes sociais, da liberdade de fontes das *fake news*, dos *polígrafos* e, enfim, em que medida uma comunicação social, numa circunstância tão complexa e tão difícil pós-pandemia, com um abrandamento significativo e com um aumento significativo de custos de contexto, com as quebras de receitas de publicidade, com a extinção de gráficas acopladas a empresas que detêm jornais, de que forma é que no mercado como o nosso, uma

dispersão arquipelágica como a nossa e com a necessidade de um serviço público evidente que os órgãos de comunicação privados em várias ilhas dos Açores também prestam, de que forma é que as entidades públicas, no caso os órgãos de Governo próprio, podem e devem apoiar este tipo de empresas, sendo que esse apoio não precisa ser exclusivo do órgão de Governo próprio da Região – Governo Regional. Pode também este Parlamento com a pluralidade que felizmente tem, também definir e, porque não, um conjunto de apoios aos órgãos de social privados na nossa Região.

Eventualmente o Sr. Presidente da Assembleia, tendo em conta a sua gestão rigorosa dos recursos, poderá não custar desta sugestão, mas parece-me que será certamente um bom contributo para que possamos garantir apoios públicos que, na sua base, tenham uma pluralidade mais alargada da que o Parlamento garante e que o órgão executivo, naturalmente pela sua conceção legal, estatutária e até constitucional, não pode garantir.

Para já, Sras. e Srs. Deputados, é isto.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em jeito de brincadeira mas um pouco a sério, tendo em conta esta intervenção do Sr. Deputado Berto Messias, diria que tornar o Parlamento em entidade que atribui apoios aos órgãos de comunicação social, era a forma mais rápida de acabar com eles, porque quando o orçamento da

Assembleia aumenta cai-nos tudo em cima, quando o orçamento do Governo aumenta, aí toda a gente bate palmas. Por isso, parece-me uma solução que tem riscos de acabar mesmo com os apoios à comunicação social e nós não queremos isso.

É preciso ver o seguinte: esta proposta do Governo Regional causou-nos alguma surpresa pela sua apresentação nesta fase.

O Governo informou-nos, de forma leal, sobre esta apresentação, mas aquilo que esperávamos nesta altura do campeonato era que já existisse uma revisão de fundo do PROMEDIA, com um novo programa (PROMEDIA) ou o que se queira chamar. É isso que é preciso. E este Governo está em funções há menos de 1 ano, mas a Coligação está no Governo desde 2020. Ou seja, o PROMEDIA atual é de 2020. Ora, não nos parece de modo algum compreensível toda esta demora. E não me venham dizer que foi o orçamento que foi rejeitado. Já houve uma proposta (que não chegou a ser proposta) dum coisa que se chamava MEDIA + e que *morreu na praia*. Por isso, houve tempo para apresentar uma proposta com pés e cabeça. Sei que o que o Sr. Secretário está a trabalhar nela, porque o Governo já anunciou. E nós somos claramente a favor de que haja apoios à comunicação social privada. Ela é fundamental para a nossa democracia, com liberdade, garantindo que os apoios públicos não interferem em nada na sua liberdade e na sua função fundamental para a democracia que é informar. E que fique bem claro qual é a posição do Bloco de Esquerda neste debate e sobre este assunto.

A comunicação social privada e a comunicação social pública são ambas insubstituíveis. E quanto mais órgãos de comunicação social capazes, com autonomia e com liberdade existirem nos Açores e no País, melhor. O escrutínio do poder assim o exige. E o 5º poder é fundamental.

A proposta que nos é apresentada tem um problema. E esse problema é do conhecimento do Governo.

Com toda a lealdade, dissemos ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, e numa audiência relativamente ao orçamento (embora esse não fosse o assunto) ao Sr. Presidente do Governo, que da parte do Bloco de Esquerda podiam contar com um contributo construtivo e o apoio a uma nova medida (de apoio) aos Media que garantisse apoios equilibrados, que não condicionassem a atividade dos órgãos de comunicação social e que efetivamente respondessem a essa alteração de paradigma que também sentimos.

Havia uma medida com a qual dissemos logo que não concordávamos, isto é, um apoio baseado no pagamento de salários. Uma única medida que dissemos logo que não concordávamos. E é esta medida que está aqui, ou seja, uma medida relacionada com o pagamento de salários, indexada ao número de trabalhadores 4 salários mínimos por trabalhador, o que significa um apoio de 3444 euros por trabalhador.

Ora, convenhamos, embora o Governo não precise do apoio do Bloco de Esquerda para aprovar esta proposta, mas querendo o maior apoio possível, não moveu uma palha para ter esse apoio, porque a única linha vermelha que nós apresentámos, é precisamente essa a medida que o Governo apresenta. Convenhamos que se isto não é uma provocação, parece.

Posto isto, eu não posso deixar de dizer que não acompanhamos a forma de apoio que é proposta pelo Governo.

Não pode, não deve e - se bem se recordam - quem esteve atento à polémica que existiu com o MEDIA + com as notícias e as reações relativas ao pagamento de salários dos jornalistas, não ouviram uma palavra do Bloco de Esquerda.

Deputado Paulo Simões (PSD) - Não era de jornalistas.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) – Por acaso não era, era tudo menos jornalistas.

O Orador: Não ouviram uma palavra do Bloco de Esquerda. Não demos para esse petítório. Mas, já agora, é bom que não haja provocações e que se apresente exatamente aquilo que gerou a grande polémica, com a qual nunca concordámos mas ficámos calados, porque sabemos a situação que muitos órgãos de comunicação social passam e que é preciso efetivamente uma medida. Não damos para o petítório populista que existiu na altura. Agora, esta medida não é aquela que deveria ter sido apresentada. Ainda mais com uma agravante, é que há pormenores de requinte os quais nós não podemos de modo algum aceitar, que é dizer-se, como diz o Governo, que paga 3444 euros por trabalhador, quer tenham um contrato a termos ou não, isto é, sejam trabalhadores efetivos ou a prazo – para nos entendermos. Mas atenção, se entretanto terminar o contrato de um trabalhador sem termo não faz mal, ficam com o apoio exatamente como estava, ou seja, recebem o apoio mas o trabalhador pode ir-se embora. Isso faz algum sentido?

Digo isto, porque a precariedade nos órgãos de comunicação social da Região é um dos grandes problemas e não são só os contratos a termo são também os recibos verdes. Ainda ontem ouvi o Presidente da Secção Regional do Sindicato dos Jornalistas na RTP-Açores a falar na precariedade, nos pagamentos por baixo da mesa e isso não pode continuar e não pode voltar a acontecer.

Por isso, nós não aceitamos pagamentos a salários.

A proposta que nós proposta de alteração que apresentamos é que se pague um terço daquilo que foi pago no PROMEDIA em 2023, porque isso mantém o critério que foi feito em 2023 e não inventa novos critérios de forma extraordinária.

Esta é a nossa posição alternativa a uma proposta que no nosso entender não é correta. Não pode haver pagamentos que digam respeito a salários e, para além disso, muito menos ficando a empresa com o apoio, mas

terminando o contrato a prazo do trabalhador na mesma. Isso muito menos. Esta é a nossa posição. Não queria deixar de dizer, ainda que é também um mau princípio que se altere os critérios de acesso. O PROMEDIA tem critérios de acesso e de abrangência e este apoio tem outros. Quer dizer que podem não ser as mesmas empresas de comunicação social a ter os apoios. No apoio extraordinário não nos parece minimamente adequado.

Por isso, continuamos a dizer que esta proposta assim não, e continuamos a dizer que é preciso um novo programa de apoio à comunicação social, mas já agora faço o alerta - desta vez público - que apoios a pagamento de salários, não.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A comunicação social é um pilar da nossa democracia, das democracias europeias e ocidentais onde estamos inseridos.

É uma fonte de escrutínio da atividade dos governos, da atividade dos partidos. É uma fonte de escrutínio da própria sociedade e, portanto, obviamente que a comunicação social é necessária à nossa vivência coletiva enquanto país livre e democrático.

Acabar com a comunicação social seria cair nas trevas, ficarmos sujeitos ao totalitarismo e à anarquia. Logo, não podemos permitir que isso aconteça.

Temos consciência, porque já recebemos relatos há bastante tempo, das dificuldades pelas quais as empresas de comunicação social estão passando na nossa Região. Não é um problema exclusivo da comunicação social nos Açores, é um problema nacional ao qual o Senhor Presidente da República também já se referiu, é um problema

Europeu e é um problema das nossas sociedades ocidentais. Resultam de vários fatores que se congregaram para uma tempestade perfeita que pode pôr em causa ou abalar os nossos regimes democráticos.

Já aqui foram invocados os aumentos de custo a nível global que obviamente afetam seriamente as empresas de comunicação social no aumento dos custos que têm. Esses aumentos de custos também afetam os seus clientes de publicidade que obviamente cortam na publicidade e, portanto, ao cortar na publicidade, estão a reduzir o rendimento das empresas de comunicação social. Temos também todos os custos associados ao trabalho e à mão de obra que se tem vindo também a acentuar, apesar de aqui nos Açores o Governo ter, e bem, desde 2021 baixado os impostos, o que de certa forma aliviou as empresas no pagamento do seu imposto de IRC e aumentou o rendimento dos trabalhadores ao nível do IRS, mas os encargos associados a um contrato de trabalho continuam a ser um encargo muito elevado nas contas de qualquer empresa. É claro que em empresas que estão passando por dificuldades, como são as empresas de comunicação social privada, esses problemas adquirem uma dimensão maior.

Portanto, o contexto económico nacional, europeu e mundial não é favorável de todo às empresas de comunicação social. Se juntarmos a isto as alterações nos padrões de consumo das nossas sociedades ocidentais, temos aqui então um agravamento ainda mais acentuado. As pessoas recorrem cada vez mais às redes sociais. Temos aqui o perigo que já é presente dos nossos jovens já considerarem as redes sociais, ou algumas redes sociais, como uma fonte credível de informação. Se confrontarmos um jovem com alguma ideia assim mais desfasada da realidade e lhe perguntamos onde é que foi buscar essa ideia tonta, enumeram logo com grande convicção uma grande rede social como fonte que eles

consideram credível, como fonte de informação. Ora, isto também é um perigo para o futuro da nossa sociedade e é, obviamente, uma ameaça às nossas empresas de comunicação social.

A associar a isto, temos também a questão da pirataria como já foi aqui acentuado pelo nosso colega do Partido Social Democrata, que é o facto dessas publicações diárias ou periódicas circularem em grupos de redes sociais e, portanto, como é óbvio quem recebe isso através de grupos de redes sociais, não vai comprar essa informação, logo, há por aqui também uma redução na receita dessas empresas.

Tudo isto nesta Região, ainda por cima com uma demografia baixa, com poucos hábitos de leitura na maior parte da população, com poucos hábitos de consumo de informação regular por parte da nossa população, obviamente que isto põe em causa as nossas pequenas empresas de comunicação social, porque é disso que se trata, são pequenas empresas de comunicação social e que vivem já há muitos anos no limite da sobrevivência.

Este apoio que aqui é proposto pelo Governo, é uma bolha de ar para manter estas empresas a sobreviver por mais algum tempo.

Foram os critérios que o Governo encontrou para, de forma mais rápida, poder acudir às necessidades destas empresas. Podiam ser outros critérios como invocou o Bloco de Esquerda, mas foram estes. E para o CDS os critérios que o Governo escolheu são aceitáveis, são critérios que nos parece que de um modo expedito, permitem apoiar estas empresas. E, portanto, naturalmente que o CDS vai aprovar esta medida.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, temos aqui temos aqui um momento de decisão que é continuarmos a ter uma comunicação social livre, e com isso uma democracia saudável, ou cairmos na escuridão e correremos o risco de começarmos um período de trevas e de anarquia.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Simões.

(*) Deputado Paulo Simões (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Prometo ser breve e, já agora, para fazer aqui uma correção.

O 4º poder é a comunicação social de facto. Fala-se agora do 5º poder que são as redes sociais que vão surgindo. Portanto, cá está o impacto que as redes sociais vão tendo.

Eu concordo com o Sr. Deputado José Pacheco nalgumas coisas que disse...

Deputado Berto Messias (PS): Que remédio!

O Orador: Não é uma questão de *ter remédio*, é uma questão de ter razão, porque de facto o que diz faz sentido e eu já explico.

É preciso perceber que nem toda a comunicação social é igual. E eu concordo consigo onde e quando?

Quando é aqui? Onde é quando diz que há aquilo que eu posso dizer de pseudo-órgãos de comunicação social, que não têm jornalistas a trabalhar e divulgam informação que vão buscar a comunicados, a notas de imprensa de todos os setores, inclusivamente agora àquilo que é uma vantagem e uma ameaça à inteligência artificial, que também é um problema que facilita, pois qualquer um de nós sem grandes conhecimentos, bastando introduzir alguns dados consegue produzir notícias falsas.

O que é que eu quero dizer com isto?

Que tem razão, porque de facto existem - eu não lhes vou chamar órgãos de comunicação social...

(Aparte impercetível do Deputado José Pacheco)

O Orador: ... nem é isso, não é disso que eu estou a falar, eu estou a falar é de entidades que se outorgam da designação de *comunicação social*, que não produzem uma única peça jornalística, não empregam um único jornalista, mas em relação há que afastá-los. E é por isso que eu acho, e vamos ter no futuro certamente espaço para discutir isso, que se deve pensar em rever as regras de atribuição de apoios à comunicação social no futuro programa que o Governo irá delinear, mas isso é matéria para outra conversa. No entanto, queria lhe dizer que nem todos cabem - usando o exemplo das galinhas - e que não se deve colocar os ovos todos no mesmo cesto. E neste caso a comunicação social, há *ovos* que são importantes, há outros que já nasceram *estragados*.

Resumindo, eu queria reforçar esta mensagem de que comunicação social nos Açores precisa deste apoio, e que em boa hora o Governo Regional decidiu propor que se desse carácter de urgência.

Muito bem.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

(Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de fazer algumas referências às questões que foram colocadas pelos diversos intervenientes no debate desde logo, e por via da

experiência que tenho no setor, à intervenção do Sr. Deputado Paulo Simões, em nome do PSD, no sentido de que as preocupações e referências que fez também são preocupações em que o Governo se revê, bem como no conjunto de prioridades que também que elencou sobre aquilo que é necessário fazer.

A mesma coisa também em relação ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista que apresenta uma alteração - reporta e relatório - que consideramos torna o documento mais transparente, os dados mais verificáveis e, portanto, aumenta o rigor que se quer em diplomas desta natureza. Por isso, e desde logo, da parte do Governo, quero manifestar a concordância em relação à preocupação que foi manifestada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista nesta matéria.

Depois, quero fazer também referência Sr. Deputado Nuno Barata, já o conheço há muitos anos e sei que tem - não se lhe pode negar - estas opiniões há muito tempo e, portanto, tem obviamente a sua perspetiva sobre esta matéria da qual eu discordo nalguns pontos, mas é a posição dele e da Iniciativa Liberal e, por isso, é respeitável, são perspetivas sobre esta matéria. Se concordássemos todos aqui, não estaríamos a representar o conjunto de partidos diferentes que representamos no Parlamento dos Açores.

Depois, quero fazer uma referência também ao Sr. Deputado Zé Pacheco que sobre esta matéria tem também um conjunto...

Deputado Nuno Barata (IL): Ele não “Zé”, é José.

O Orador: Eu não lhe chamei José?

Deputado Nuno Barata (IL): Não, chamou “Zé”.

O Orador: Sr. Deputado José Pacheco, peço-lhe desculpa por esta familiaridade de ter chamado “Zé”, mas para um partido tão próximo do povo como é o de V. Exa., com certeza que será um elogio ter-lhe chamado “Zé”, porque só estou a cumprir a proximidade que V. Exa.

tanto apregoa.

Deputado José Pacheco (CH) - E pratico.

O Orador: E põe em prática com certeza.

Quero dizer a V. Exa. que a páginas tantas, no âmbito do seu discurso, fez uma referência a uma queixa que entregou na entidade reguladora da comunicação. Veja bem, não o poderia fazer se fosse sobre um desses sites que não estão regulamentados.

Deputado José Pacheco (CH): Não senhor, foi um jornal registado, desses que os senhores querem pagar!

O Orador: Pode fazer essa queixa exatamente porque existe, em relação à comunicação social, essa regulamentação que está prevista na Constituição, é um direito que nos assiste e terá com certeza resposta em relação à sua reclamação que será dada, porque a entidade reguladora de comunicação social responde sempre. Agora, pode responder no sentido que V. Exa. manifestou ou responder num outro sentido. Vamos esperar pela resposta. Mas a vantagem, mais uma vez, é que a comunicação social tem esta regulamentação que é isso muito importante e está previsto na Constituição.

Deputado José Pacheco (CH): Ó senhor isso não é vantagem nenhuma!

O Orador: Aliás, o que diferencia a comunicação social, e a sua importância é tão grande e essa diferença foi reconhecida no nosso país e por um grande conjunto de países democráticos, é esta regulamentação que existe em relação à comunicação social que diferencia de tudo o resto. O problema - e vários especialistas nesta matéria têm vindo a fazer essa referência - é tudo o que está fora de regulamentação.

Deputado José Pacheco (CH): Mas o senhor quer dar dinheiro ou quer regulamentar?

O Orador: Esse é um problema que é preciso atacar. Mas V. Exa. utilizou bem o mecanismo que lhe permite contestar o tratamento

noticioso que V. Exa. considerou não ter sido o mais correto. O facto de existir esse mecanismo, mostra só que a comunicação social, e os órgãos que são reconhecidos a esse nível, têm esse mecanismo de regulamentação e outros que lhes permitem obter junto do Estado e das diversas entidades uma informação que é muito importante e depois proteger as fontes de informação.

Deputado José Pacheco (CH): O senhor está aí a baralhar as pessoas! O senhor quer é dar dinheiro!

O Orador: O Sr. Deputado anda muito exaltado, não tem paciência para ouvir os argumentos dos outros.

Oiça, o Sr. Deputado tem direito à sua opinião pode manifestá-la.

Deputado José Pacheco (CH): Não é opinião. É o que é!

O senhor quer é dar dinheiro!

O Orador: Mas há uma coisa que é fundamental em democracia, é que os outros também tenham oportunidade de manifestar a sua. Portanto, eu já vi que o Sr. Deputado discorda, está no seu direito de manifestar a sua opinião, mas o que eu lhe solicito é que também ouça a opinião dos outros que é tão válida como a sua, ou mais ou menos, conforme a circunstância. E, neste caso, eu acho que é mais.

Por isso, eu que queria chamar também à atenção para o que está previsto na Constituição da República Portuguesa e que diferencia doutras entidades. Os órgãos de comunicação social, pela sua natureza, têm uma proteção constitucional exatamente pela importância que têm do ponto de vista cultural, político, da nossa comunidade, da defesa da democracia, do pluralismo, de como pode chegar a informação para que a cidadania se possa exercer de uma forma informada, a comunicação social tem essa natureza reconhecida na Constituição.

Depois fazer uma referência também às questões que aqui foram levantadas por parte do Bloco de Esquerda para dizer-lhe que não se está

a pagar salários, não é isso que está em causa, o que está em questão é uma fórmula de pagamento que é habitual no âmbito da administração para este género de apoios. Não é o pagamento de salários.

Quero apenas referenciar, Sr. Deputado, que na minha perspetiva essa questão não se coloca. Evidentemente nós temos os órgãos de comunicação social públicos, que são financiados por parte do Estado e ninguém coloca em causa a independência que é exercida por parte desses órgãos.

(Apartes impercetíveis do Deputado Nuno Barata)

O Orador: Podemos concordar ou não concordar com o trabalho que é realizado, ou com algumas peças que nós considerávamos que mereciam mais ou menos relevância, mas a questão é que os órgãos de comunicação social têm esses apoios públicos, não só por parte do Estado, mas também por parte da Região.

Finalmente, dizer em relação ao Bloco de Esquerda, que estamos a ultimar a proposta em que estão a ser elaborados os protocolos de formação com a LUSA e com o Cenjor (Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas) para possibilitarmos a formação de jornalistas nos Açores, para que seja possível já no próximo ano, com o apoio da Região Autónoma dos Açores, organizar períodos de formação dos jornalistas nos Açores, consideramos que é fundamental. E também estamos a diligenciar junto da República, para que os apoios previstos a nível nacional sejam cumulativos com os apoios que vão entrar em vigor na Região, ou seja, que não se excluam, para que também a nossa proposta possa permitir que estes apoios não sejam cumulativos e que se possam complementar.

Srs. Deputados, eram estas informações que vos queria fornecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

(*) Deputado Francisco Lima (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria aqui fazer referência a alguns aspetos económicos e legais sobre essa questão das ajudas do Estado.

Sobre isso, quero referir que a União Europeia foi criada basicamente em pressupostos pilares muito basilares.

- *Circulação de mercadorias;*

- *Livre circulação de pessoas;*

- *Defesa da concorrência.*

Nesse sentido, uma vez que o Sr. Secretário diz que as empresas de comunicação social estão praticamente todas *ligadas às máquinas*, traduzindo por miúdos para quem nos ouve lá em casa, está tudo falido ou na iminência da falência.

Deputado Carlos Silva (PS): Está como o Governo.

O Orador: Eu fazer duas questões.

Primeira questão: se o negócio está assim mau, nos outros negócios o normal é quando não se ganha dinheiro, as empresas vão à falência e saem do mercado.

Eu questionar o Sr. Secretário sobre quantas empresas de comunicação social saíram do mercado, nos últimos 4 anos?

É que quando no mercado existem demasiadas empresas também se perde dinheiro. E o efeito da concorrência que a União Europeia tanto

defende, é nesse sentido, isto é, os menos eficientes saírem do mercado. Como disse aqui o Deputado Paulo Simões, e muito bem, referindo-se a galinhas (que é uma área que ele percebe), na questão dos ovos também esqueceu-se de referir o seguinte: é que na sesta dos ovos também os tem podres e esses ovos podres tem que ser deitados fora. Portanto, falou em “não pôr os ovos todos no mesmo cesto” e não pode “caber todos” nos negócios. Tem que caber os eficientes e os rentáveis.

Mas voltando atrás, queria perguntar-lhe quantas empresas entretanto saíram do mercado nos últimos 4 anos e queria também perguntar-lhe se essas ajudas do Estado - não estamos aqui a falar de amendoins, estamos a falar de milhões - cumprem as normas europeias de auxílios minimis da União Europeia? Se cumprem ou não cumprem, visto que como o senhor acabou de dizer, essas ajudas vão ser adicionadas às nacionais, sendo que já lhe posso adiantar que uma das regras dos auxílios minimis é que as empresas não estejam na iminência de insolvência. Ora, o Sr. Secretário veio aqui dizer que elas estão *ligadas às máquinas*, por isso eu gostaria que me respondesse a esta pergunta.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Solicito um intervalo de meia hora.

Presidente: É regimental, está concedido.

Regressamos às 17h45.

Intervalo às 17 horas e 15 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos?

Eram às 17 horas e 45 minutos.

A Mesa não tem mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça.

Deputado João Mendonça (PPM): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de apoio extraordinário aos órgãos de comunicação social privados, apresentada pelo Governo, reveste-se de uma importância vital para garantir uma comunicação social livre e independente, condição essencial para o pleno funcionamento da democracia.

Sem uma imprensa forte e autónoma, a capacidade dos cidadãos de se informarem e de participarem ativamente na vida cívica fica gravemente limitada.

A cidadania só pode ser exercida, de forma plena, quando se tem acesso a uma informação rigorosa e imparcial, que permite escolhas conscientes e fundamentadas.

Este apoio tem, assim, como objetivo central garantir a continuidade dessa informação, que é o alicerce de uma sociedade esclarecida.

Vivemos num contexto de grande incerteza, agravado por uma crise internacional que afeta diretamente os meios de comunicação social. O aumento dos custos de operação coloca muitas destas empresas numa situação financeira insustentável, ameaçando diretamente a sua sobrevivência.

Esta realidade compromete a continuidade de jornais e rádios, que desempenham um papel crucial na cobertura da atualidade política, social, económica e cultural.

Se nada for feito, enfrentamos o risco real de perder a diversidade e a qualidade da informação disponível aos cidadãos, o que teria consequências graves para o debate público e para a própria democracia.

Não podemos permitir o desaparecimento de uma comunicação social independente, isenta e transparente.

Muito obrigado.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares faça o favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação às questões que me foram colocadas pelo CHEGA, o Governo só paga apoios legais. E, em segundo lugar, o que lhe quero dizer é que sobre os jornais que foram encerrando, nós conhecemos “A União”, o “Jornal das Flores”, o “Monchique”, o “Telégrafo” e muitos outros que estão numa situação numa situação difícil, e estes já fecharam, sendo que nalgumas ilhas já ficámos sem jornal, nem sequer há concorrência, há pura e simplesmente a inexistência dos jornais que fazem muita falta para que a informação relativa àquelas ilhas chegue com a frequência que chegava. E, portanto, são situações que muito

afetam o desenvolvimento daquelas comunidades.

Esta é a resposta que lhe tenho para dar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação desta Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 19/XIII – Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 19/XIII – “Regime jurídico do programa de apoio regional extraordinário aos órgãos de comunicação social privados para o ano de 2024”.

Vamos votar, em primeiro lugar, na generalidade este diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 19/XIII foi aprovada com 19 votos a favor do PSD, 19 do PS, 2 do CDS, 1 do PPM e 5 votos contra do CHEGA, 1 voto contra do IL e 1 abstenção do Bloco de Esquerda.

Presidente: Os dois primeiros artigos do diploma não têm propostas de alteração. Podemos votá-los em conjunto?

Então estão à votação o 1.º e 2.º Artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 19 votos a favor do PSD, 19 do PS, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do Bloco de Esquerda e 5 votos contra do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração e de eliminação

também, efetuada pelo Bloco de Esquerda ao Artigo 3º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração e de eliminação foi reprovada com 1 voto a favor do Bloco de Esquerda e 19 contra do PSD, 19 votos contra do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 do IL.

Presidente: Está à votação o Artigo 3º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 19 votos a favor do PSD, 19 do PS, 2 do CDS, 1 do PPM e 5 votos contra do CHEGA, 1 do Bloco de Esquerda e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma alínea g), apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao Artigo 4º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 19 votos do PSD, 19 do PS, 2 votos do CDS, 1 do PPM, 1 do Bloco de Esquerda e 1 da Iniciativa Liberal e 5 votos contra do CHEGA.

Presidente: Está à votação o Artigo 4º com esta proposta de aditamento que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 19 votos a favor do PSD, 19 do PS, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do Bloco de Esquerda, 1 da Iniciativa Liberal e 5 votos contra do CHEGA.

Presidente: Está à votação o Artigo 5º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 19 votos a favor do PSD, 19 do PS, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do Bloco de Esquerda e 5 votos contra do CHEGA.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelo Bloco de Esquerda ao Artigo 6º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração colocadas à votação foram rejeitadas com 19 votos contra do PSD, 19 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 voto a favor do BE e 1 do IL.

Presidente: Está à votação o Artigo 6º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 6º foi aprovado com 19 votos a favor do PSD, 19 do PS, 2 do CDS, 1 do PPM e 5 votos contra do CHEGA, 1 do BE e 1 do

IL.

Presidente: Está à votação o Artigo 7º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 19 votos a favor do PSD, 19 do PS, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do Bloco de Esquerda, 1 do IL e 5 votos contra do CHEGA.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação da alínea c) do nº. 2 do Artigo 8º, efetuada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi reprovada com 19 votos contra do PSD, 19 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 voto a favor do Bloco de Esquerda e 1 do IL.

Presidente: Está à votação o Artigo 8º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 19 votos a favor do PSD, 19 do PS, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do IL e 5 votos contra do CHEGA e 1 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Estão à votação os Artigos 9º e 10º do diploma que não têm propostas de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter

como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 19 votos a favor do PSD, 19 do PS, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do Bloco de Esquerda, 1 do IL e 5 votos contra do CHEGA.

Presidente: Vamos votar, no Artigo 11º, a proposta de eliminação do nº. 2 do Artigo 11º, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi reprovada com 1 voto a favor do BE e 19 votos contra do PSD, 19 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 do IL.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM ao nº. 2 do Artigo 11º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 19 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do IL, 5 votos contra do CHEGA e 19 abstenções do PS e 1 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar o Artigo 11º com esta proposta de alteração que acabámos de incluir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 19 votos a favor do PSD, 19 do PS, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do IL e 5 votos contra do CHEGA e 1 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do Artigo 11º-A, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão à votação os dois últimos artigos do diploma, o 12º e o 13º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 19 votos a favor do PSD, 19 do PS, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do Bloco de Esquerda e 1 do IL e 5 votos contra do CHEGA.

Presidente: Passamos à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta da DLR nº. 19/XIII foi aprovada com 19 votos a favor do PSD, 19 do PS, 2 do CDS, 1 do PPM e 5 votos contra do CHEGA, 1 do Bloco de Esquerda e 1 do IL.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para uma

declaração de voto.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Bloco de Esquerda votou contra esta proposta diploma por três motivos.

Em primeiro lugar, nós apresentámos um método alternativo de atribuição dos apoios não relacionado com os salários dos trabalhadores da comunicação social e dos jornalistas. Essa proposta foi rejeitada. A proposta que foi aprovada, paga os salários a jornalistas...

Deputado Paulo Simões (PSD): Não é a jornalistas.

O Orador: ... e consideramos que isso é suscetível de condicionar a liberdade do seu trabalho. Não aceitamos essa metodologia.

Em segundo, esta proposta fomenta a precariedade nos órgãos de comunicação social ao pagar salários de trabalhadores a termo, incentivando a contratação precária a termo que já existe e que tem que ser, ao invés, combatida na Região e na comunicação social também.

É, por isso, que qualquer apoio à comunicação social privada tem que garantir que os contratos que existem não são efetivamente precários e têm que cumprir, já agora, com o acordo coletivo dos jornalistas. Finalmente, dizer que não deixaremos de apresentar neste Parlamento medidas alternativas para apoiar a comunicação social medidas, as quais fomentem também a produção de conteúdos de qualidade de jornalismo, como por exemplo, a atribuição de assinaturas a públicos jovens, aliás, como consta do nosso programa eleitoral. Não deixaremos de o fazer, medidas sim, mas que apoiem a comunicação social, não colocando em causa a sua liberdade e que não fomentem a precariedade que já grassa nos órgãos de comunicação social.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Não existindo, vamos avançar na nossa agenda para o ponto 20 relativo ao Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII – “Revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2020/A, de 19 de outubro e do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2021/A, de 26 de abril de 2021, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2022/A, de 17 de fevereiro”.

É um Pedido de urgência efetuado pelo Grupo Parlamentar do CHEGA.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado José Sousa.

Deputado José Sousa (CH): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CHEGA defende hoje nesta Casa a urgência na apreciação de uma proposta que visa permitir novamente o uso do glifosato no combate a infestantes em espaços públicos nos Açores, tal como acontece no resto do País e em toda a Europa.

A urgência desta proposta prende-se também com o facto de passados praticamente 4 anos dessa proibição, os resultados estarem à vista com as nossas estradas e espaços públicos tomados pelas infestantes.

Os nossos autarcas expressam grande preocupação com a situação, pois os meios disponíveis não se mostram adequados para o controlo dos infestantes imputando enormes custos com resultados fracassados. Precisamos urgentemente de ter todas as ferramentas à disposição, para resolver este enorme problema que é o combate às plantas invasoras.

Temos de voltar a ter as estradas limpas, ter os caminhos livres de monda e restaurar a nossa paisagem. E sem esquecer que as ferramentas atualmente utilizadas, além de necessitarem de muita mão de obra que está escassa, têm tido um impacto ambiental que talvez tem sido ignorado como a proliferação de microplásticos das sedas das roçadoras que se depositam nos nossos solos e na nossa água e representa uma ameaça silenciosa à biodiversidade e à nossa saúde.

Fazemos, pois, um apelo ao bom senso e à análise objetiva dos factos, para que se encontre nesta Casa soluções específicas para os nossos problemas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há inscrições?

Vamos votar este Pedido de urgência.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Pedido de urgência colocado à votação foi aprovado com 19 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da IL e com 19 votos contra do PS e 1 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Como foi retirada a dispensa de exame em Comissão, o ponto 21 deixa de fazer sentido.

Vamos avançar para o ponto 22 da nossa agenda relativo ao Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XIII – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores os decretos-leis n.ºs 550/99, de 15 de dezembro, e 554/99, de 16 de dezembro, que, respetivamente, estabelecem o regime jurídico da atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques”.

É um Pedido de urgência efetuado pelo PS e pelo PAN.

Para justificar a urgência tem a ser tem a palavra a ser a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

(*) Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Retomamos nesta Casa, em conjunto com o PAN, o pedido de alteração do decreto mencionado há pouco que acabou por não ser discutido aqui, fruto do fim antecipado da legislatura anterior.

A pertinência desta análise e da proposta de alteração que depois será submetida mantém-se, uma vez que a partir de 1 de janeiro de 2025 mantém-se e até acentua-se (ainda mais) a desigualdade entre os motociclistas regionais e nacionais, fazendo com que na Região seja obrigatória anualmente a inspeção aos motociclos, pedindo-se depois também uma alteração para que seja só motociclos com cilindrada superior a 125, mas que a partir de 1 de janeiro de 2025 haja essa desigualdade entre a Região e o continente ainda mais acentuada. Até porque, atualmente, os motociclos regionais efetuam inspeção de ano a ano, daí a pertinência.

Para além disso, Sr. Presidente, submetemos o requerimento para que seja analisado só no plenário de dezembro deste ano para que, caso seja aprovado, produza efeitos em janeiro de 2025.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há mais inscrições?

Parecendo não haver, vamos colocar à votação este Pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Pedido de urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para o ponto 23, Pedido de urgência e dispensa de

exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 18/XIII – “Avaliar o processo de introdução de manuais digitais nas escolas da Região Autónoma dos Açores”.

É uma iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Para justificar a urgência tem a palavra a Sra. Deputada Inês Sá.

Deputada Inês Dá (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

O Projeto de Resolução para avaliar o processo de introdução dos manuais digitais nas escolas da Região Autónoma dos Açores é apresentado nesta Casa com Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, considerando todas as dúvidas levantadas ao longo de todo este processo que teve o seu início no ano letivo 2021/2022 e que tem sido alvo de inúmeras dúvidas por parte da comunidade educativa em geral.

Esta é uma temática que já tem sido bastante discutida e trabalhada em sede de Comissão, tendo inclusivamente suscitado uma petição sobre o tema, subscrita por mais de 2 mil cidadãos. E é com base em todas as diligências efetuadas e contributos colhidos, que consideramos urgente a realização desta avaliação, evitando que se perca mais tempo num assunto que implica sobremaneira o sucesso educativo e o desenvolvimento saudável dos nossos alunos.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos colocar à votação este Pedido de Urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Pedido de urgência colocado à votação foi reprovado com

19 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e com 19 votos a favor do PS, 1 do Bloco de Esquerda e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Tendo sido rejeitado o Pedido de urgência, a iniciativa baixará à Comissão competente.

Encerramos, assim, a nossa agenda.

Sras. e Srs. Deputados, a Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de outubro.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão encerrados os nossos trabalhos.

Bom fim de semana a todos.

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 11 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador.

A redatora: Ana Paula Lemos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto Costa Machado da Costa.

Partido Socialista (PS)

Carlos Emanuel Rego Silva.

José Manuel Gregório de Ávila.

Partido Chega (CH)

José Eduardo da Cunha Pacheco.

CDS-Partido Popular (CDS-PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto.

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Délia Maria Melo.

Partido Socialista (PS)

Gualberto Costa Rita.

